



ATÂTÔT

Revista de Direitos Humanos
da Universidade Estadual de Goiás



Universidade
Estadual de Goiás

Special Edition 2021



ATÂTÔT | publicação semestral | Anápolis | *Special Edition* | p. 1-106 | junho, 2021.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Reitor

Prof. Dr. Valter Campos

Diretor Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Rodrigo Messias

EXPEDIENTE

Contato

Prof. Dr. Ulisses Terto Neto
CEAR – Centro de Ensino e Aprendizagem em
Rede Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Rod. BR-153, Quadra Área, Km 99, S/n - Distrito
Agro-Industrial de Anápolis (D A I A), Anápolis -
GO, 75132-903, Brasil
Tels. +55 (62) 3328 1410
E-mail: ulisses.terto.neto@ueg.br

Revisão

Editoria

Capa, Produção Gráfica e Diagramação

Prof. Dr. Ulisses Terto Neto – UEG

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Prof. Dr. Ulisses Terto Neto (CEAR/UEG-Anápolis)

Conselho Editorial

Profª. Dra. Marta de Paiva Macêdo (UEG-Morrinhos)
Prof. Dr. Fabrício Wantoil Lima (UEG-Palmeiras de Goiás)
Prof. Dr. Ulisses Terto Neto (CEAR/UEG-Anápolis)

Os artigos são de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).

É permitida sua reprodução, total ou parcial, desde que seja citada a fonte.

Atâtôt - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG – Special Edition
(2021) – Anápolis: UEG, 2021.

Semestral

ISSN

1. Direitos Humanos – Periódico. I. Brasil, Universidade Estadual de Goiás.

3

Apresentação

Artigos

5

The Memory and its Relations with Cronos and Kairós
Solon Eduardo Annes Viola & Paulo P. Albuquerque

18

El Derecho a la Alimentación en Tensión con las Acciones Colectivas Alimentarias: El Caso de Córdoba (Argentina) a Inicios del Siglo XXI.
Martin Eynard

40

Defensoras y defensores de derechos humanos y redes para su protección: Una respuesta a entornos represivos
Mauricio Angel

58

Estrategias para Garantizar los Derechos Humanos en Tiempos de Amenazas Fascistas
Pablo Romo Cedano

71

A Democracia no Brasil, e suas Implicações para os Direitos Humanos
Carlos Hugo Santander, Carolina Hissa, Vanessa Coelho Guimarães e Aletheia Woyames

104

Normas para publicação



APRESENTAÇÃO

A Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG é uma publicação acadêmica semestral de responsabilidade da Universidade Estadual de Goiás. Seu objetivo é abrir espaços interdisciplinares para publicação de artigos, ensaios, resenhas e outros textos acadêmicos sobre o tema geral dos direitos humanos, com foco em temas relacionados a democracia, questões constitucionais e lutas sociais por direitos.

Em sua edição especial de junho de 2021, a Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG apresenta discussões inicialmente desenvolvidas no seminário internacional “X Pensar Direitos Humanos”, realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, em novembro de 2019.

Nesse sentido, a Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG proporciona, em sua edição especial de junho de 2021, discussões sobre os direitos humanos numa perspectiva crítica, trazendo visões sobre a importância da(s) resistência(s) às ameaças neofascistas e ao autoritarismo bolsonarista, a essencialidade da relação entre memória e direitos humanos, o direito à alimentação na Argentina, a proteção eficaz de defensores e defensoras dos direitos humanos, as estratégias efetivas para se garantir os direitos humanos em tempos de neofascismo, e a qualidade atual da democracia brasileira.

O primeiro artigo, “A Memória e suas Relações com Cronos e Kariós”, do Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola (UNISINO, Brasil) e do Prof. Dr. Paulo Peixoto de Albuquerque (UFRGS, Brasil), analisa a relação viva e constante entre a memória e a experiência do presente, cuidando para aproximar a memória, a verdade e a justiça dos pressupostos contemporâneos dos direitos humanos.

O segundo artigo, “O Direito à Alimentação em Tensão com Ações Coletivas de Alimentação: O Caso de Córdoba (Argentina) no início do século XXI”, do Prof. Dr. Martín Eynard (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina), analisa as características que assumiram as ações coletivas de alimentação na cidade de Córdoba (Argentina) entre 2001 e 2007, para colocar em tensão esses conflitos com o direito à alimentação, pensando os contextos latino-americanos a partir de uma perspectiva sociológica.

O terceiro artigo, “Defensores e Defensoras de Direitos humanos e Redes para sua Proteção: Uma Resposta a Ambientes Repressivos”, do Chefe de Políticas, Investigação e Formação da *Protection International*, Mauricio Angels (PI, Bruxelas), examina os sistemas de proteção dos direitos humanos para argumentar que a centralidade do Estado e as medidas protetivas individuais não são suficientes para garantir a integridade física e psíquica de defensores e defensoras dos direitos humanos. Isto porque a experiência prática da *Protection International* tem demonstrado que defensores e defensoras dos direitos humanos devem ser assumidos(as) como seres imersos nas lutas de suas comunidades, em sua relação com outros



atores sociais e políticos, e em sua interação com os territórios, na resistência a ambientes repressivos e violentos.

O quarto artigo, “Estratégias para Garantir os Direitos Humanos em Tempos de Ameaças Fascistas”, do Prof. Dr. Pablo Romo Cedano (UNAM, México), examina algumas das estratégias mais eficazes para se assegurar o respeito e promoção aos direitos humanos em face do neofascismo e autoritarismo democrático que se apresentam, por exemplo, no caso brasileiro.

Por fim, o quinto artigo, “A Democracia no Brasil e suas Implicações para os Direitos Humanos”, do Prof. Dr. Carlos Ugo Santander (PPGIDH/UFG, Brasil) e das doutorandas Carolina Hissa (PPGIDH/UFG, Brasil), Vanessa Coelho Guimarães (PPGIDH/UFG, Brasil) e Aletheia Woyames (PPGIDH/UFG, Brasil), explora, na perspectiva do marco teórico metodológico da qualidade da democracia, a evolução recente referente aos direitos humanos, as disputas, desafios e perspectivas a partir do contexto político do governo do Presidente Jair Bolsonaro em Brasil.

Anápolis/GO, 16 de junho de 2021.



Memory and its Relations with Cronos and Kairós

Memória e suas Relações com Cronos e Kairós

Solon Eduardo Annes Viola

(PhD in History/UNISINOS, Professor in the Social Sciences Graduate Program at UNISINOS, Brazil)

E-mail: solonviola@yahoo.com.br

Paulo Peixoto de Albuquerque

(PhD in Sociology/Université Catholique de Louvain-la-Neuve, Belgium, Professor in the Health Education Graduate Program at UFRGS, Brazil)

E-mail: albuquerque.paulo@gmail.com

Abstract

The article intends to show the vibrant and constant relationship between memory and the experience of the present; taking care to bring memory, truth and justice closer to the contemporary assumptions of human rights. Based on an analysis of the resurgence of an ultra-conservative ideology in Brazil in the last decade, we seek to demonstrate the importance of not forgetting the recent past in the country to point out relevance and paths that expand our network of meanings, and help us to recognize the risk of present and future experiences that attempt to suppress political and civil rights.

Keywords: Memory; Human Rights; Cronos; Kairós.

Sumário

O artigo tem a intenção de mostrar a relação viva e constante entre a memória e a experiência do presente; cuidando para aproximar a memória, a verdade e a justiça dos pressupostos contemporâneos dos direitos humanos. Buscamos, a partir de uma análise do recrudescimento de uma ideologia ultra-conservadora nesta última década no Brasil, demonstrar a importância do não esquecimento do passado recente no país para se apontar relevâncias, caminhos e percursos que ampliem nossa rede de significados, e nos ajudem a reconhecer o risco de experiências presentes e futuras que intentem em suprimir direitos políticos e civis.

Palabras-chave: Memória; Direitos Humanos; Cronos; Kairós.



1. Introduction

The title of this article serves as a trigger for thinking. It has to do with temporalities that seem to be interwoven and indistinct. An individual time, whose reference is only the experienced and another, more diffuse, a time of life that in recollection seems unreal.

It is as if there is a magic of power that tends to stunt the critical vigilance of individuals, diverting attention to what really should be discussed - the rights of individuals and social segments - sacralizing processes of exclusion that, in appearance, we consider to be normal. Articulating temporalities – Cronos e Kairós - relates the discussion of these processes from the world of life and its link to the reason to be of the University.

Knowledge can be seen as a large web of meanings that cannot be fragmented, because it results from a process and from a time that does not return: it happened / it happens. However, the web of meanings rebuilt at each generation is paradoxically, not only rebuilt but other elements are added, causing the memory - not oblivion- to produce in the exercise of updating the socio-historical processes possibilities of change or preservation of ways of organizing society.

It is not about a mental action, driven by the desire for abstract and detached discovery. That is why our intention is to establish a living and unsettling relationship between Cronos and Kairós: taking care to bring memory, truth and justice closer to the contemporary assumptions of Human Rights.

It is not about renewing the look and putting in other analytical frames what we already know, but to reflect about time trying to understand it from the references that take it as an objective (chronological time) and subjective (lifetime) elaboration, that is, as a data that has no reality outside the subject.

Seen in this way, time is a constitutive part of the human condition (subjective) of organization and its understanding is an indispensable component due to the multiple narratives that memory can reconstruct. It is not our sensitive intuition that is regulated by the nature of objects, but the facts experienced, individually and collectively, that are regulated by the cultural universe that forms our culture making possible multiple ways of theorizing them.

For this reason, (our working hypothesis: care with the oblivion of memory) - the experience of mapping past time and experienced times allows us to indicate relevance, paths and routes that can expand the network of meanings of human rights which, if not reminded daily, dissolve into oblivion.

The polysemy of Human Rights can be based on liberal assumptions, but it can also mean projects of collective resistance beyond the announcements of an individual unable to guarantee the full survival of most contemporary society. They can also feed a discourse that,



at the limit, denies the theoretical and ideological assumptions that underlie contemporary thought. On the contrary, it demonstrates how much the plurality of thought calls into question the permanences - Cronos - and the transformations - Kairós - of time.

The plural meanings of Human Rights are sharpened when the political context acquires complexity as occurs from the social and economic crisis that has worsened since the impeachment in 2016. The socio / historical events experienced in recent years: coup d'etat 2016, - judicialization of political processes - seems to make sense only in its information component insofar as the media that presents and proposes to be the key to a hegemonic logic to give credibility to historical times, especially those that, in their intensity, change forms of socio-economic organization and cultural policies, especially to expand or jeopardize the organization of societies and their systems.

This fact not only proposes the existence of unique ideological territories, but also reinforces extreme positions that, under specific historical conditions, generate a universe of political beliefs capable of producing an illusory perception of consensus and non-conflict in the public and citizen space. This detail is particularly complicated for those who think and have Human Rights as one of the fundamental components of democracy.

The facts that until now have been - and are being - shown by the media, are presented in a reductionist way, inducing people to focus their attention on the “corruption” discourse and obscuring the dismantling of what has always been the differential mark of a republic. In other words, a State that, in its republican form, intends to be plural and capable of guaranteeing, via Human Rights, commitments to and between different social groups.

This is why it is necessary to be careful with the oblivion of memory, because hysteria and the anxious gear for changing the appearance, and the actual preservation of the system announce projects that do not go beyond the act of taking a party of state control:

- a) Appearances are deceiving, the essentials of the Rule of Law are not invisible to people and, even if people are not deliberately looking for it, experiencing it typically implies an effort to reflect and recover memory - March 64 also started with media exploration;
- b) The discourse of “morality” has always been an argument to annul and hide the ethical assumptions of dignity and respect for the laws, making room for exception and its excesses. The "fora Dilma" presents itself to the majority of those who voted for president, self-styled hostage to the media, as the only way out, but it presents itself as a type of chosen path, debatable in its own capacity to produce the desired results, even because it does not take into account the foundations of a democracy established in the Constitution of 88;
- c) Finally, this anxious desire for change, unlike discourse, does not involve the act of rethinking the political process or the legitimacy of proposing another way of reorienting political action beyond party spaces (in appearance we all forgot about June 2013). Or, when it does, it does in order to contain the tenuous advances of recent democracy.



Therefore, it becomes pertinent to ask: What human rights practices are these? Are these practices guided by a plural culture that bears in mind the challenge of contemporary issues in times of crisis? Or, are practices that enhance overall the class distances, inequalities and social exclusion?

Or even are they practices that hide the gap between the discourse of equality and the profoundly unequal socio-economic reality that impose itself like a fog to cover the universe of exploitation, separating and deepening inequality and putting at risk the ideas of civil and political freedoms?

This article is divided into two parts. The first seeks to reconstruct some elements of recent history, a time that important social sectors seek to keep in oblivion. They carry with them the certainty that oblivion eliminates the experience of both, the distant past and the near past, erasing the memories of their forms of domination and production of fear.

The second part aims to demonstrate the importance of movements for the reconstruction of memory through historical processes - Kairos - in search of emancipation - and ways of not emancipation - Cronos - existing in historical assumptions that keeps oppression. Overcoming oblivion policies is not limited to overcoming acts of preservation of bitterness or hate, but to demonstrate that overcoming the past will not occur until the reasons that enabled it are overcome.

2. The Aegis of Cronos

The presence of human rights in Brazilian society is still tenuous and undefined. Tenuous because, over time, under Cronos¹ aegis, it did not get an explicit form. Undefined because it has always been the subject of manipulation or attacks by the dominant social sectors. The dawn of the third decade of the 21st century demonstrates that the principles, even those that constituted the modern liberalism that have founded - equality, freedom and fraternity - human rights are far from composing the culture of Brazilian society.

When we look at the recent past, the 1930s faced a historical process characterized by two dictatorial periods - the first in the Vargas period and the second in the military period from 1964 to 1985. In both periods, social and economic transformations modernized Brazilian society and the dominated sectors remained under permanent control and the rare benefits obtained would - in a short time - be subtracted by measures from the executive branch, sometimes with the support of the other branches.

In addition to the more than 30 years of formal dictatorships, we also find attempts at coups that did not materialize, reaching an average of "one coup or attempt for every three

¹ In this text we follow Fernando Braudel's understanding of time. From his conception the eternal time is a myth. Also the time of events, so considered in some historicist and human sciences currents, is a myth. The times of the structures of societies is what the author names as "long lasting" and this is the time we call "Cronos". The short time - which we call Kairos - is called time of the conjuncture or time of average duration.



years, from 30 to 90”, (Oliveira, 2000, 60). The constant attempts to break democracy demonstrate the practices of preserving privileges and the difficulties in building a society capable of recognizing collective and individual rights. Human rights were always treated as a risk for economic growth and a threat to political stability. Even in the second decade of this century, human rights were seen with suspicion and sometimes accused as defense of subversive and terrorists and sometimes designed as “manure of banditry”. Such accusations from the dominant sectors - often from the State – and disseminated by the media produce new cultural and psychological foundations that serve to restrict participation through prejudice and fear. Such actions are aimed to restrict freedom, undermining the possibilities of equality and curbing collective rights and the assumptions of democracy. They also aim to involve the grammar of human rights in a dense fog air that hides its principles and its corporate projects.

A foggy air able to cloud the past, placing it under a dense fog that makes it difficult to perceive intricacies, lairs and basements. It is able to break the bonds between people, between generations, while elites reject equality and citizenship for others. Unsuccessful attempts insofar as confronted with the principles of human rights - and the actions of those who follow them - put themselves in permanent defense of a dignified life.

There are a variety of reasons, the time of Cronos, for Brazilian society to build a culture of human rights so slowly. The colonial past, the economic dependence - the rarely manifest feeling of sovereignty - built a culture of privilege and denial of freedom. Among them, the heritage of long centuries of slavery with its tragic component of denying to the other the condition of human being.

The socio-economic organization remains demanding from individuals, and even from different social sectors, “Depending on material conditions in relation to relationships in which they are powerless, as well as to remain in a situation of non-emancipation” (Adorno, 2010, 43). When subjected to such conditions, both individuals and social sectors need to live “... they have nothing left but to adapt to the existing situation, to conform; they need to give up that autonomous subjectivity to which the idea of democracy refers... (Adorno, 2010, 43). Ultimately, passing from generation to generation, slavery “within men” aims to hide that in racial relations, even today, a society is produced in which racism is the cultural basis of domination. This is demonstrated by the increasingly high rates of urban violence victimizing black childhood and youth in urban peripheries.

To Arendt “Racism as an instrument of domination was used in this black and white society before imperialism exploited it as a political idea. Its basis and justification were still the experience itself, a terrible experience of something so strange that it was beyond comprehension and imagination: for whites it was easier to deny that blacks were human beings” (Arendt, 1976, 106)².

² Although Arendt's theoretical elaboration refers to the European presence - especially British and Dutch in Africa of 19th century – therefore already in the period of European imperialism of that century it applies perfectly to the period of the European colonies of America from the 16th century. In the case of Brazil, the legacy of slavery remains intense and is manifested in the material conditions of life of Afro-Brazilians and in the extermination practices of black youth from urban peripheries.



Even when oppression reached the limit of no return and the anti-colonial and anti-slavery rebellions - habitual in the colonial period and in the Empire - demanded for freedom and equality, the reaction of the dominants were to repress with iron and fire, eliminating the rebels physically or coercing through the denial of their rights to fight against injustice. – When no longer devoured his children, Cronos privileged the colonial elites allowing, in addition to the lands and men, to exercise control over others by excessive force and by the abusive use of an abusive application that, officially, is called the justice of the King -.

The Empire did not change the political framework and avoided confronting the social drama. The sovereign Prince delegated small spaces of citizenship to no more than 3% of white men with income and capable of governing their regions as masters of a law that in their daily lives had more power than the Empire's own Constitution. When manifestations of discontent came from society, there were the forces of coercion of the State, and the militias of the lords of the land, to put things back in their place and allow Cronos³ to continue to command a time without changes.

Even with the proclamation of the Republic, citizenship remained a privilege - patrimonialist, eminently white and literate. The narrow paths of representative democracy were restricted to 5% of the population. The others were left to face the dense glass air. The 1891 promise remained as vain promise and the possibility of finding Kairós⁴ remained restricted, again, the manifestations came from the oppressed sectors and still socially and politically excluded.

The expression "human rights" was not yet part of the lexicon proper to workers' movements, even in the first agendas of social demands produced in strikes for social and economic rights, and also for civil and political rights of the first unions⁵. The State responded to all these movements with the superiority expressed in the sentence: *"The social question is a question of the police"*.

The modernizing changes of the second half of the 19th century did not produce a Republic capable of absorbing the liberal ideals typical of the international republican experiences of that historical period. Similarly were the economic transformations of Brazil in the first decades of the twentieth century "we are facing a historical evolution in which the" old sector "of the economy has not been transformed or destroyed to generate the" new sector " (Fernandes, 2005, 104).

³ Cronos is one of the gods who symbolize time in Greek mythology. In Greek mythology, guided by the mother Gaia (the earth), he castrated the father Uranus (the sky) and became the first king of the gods. His reign was prosperous, but he was threatened by the prophecy that he would be defeated by one of his sons. So that this prediction was not fulfilled, he devoured his children as soon as they were born. But Zeus was saved by his mother Rhea and, dethroned his father, expelled him from Olympus and freed all his brothers. For this reason, Cronos is seen as the time that inevitably leads everything to death.

⁴ Kairós is also one of the time gods in Greek mythology. It indicates a special moment. Kairós demands attention and promptness. There is no room for procrastination, carelessness and indifference. Kairós demands wisdom, indicating a special moment in time. An appropriate occasion that requires wisdom and discernment so that the possibility of meetings that are life-changing is not missed.

⁵ Although these demands were characteristically claims that have been linked to human rights since the universal declaration of 1789 and inserted in the proclamations of the Haitian Republic (1804), the workers' movement did not announce its struggles as struggles for human rights.



The Republic preserved patrimonialism and the republican revolution contained its impetus while the republican ideals were absorbed "... gravitated towards the internal reproduction of the economic order of the advanced nations, which exercised economic, cultural, political and diplomatic hegemony over the country"(Fernandes, 2005, 105). The ideal modernization of the Republic, especially linked to the assumptions of liberalism, contributed significantly to legitimize the "bureaucratization of patrimonialist domination and, consequently, the type of democratization of the political power that it included" (Fernandes, 2005, 107). Liberalism forgot the promises of equality, freedom and brotherhood that in the eighteenth century was as a universal promise. On the contrary, the nineteenth century would be in charge of demonstrating that freedom and equality meant a dense fog to justify the prominence of Cronos to safeguard the privileges of the elites. Which, in Brazil, became urban without breaking the ties that united the agrarian elites from the colonial period.

During this period, Brazilian political experiences oscillated between brief and limited experiences of representative democracy (1934-1937; 1945-1964) – interspersed with periods of dictatorships⁶. Kairos announces possible cyclical changes while Cronos watches over the preservation of structures and privileges. At the same time, the developmental modernization urbanized and industrialized Brazilian society requires not only the State reorganization with the institutionalization of relations between the different social sectors through the enactment of laws, but also the incorporation of new forms of representation of work sectors. Policies that at the same time benefit and disciplined the political action of unions and organizations of the underprivileged sectors.

The brief trials of democracy were followed by times of limitless authoritarianism. The first (1937-1945) was based on national developmentalism; the second (1964-1988) was hegemonized by international capital and committed to the political canons of the Cold War⁷ and the control of the economic policy was made by international financial organizations.

The limit between fragile democratic experiences and rigorous periods of authoritarianism has always been linked to the fine line between cooptation and citizenship control that Oliveira (1999, 63) called "imposed consensus".

In the 1937 dictatorship, the restriction of workers' citizenship was achieved through the persecution of unions of anarchist and communist origin, and even mutual aid associations in the military authoritarianism of 1964 chased and closed unions, in addition to prohibit the functioning of student organizations and suppress peasant organizations.

⁶ According to Bobbio (1985, 173) in contemporary times, people began to speak "of dictatorship regarding Italian fascism: after German National Socialism, Stalinism, and finally all governments, including the Greek colonels and General Pinochet (Chile), whose previous constitutional regime was forcibly removed, and where, after the conquest of power by an armed group, the government continued to exercised with violence, undermining all civil and political freedoms".

⁷ According to Chomsky (2017, 21), in 1962 John Kennedy made the decision to change "... the mission of the Latin American military from" hemispheric defense "to [...]" internal security ". In fact, war against the domestic population - if it raised its head. [...] A major initiative was a military coup in Brazil, backed by Washington and implemented shortly after Kennedy's murder, which instituted a murderous and brutal State of National Security. Then the plague of repression spread throughout the hemisphere, including the 1973 coup that installed the Pinochet dictatorship in Chile and, later, the most perverse of them all, the Argentine dictatorship - Ronald Reagan's favorite Latin American regime."



For Fernandes (2005) the political and economic transformations of the Republic - caused by the industrialization that capitalism caused in the social relations of production - were unable to break, in a revolutionary way, from the landowners and even from the ties of international dependence. Beyond these two limits, the Republic remained permanently vigilant, preventing the promises of liberalism - announced by the international declarations of human rights: liberty, equality and fraternity - from being accessible to urban workers and allowing the peasants to free themselves from the inheritances of slavery heritage.

The legacy of slavery persists not only as a culture of denial of social rights and political rights, implying not only the denial of formal rights, but human rights recognized as an inherent condition of a just and democratic society. On the contrary, the first two decades of this still young 21st century have an annual average of more than 5000 peasants released from work in conditions similar to slavery. Cronos remains vigilant guaranteeing the privileges of the elites and refusing rights to the oppressed.

The efforts to produce a democratic society, the process of consolidating democracy "took place almost entirely by the action of the dominated classes [...] to claim the portion that has no plot, the claim of speech ..." (Oliveira, 1999, 60). In the contemporary historical process at each period in which society came closer to overcoming basic rights, capable of responding to the needs of dignified life, it faced setbacks that broke constitutional legality through the use of force, or even by legal devices. Thus, disregarding legality while projecting "bridges to the future" that carry within them the denial of the right to think and express thought.

The second decade of the 21st century adds historical heritage to an economy hegemonized by competition of large companies and submitted to the financial system but willing to rebuild monopoly alliances that control the market by disciplining the flow of goods and submitting the aspirations of emancipation of nations and countries thus reversing the logic of the 19th and 20th centuries. In the logic of 20th century globalization (Belluzzo, 2004), the virtues of competition are celebrated while, like a fog, the prevalence of international companies over local companies is hidden. In this way, international capital and technology are praised and the inefficiency of the local industry, especially the state ones, stands out.

Once internationalized, the developmentalist alliance incorporated the most conservative social sectors, among them the heirs of the agrarian structure of the large property - now renamed as agribusiness - and the sectors averse to the cultural changes typical of advanced urban societies.

Alliances between dominant sectors have been remade and internal pacts were notably those that projected a society in search of social justice, human rights and democracy.

Polysemic expression gradually incorporates new concepts. Thus, the expression "human rights" responds to multiple interests; a) in the 1960s it is announced as a component of the American civilization model, taking the assumptions of market rights and the of way of life of the rich nations of the North. For Santos (2014, 96) human rights discourse makes it



possible to destroy life in order to save life”. In these shadowy periods, the polysemy of human rights takes multiple forms different from those of the last century: – “defense of subversives and terrorists” in the 1970s and 1990s, rights of right humans in the 2000/2010 decades, “bandit manure” in the 2010/2020 decade. Multiple expressions that serve as a dense fog and hide the way Cronos refuses to implement the assumptions of equality and freedom for the majority of the population. They can also compose a glass air assuming a “...false ideological universality that masks and legitimizes the concrete policy of imperialism and domination, military interventions and the Western neo-colonialism” (Zizek, 2014, 121).

Just in the 1970s - and already as an inheritance of the 1968 movements - the grammar of human rights assumed positions of denouncing the crimes of colonialist wars, especially in movements in defense of peace after the Vietnam War, "against torture and the restriction of fundamental freedoms, claiming validity beyond the sovereign autonomy of nation-state" (Moyn, 2013, 111). The UN Universal Declaration itself, which announces in its article 5 “*No one shall be subjected to torture, nor to cruel, inhuman or degrading treatment or punishment*”. In Latin America and especially in Brazil, the assumptions of human rights have enabled the reorganization of civil society and the democratization of political society.

As in 1937 and 1964 the coups d'état represent the validity of the “imposed consensus”, and the denial of the speech of the dominated means the suppression of human rights as a result of democracy (Bobbio, 1992). The democratization movements organized against authoritarianism that contributed to defeat it are produced through broad movements that in the 1980s made the impression, perhaps naive, that from the end of the military dictatorship everything could be different. Or as Elias (2005) highlights when recovering a sensation present in the French population after the death of Louis XIV, the feeling that with the passing of the King “Now everything will be better” (Elias, 2005, 29).

3. Kairós under the Shadow of Cronos

Kairós, in Greek mythology, corresponds to a precise moment of time, which also means the opportune moment. And it was also the name of one of the chariot horses of a mythological hero who had two horses, Kairos and Cronos. Cronos was the horse that kept the pace, and Kairós was the horse that, at the moment of the attack, pulled the chariot. As a metaphor, it is important to highlight that the opportune moment, the significant moment in the face of the exception time of political life, and the rescue of Human Rights was the redemocratization (it is linked to movements for the conquest and guarantee of social justice and the maintenance of the principles of a democratic system that goes beyond representation).

In the face of horror, civil society slowly reorganized itself from the spaces that the military could not control, among them are the spaces of the Christian Churches, the daily gatherings of intellectuals, humanists, academics and workers, the almost clandestine



meetings of exiles family and people in search of amnesty. The end of the economic miracle with the first oil crises and the oscillation of the foreign market and the flow of capital turned away sector of economic elites that perceived the benefits of military power being exhausted. Unhappy, they started to defend participation in the planning and execution of the economy.

The middle classes were also reorganizing, seeking to reestablish individual freedoms, end censorship and the redemocratization of the regime. While that, popular sectors articulated themselves in base and in specific collective protests movements such as the feminist movement, the new unionism, the The Homeless Movement, the Landless Movement (MST) and the Movement Against Carestia (MCC).

Beyond the decisive internal social movements, the military government was also pressured by the change of US along the Carter government (1977 - 1981). It's external policy aimed to regain control of the human rights discourse that begun to crumble with the crimes committed in the Vietnam War and the dictatorships in South America.

The military governments had no way to contained the demands from civil society, since they were weakened by the pressure of civil society, by international criticism and threatened by independent actions of the military groups, that coordinated political repression and broke the rigor of hierarchy. Kairós found spaces to the movement that Cronos could no longer contain.

The opening project sought to contain specialist of the repressing practices of information community and to preserve the repressive apparatus as a guarantee of risk-free redemocratization.

However the liberalization measures and further redemocratization would not have been taken by the regime if civil society had not produced the forms of resistance, as it was able to create, and if the social movements did not present alternatives to society. It is a matter of recognizing that the control of the process of redemocratization was under hegemony, sometimes from political-military society, sometimes from political forces associated to social movements. While the first tried to extend the military's political presence, and the second was advancing towards redemocratization under the command of civil society, that could no longer support the regime of terror and oppression.

From social movements, civil society⁸ exerted pressure and proved that it understood that democratization and the demand for human rights was a central element in the construction of a democratic, socially just.

At this juncture, the movements in defense of human rights began to act in pursuit of consolidating citizenship and social justice. Among the promoted the rights were: the defense of individuals against the arbitrariness of the State, such as illegal arrests and torture, the freedom of information and communication and the recognition of crimes committed by State

⁸ The year of 1979 was marked by strikes, by wage recovery in almost all economic sectors, which acquired a national character. It was suppressed the Decree-Law 1632 which eliminated the right to strike by public servants and services considered essential.



agents⁹. The social and economic rights, so necessary for the construction of social justice, two different interpretations emerged, one argued that these rights would naturally occur due to the free functioning of the laws of the market, and the other that understood that such rights should be demanded by civil society and guaranteed by the State.

The political heritage of the redemocratization period brought the strange desire to break free from the past without acknowledging it. With no consciousness, or even with relative conscience, it was demanded the forgetfulness - and the forgiveness - of crimes against humanity committed by state agents not recognizing the rights of those who suffered injustice. More than that, in some sectors of society it was preserved a relative consciousness, or unconsciousness able to assign to the former government the ability to solve the current difficulties.

In the period of democratization it was important to highlight that for the social movement, the culture of human rights meant guaranteeing the very identity of the principles of a social democracy as a way of knowing itself. While from 2015 social movements linked to national and international elites requested for military intervention and treated tortured people like national heroes. The social movement understood that being naively part of the international campaign for the defense of human rights could mean adhering to the game rules of international capitalism¹⁰.

4. Final Considerations

The past is not a lesson and the future is not complete when forgetfulness is induced. When manifestations against reforms need to be violently repressed and citizenship is permanently threatened as criminalization. And also when social movements are no longer recognized for the defense of rights and are treated - with the support and consent of the mass media - as criminals, vandals, troublemakers and, ultimately, terrorists.

The return to the past is necessary to oppose the versions of a hegemonic media of large corporations about the daily events. The streets and the public space remain the most evident place for the manifestations of a participatory democracy (the street demonstrations of the years 2013/2018/2019), which denies old practices of institutional politics. They are very different from the demonstrations that took place between 2015 and 2016, because the

⁹ For Clarice Herzog "One thing I have always advocated is that death by torture is murder. There is nothing political about it" (Herzog, 2008, 194).

¹⁰ Leonardo Boff stated on July 25, 1979 that "... the global campaign for human rights, headed by President Carter, (...) has great merits (...), but it can mean a deception for what it hides (the social rights). In the name of human rights, rich countries have rightly criticized the serious violation that occurs in the various military regimes in Latin America; however, they present themselves as honest and clean regimes, where the fundamental rights of the citizen are respected. This is the ideological deception, because only the individual rights were seen while violations of social rights in our countries were hidden. The rich countries were the primarily responsible for this crimes. Due to the exploitation relations they maintain with our countries, they generate economic and political crises that oblige our governments to maintain the minimum of social order, to repress relentlessly and, at times, barbarians".



protesters that are on the streets are an example of diversity and differences, whether aesthetic, cultural, ethnic or sexual.

The polysemic concept of human rights becomes a political foundation for the choices between the past and the future, especially when historical time goes through a period of intense acceleration with multiple meanings. A time that mixes Cronos' zeal by eliminating hypocrisies and making apologies for what previously suited to remain hidden while Kairos realize how much the privileges eliminate dignified life opportunities for most humans. But that is not all. The insatiable powerful people of the world do not seem to realize that their exploitation puts at risk the life living beings.

When memory is preserved, it is able to guide the present and immediately alert to the risks of the experiences that in the recent past have served to suppress civil and political rights.

In this way, the memory announces that the neo-facist adventures of this brief 21st century must be recursed. The recent experience of Brazilian society and everything that puts the assumptions of democracy at risk demonstrates - as this article also seeks to do - that the assumptions of "never again" are non-negotiable.

In order to consolidate democracy, it is necessary to break the dense mists that intend to forget what we have in memory. Preserving memory and making it a constant presence is the main way to preserve the heritage of movements that in the past - even in the most recent past - sought to produce a critical dimension of human rights. Not only to go beyond the denunciations of crimes committed against democracy, but, especially, through memory, to contribute to the reconstruction of a culture of participation and emancipation. Bring them to the attention of everyone and incorporate them into Kairós' efforts to overcome a long time of privilege and oppression.

5. Bibliography

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Educação e Emancipação. São Paulo, Ed. Paz e Terra Ltda. 2010, 5ª reimpressão.

ARENDT, Hannah. As Origens do Totalitarismo: Imperialismo, a Expansão do Poder. Rio de Janeiro, Editora Documenta, 1976.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. Ensaios Sobre o Capitalismo no Século XX. São Paulo, Editora Fundação UNESP, 2004.

BOBBIO, Norberto, A Era dos Direitos. Rio de Janeiro, Campus, 8ª edição, 1992.

BOBBIO, Norberto, A Teoria das Formas de Governo. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 4ª edição, 1985.



BOFF, Leonardo. Direito dos Pobres. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de julho de 1979, pg. 3.

CHOMSKY, Noam. Contendo a democracia. São Paulo. Rio de janeiro. Record. 2003.

CHOMSKY, Noam. Quem Manda no Mundo? São Paulo, Editora Planeta do Brasil Ltda, 2017.

ELIAS, Norbert. A Peregrinação de Watteau à Ilha do Amor. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

FERNANDES, Florestan. A Integração do negro na sociedade de classes, (completar)

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil, São Paulo, Ed. Globo, 2005

HERZOG, Clarice. A Tortura Não é Crime Político. IN: *Brasil Direitos humanos; 2008 A Realidade do País aos 60 Anos da Declaração Universal*. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos. 2008.

MOYN, Samuel. Entrevistado por André Rangel Rios. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Boaventura S. SE Deus Fosse um Antivista dos Direitos Humanos. São Paulo, Ed. Cortez, 2ªed. 2014.

ZIZEK, Slavoj. Violência. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

ZIZEK, Slavoj. Como Ler Lacan. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2010.



The Right to Food in Tension with Collective Food Actions: The Case of Córdoba (Argentina) at the Beginning of the 21th Century

El Derecho a la Alimentación en Tensión con las Acciones Colectivas Alimentarias: El Caso de Córdoba (Argentina) a Inicios del Siglo XXI.

Martín Eynard

(PhD, Professor at Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)

E-mail: eynardmartin@gmail.com

Abstract

This article will analyze the characteristics that food collective actions took in the city of Córdoba (Argentina) between 2001 and 2007, to put these conflicts with the right to food in tension, thinking in Latin American contexts from a sociological perspective. A qualitative interpretive approach and a mixed inquiry strategy were assumed. The following were used: a) semi-structured in-depth interviews and observation, and b) a hemerographic database of “food collective action” events. There were 844 events and three sub-cycles were identified: “explosion” (2001-2002), “dispute” (2002-2003) and “normalization” (2003-2007). In the “explosion” and “dispute”, the territories were moved to the street and in the cycle of “normalization”, from the street to the ministry. The State achieved the capacity of (re)control and process the conflict around the food issue. This did not imply the “resolution” of the food conflict, but its mutation to other more attenuated and not so visible forms, such as the “obesity of poverty” or the “social shortness”.

Keywords: Collective action; social protest; food collective actions; hunger; Argentine crisis 2001; Human Rights; Food; Bodies.

Resumen

Este artículo analizará las características que tomaron las acciones colectivas alimentarias en la ciudad de Córdoba (Argentina) entre el 2001 y el 2007, para poner en tensión esos conflictos con el derecho a la alimentación, pensando en contextos latinoamericanos desde una perspectiva sociológica. Se asumió un abordaje cualitativo interpretativista y una estrategia de indagación mixta. Se usaron: a) entrevistas en profundidad semi estructuradas y observación, y b) una base de datos hemerográfica de eventos de “acción colectiva alimentaria”. Hubo 844 eventos y se identificaron tres sub ciclos: “explosión” (2001-2002), “disputa” (2002-2003) y “normalización” (2003-2007). En la “explosión” y “disputa” se pasó del territorio a la calle y en el ciclo de la “normalización”, de la calle al ministerio. El Estado logró un (re)control para gestionar y procesar la conflictividad en torno a la cuestión alimentaria. Lo anterior no implicó la “resolución” del conflicto alimentario, sino su mutación a otras formas más atenuadas y no tan visibles, como la “obesidad de la pobreza” o los “petisos sociales”.

Palabras clave: Acción colectiva; protesta social; acciones colectivas alimentarias; hambre; crisis 2001 Argentina; Derechos Humanos; Alimentación; Cuerpos.



1. Introducción

El presente artículo se propone recorrer diversos hallazgos realizados en el marco de una tesis doctoral (Eynard, 2013, 2014), que tuvo como problema de investigación interrogarse acerca de qué características tomaron los conflictos sociales en torno al acceso a los alimentos en la ciudad de Córdoba (Argentina) entre el 2001 y el 2007, para poner en tensión esos conflictos con el derecho a la alimentación, específicamente pensando en contextos latinoamericanos.

Metodológicamente, se asumió un abordaje cualitativo interpretativista y una estrategia de indagación mixta. Se trabajó con fuentes primarias y secundarias. Las dos instancias principales de análisis implicaron: a) entrevistas en profundidad semi estructuradas y observación, y b) una base de datos hemerográfica de eventos de “acción colectiva alimentaria”, a partir de un diario local, entre el 2001 y el 2007.

Los principales resultados indicaron la existencia de 844 eventos de acción colectiva alimentaria entre el 2001 y el 2007 en la ciudad de Córdoba. Se identificaron tres sub ciclos dentro la serie estudiada, cada uno con sus características específicas. El ciclo de la “explosión” (2001-2002), desde el inicio de la serie en enero del 2001 hasta la llegada de Eduardo Duhalde a la presidencia. El ciclo de la “disputa” (2002-2003), con la presidencia de Duhalde. El ciclo de la “normalización” (2003-2007), desde la presidencia de Néstor Kirchner y los primeros meses de la presidencia de Cristina Fernández de Kirchner, hasta diciembre del 2007. Hubo mayor conflictividad en los ciclos de “explosión” y “disputa”, y una menor en el ciclo de la “normalización”.

En síntesis, en el ciclo de la “explosión” y la “disputa” se pasó “del barrio a la ruta” y en el ciclo de la “normalización”, de la ruta al ministerio: en otras palabras, la conflictividad se corrió desde los territorios hacia el espacio público, y luego a los ámbitos del Estado. El Estado logró un (re)control para gestionar y procesar la conflictividad en torno a la cuestión alimentaria. Lo anterior no implicó la “resolución” del conflicto alimentario, sino más bien su mutación a otras formas, quizás más atenuadas y no tan visibles (como la “obesidad de la pobreza” o los “petisos sociales”), pero aún presentes.

La estrategia argumentativa recorrerá diversos momentos. Inicialmente contextualizaré mi problema de investigación, para luego explicitar qué opciones metodológicas fui eligiendo. A posteriori, expondré los principales operadores analíticos utilizados, para luego recorrer los principales resultados que ya fueron anticipados en esta introducción. Finalmente, presentaré algunas conclusiones provisorias y reflexiones surgidas en base al trabajo realizado.

Es momento ahora de pensar en los distintos contextos que fueron estructurando las condiciones de posibilidad para la emergencia de los fenómenos que estudié.



2. Contextos

El artículo 25 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos indica explícitamente la importancia de lo alimentario:

“Toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado que le asegure, así como a su familia, la salud y el bienestar, y en especial la alimentación, el vestido, la vivienda, la asistencia médica y los servicios sociales necesarios, tiene asimismo derecho a los seguros en caso de desempleo, enfermedad, invalidez, viudez, vejez u otros casos de pérdida de sus medios de subsistencia por circunstancias independientes de su voluntad” (ONU, 1948).

El anterior posicionamiento sobre el derecho a la alimentación ha sido reivindicado en diversos tratados, como en el protocolo de San Salvador de 1996, y garantizado en su artículo 12, entre otros a escala regional y mundial (Jusidman-Rapoport, 2014).

Pensar en Derechos Humanos implica necesariamente revisar las tensiones entre las democracias en un capitalismo dependiente, las formas que ese capitalismo va adquiriendo, como así también en sus principales contradicciones (capital vs trabajo), y las consecuencias que esas contradicciones tienen en la vida cotidiana de los ciudadanos, en este caso en materia de acceso a los alimentos.

Es importante subrayar que mi propuesta de investigación se centró en estudiar un territorio particular, que NO es ni la capital, ni el área más densamente poblada de la Argentina, ni la provincia más populosa del país, sino mi ciudad, Córdoba: y esa particularidad demográfica enriquece el debate en tanto atiende a federalizar los análisis sociológicos sobre Argentina, con otro acento.

Respecto a la ciudad de Córdoba, la segunda en importancia en Argentina después de Buenos Aires, es relevante destacar que estamos hablando de una ciudad que en el 2001 tenía 1,3 millones de habitantes, y que durante la segunda mitad del siglo XX se caracterizó por ser una ciudad fuertemente industrial y metal-mecánica, que se evidencia en las diversas plantas autopartistas que existen, como por ejemplo Renault, Fiat, Volkswagen, y que *mutatis mutandis*, le dan a Córdoba un perfil similar al de Porto Alegre o Curitiba, en Brasil. “La Docta”, alberga desde 1614 la primera universidad del país, y con un perfil conservador y reaccionario, ha sabido parir en dos momentos de su historia mensajes en la dirección opuesta. En 1918 se gestó la “Reforma Universitaria”, un movimiento estudiantil que permitió democratizar la estructura conservadora de la universidad, oponiéndose a las estructuras clericales y coloniales de la época. En 1969 el “Cordobazo”, una gesta obrero-estudiantil, que significó una insurrección popular contra un gobierno militar dictatorial, e implicó la renuncia del dictador Juan Carlos Onganía, en acciones que coordinaron fundamentalmente al movimiento obrero cordobés, apoyado por el movimiento estudiantil.

Luego de los “treinta años dorados del capitalismo” (Hobsbawm, 1995) desde la segunda posguerra hasta mediados de los setenta, comenzó el ciclo neoliberal en la Argentina iniciado a sangre y fuego con la dictadura militar de 1976. Sabemos que las dictaduras

militares en el Cono Sur contaron con un nivel de coordinación regional a través del nefasto “Plan Cóndor”, y que la aplicación de la represión sistemática y el disciplinamiento de las sociedades latinoamericanas fueron parte ineludible de una estrategia geopolítica para implementar el proyecto neoliberal. Como plantean Seoane y Taddei (2009), las consecuencias sociales de las políticas neoliberales, sobre todo las de la década del noventa en la región y en nuestro país, han sido ampliamente investigadas (Quijano, 2000) (Borón, 2000).

Fueron las dictaduras cívico militares de la región, las que inauguran este período oscuro en la historia de nuestra región, como lo atestigua la primera experiencia piloto en Chile, con el golpe de estado de Pinochet al gobierno progresista y democrático de Salvador Allende, que en Brasil se expresó con la “Dictadura Militar” (1964-1985) y en Argentina asumió su horrenda forma con el “Proceso de Reorganización Nacional”, nuestra última dictadura-cívico militar, desde 1976 hasta 1983.

Sabemos de la pésima performance a nivel de desarrollo económico de las dictaduras latinoamericanas que las democracias tuvieron que afrontar durante sus transiciones (Cf. Terto Neto, 2018), fundamentalmente a partir de la pesada herencia en deuda externa que aquellas le dejaron a las incipientes democracias, que CEPAL categorizó con el concepto de “década perdida” para toda la región, haciendo alusión a las consecuencias paupérrimas que se observaron en Latinoamérica respecto al impacto sobre la capacidad productiva, el empleo y las condiciones sociales (Ocampo et al, 2014).

Asimismo, hay que subrayar que la hegemonía neoliberal durante la década del noventa implicó un violento proceso de concentración del ingreso y la riqueza a escala global, proceso tal que ha sido descripto como “polarización social mundial” (Quijano, 2000).

Para el caso de Argentina es suficiente marcar que nuestro país tenía en 1975 22 millones de habitantes y 2 millones de pobres. En el 2001 la cifra asciende a 37 millones, con 14 millones de habitantes pobres. El PBI per cápita argentino, en el período 1975-2001, disminuyó el 23 % (Lozano, 2001). El antecedente inmediato de la “crisis del 2001” fue el ciclo recesivo entre 1998 y 2002, con los siguientes datos:

Tabla 1: Desocupación, pobreza e indigencia en Argentina, 1998 y 2002.

	1998	Mayo-02	Incremento %
Desocupación	13,2 %	23 %	74,2 %
Pobreza	30,8 %	51,4 %	66,9 %
Indigencia	7,8 %	21,9 %	180,8 %

Fuente: Lozano (2001).

A partir del 2001, en un contexto crítico, la problemática alimentaria empezó a aparecer cada vez con mayor frecuencia e intensidad en Argentina. Sociológicamente,



comprendemos la carencia de alimentos como un “límite de compatibilidad sistémica” (sensu Melucci), ya que hace peligrar la reproducción material del cuerpo.

Respecto a la acción colectiva y la protesta, el ciclo de protestas sociales en la Argentina post 2001 es todavía materia de debates y estudios. Sin embargo, puede decirse que los procesos de expropiación, saqueo y dilapidación acaecidos con intensidad durante el neoliberalismo de los noventa –a su vez iniciados a partir de la última dictadura militar y que perduraron durante el regreso de la democracia en los ochenta– tomaron radical virulencia y visibilidad a partir de finales de la década del noventa y hasta la llamada “crisis del 2001”.

A partir del 2001, con un contexto de grave crisis social, política y económica, marcada por un amplio sector de la población bajo la línea de pobreza e indigencia, la problemática alimentaria empezó a aparecer cada vez con mayor frecuencia e intensidad.

En aquellos años, asistimos a la emergencia de acciones colectivas orientadas a visibilizar los conflictos en torno a la alimentación, dirigidas a marcar un límite en la estructura social: la supervivencia del propio cuerpo, máxime en una etapa capitalista en donde “no se perdona a los cuerpos” (Actuel Marx, 2007). Esas acciones tomaron distintas formas, que incluyeron reclamos al Estado por planes alimentarios, piquetes a supermercados en reclamo de comida, protestas por cierres de comedores escolares o populares, entre otras tantas acciones (Rodríguez, 2001) (Auyero, Moran, 2007).

Como punto de partida y a modo de enmarque contextual alimentario para nuestro país, la Encuesta Nacional de Nutrición y Salud del Ministerio de Salud de la Nación (2007) –una de las pocas fuentes de información existentes dada la ausencia de vigilancia epidemiológica sobre esta problemática– indicó que el bajo peso y la desnutrición crónica son las deficiencias nutricionales más significativas a nivel nacional. Además, la obesidad se presentó como una problemática en ascenso que afecta de forma desigual a las diversas regiones del país. Por otra parte, se identificó que luego de 25 años de intervenciones en materia alimentaria, las deficiencias nutricionales son todavía una problemática a resolver (Maceira y Stechina, 2008).

En cuanto a los hábitos y prácticas alimentarias, es destacable lo que Aguirre nota en cuanto a las estrategias de consumo de los sectores populares, al decir que las estrategias domésticas de consumo intentan aglutinar tres requisitos para sus comidas: que sean rendidoras (ricas), baratas y que generen poder de saciedad. Así, el pan, los cereales y las papas serán los alimentos preferidos y ocuparán los primeros lugares en las elecciones alimentarias de los sectores populares en Argentina (Aguirre, 2005).

Por otra parte, y vinculando la cuestión de la estigmatización o marginación de los sectores populares con claras consecuencias en el plano social y/o alimentario, Aguirre indica que en la medida en que el patrón alimentario rioplatense implica comer básicamente carne con otros alimentos, la constricción material de no poder disponer y/o acceder al consumo de ese bien delimita a los sujetos de estratos populares por fuera de ese patrón. En otras palabras, “(...) los pobres son comedores de fideos. No poder comer carne, en la cantidad socialmente adecuada los marca como marginales al respecto del patrón rioplatense, soportan



una nueva marginalidad, esta vez alimentaria” (Aguirre, 1997). Desde un punto de vista sociológico, entendemos a la alimentación como otro plano de distinción en el espacio social, en la medida en que cada tipo de consumo diferencial demarca a cada consumidor como diferenciado con respecto a los demás, desde las prácticas y representaciones, y con la vinculación de éstas a las condiciones y posiciones de clase referenciadas según los diversos tipos de capitales (Bourdieu, 1988).

Desde un punto de vista macro, es indispensable (re)articular la problemática de la alimentación en tanto condición necesaria *sine qua non* para la reproducción material de los cuerpos en el sistema capitalista. En este sentido, es estimulante retomar el antecedente del pensador brasileño Josué de Castro al destacar la situación –en plena década del cincuenta y presente hasta el día de hoy– por la cual las “grandes masas desheredadas” tenían como única herencia recibida y por transmitir de generación en generación su “cuota fija de hambre y miseria” (De Castro, 1969). Al mismo tiempo que destacaba la importancia de la variable alimentaria en el comportamiento político de los pueblos (De Castro, 1955).

De esta manera, se ingresa a una problemática alimentaria que se torna cada vez más relevante. Consideramos que Argentina, como región periférica dentro del capitalismo global, se encuentra en una posición subalterna que bien entra a jugar dentro de las características que Scribano le asigna a la actual estructura internacional de acumulación de capital, la cual puede resumirse en las siguientes particularidades: 1) un aparato extractivo de aire, agua, tierra y energía; 2) la producción y manejo de dispositivos de regulación de las sensaciones y los mecanismos de soportabilidad social; y 3) una máquina militar represiva (Scribano, 2007). Lo expuesto se torna todavía más notable cuando hablamos de carencias alimentarias en un país fundado desde sus inicios como proveedor de alimentos al mercado mundial, el bien conocido (ex) “granero del mundo”.

Una vez planteado el anterior contexto general, en el siguiente apartado analizaré el problema de investigación, objetivos y estrategia metodológica que fue elegida para abordar mi pesquisa.

3. Metodologia

Siempre teniendo en cuenta la tesis doctoral que es el principal marco de inteligibilidad de este trabajo, el problema de investigación se sintetizó en la pregunta: ¿qué características tomaron los conflictos sociales en torno a la alimentación en la ciudad de Córdoba entre el 2001 y el 2007?

El objetivo general fue reconocer las diferentes características de los conflictos sociales en torno a la alimentación en la ciudad de Córdoba en el período 2001-2007, mientras que los objetivos específicos se desglosaron en: a) reconstruir la red de conflictos en

¹ Nos hemos inspirado en De Castro para profundizar algunas relaciones entre alimentación, cuerpo y colonialidad, desde una sociología del cuerpo y las emociones en: Scribano, Huergo, Eynard, 2010.



torno a la cuestión alimentaria para la ciudad de Córdoba en el período mencionado, b) identificar las diversas formas que asumió la problemática alimentaria en la ciudad de Córdoba entre el 2001 y el 2007, y c) describir las acciones colectivas y protestas sociales en demanda de alimentos que hubo en la ciudad de Córdoba en el período de estudio.

La estrategia metodológica elegida implicó un abordaje cualitativo interpretativista (Scribano, 2008) (Corbetta, 1999) con una estrategia de indagación mixta (Creswell, 2013) que combinó el uso de fuentes primarias y secundarias. Dentro de las primeras se utilizaron entrevistas en profundidad semi estructuradas y observación participante. Se realizaron 33 entrevistas a 40 personas de diversas organizaciones (organizaciones de base, cooperativas, piqueteros, ONG, partidos políticos, gobierno, sindicatos, académicos, activistas, encargados de comedores populares, participantes en saqueos y familiares víctimas de la represión durante los saqueos).

Las fuentes secundarias usadas incluyeron informes y documentos de trabajo de las organizaciones, por un lado, y la construcción de una base de datos hemerográfica enfocada en el análisis de eventos de acción colectiva alimentaria por el otro, que indagó las siguientes variables: fecha; zona; actor protagonista; actor antagonista; tipo de relación; tipo de posición; demanda; tipo de acción; número de participantes; tipo de local saqueado; presencia de punteros; presencia de policías. La base de datos hemerográfica se construyó a partir del relevamiento de noticias del diario “La Voz del Interior” (versión impresa) entre el 2001 y el 2007, y se construyó y procesó mediante software específico como Microsoft Excel 2007 ® e IBM ® SPSS ® Statistics Version 19 (Release 19.0.0). Se utilizó estadística descriptiva para el análisis de las frecuencias, descriptivos, porcentajes y *crosstabs*.

4. Marco Teorico

A continuación recorreré las opciones teóricas elegidas para abordar la problemática. Los principales aportes provienen de la sociología del cuerpo, por un lado, y de los estudios sobre acción colectiva y protesta social, por el otro.

Sociología y cuerpo

Se concibe aquí la sociología del cuerpo como aquella que destaca la materialidad corporal de las relaciones sociales en el marco de los procesos de estructuración conflictivos y desiguales, en términos de las posiciones y condiciones que ocupan los sujetos en el espacio social (Marx, 2004; Bourdieu, 1999).

Sabemos que la existencia es, ante todo y primigeniamente, corporal (Le Bretón, 2008; 7). El cuerpo se constituye así, en el *locus* fundamental de la explotación, el conflicto y



el sufrimiento, pero también de la emancipación y el goce (Scribano, 2007: 123). En el cuerpo *aterrizan*, se hacen carne, las anteriores posibilidades.

La propuesta de Scribano a partir de una sociología del cuerpo y las emociones, indaga lo corporal en tres planos diversos de análisis. El *cuerpo individual*, el *cuerpo subjetivo* y el *cuerpo social* (Scribano, 2007). A su vez, y en íntima vinculación con lo anterior, en otro lugar (Scribano y Eynard, 2011) hemos propuesto homólogamente el análisis del *hambre individual, subjetivo y social*. Veamos ahora a qué nos referimos con cuerpo y hambre.

Para concebir al cuerpo desde Scribano, se lo hace desde una mirada que lo concibe analíticamente en tres planos relacionados:

Un *cuerpo individuo* que hace referencia a la lógica filogenética, a la articulación entre lo orgánico y el medio ambiente; un *cuerpo subjetivo* que se configura por la autorreflexión, en el sentido del 'yo' como un centro de gravedad por el que se tejen y pasan múltiples subjetividades y, finalmente, un *cuerpo social* que es (en principio) lo social hecho cuerpo (sensu Bourdieu). (Scribano, 2007:125).

La dimensión *orgánica* comprende la caracterización del cuerpo en tanto organismo biológico, sus procesos, funciones, estructuras y órganos, que resultan de una 'herencia' genética. Junto a esto, se incluyen los procesos sensoriales que captan información del medio ambiente a través de los sentidos. Las principales manifestaciones de la presencia de esta dimensión se observan en los límites entre la vida y la muerte, la enfermedad, la reproducción, el envejecimiento, etc.

El plano *subjetivo* implica los acontecimientos registrados y protagonizados por el 'yo', que permiten la construcción de una 'biografía', de una narración de la propia existencia. Este ámbito de predominio del sujeto, se constituye en las interacciones y relaciones con otros sujetos, de modo tal que resulta de los intercambios de carácter intersubjetivo, de allí que intervengan los procesos de identificación de las formas en que los otros 'me ven'.

El ámbito *social*, por último, incluye el conjunto de aprendizajes y saberes sociales, prácticas, hábitos, lenguaje, que dan forma al cuerpo 'orgánico'. La socialización es el proceso que permite la in-corporación de la sociedad y a la vez, la que contribuye a la constitución de la subjetividad. Además, se consideran en esta dimensión las actividades sociales que los cuerpos realizan.

Por su parte, ha sido a partir de la anterior caracterización de cuerpo, desde donde hemos partido para conceptualizar el hambre. El hambre se presenta como un fenómeno complejo y con múltiples aristas (Scribano, Eynard, 2011). Como ya hemos venido desarrollando en otros lugares (Scribano, Eynard, Huergo, 2010) nos interesa articular una definición de hambre enmarcada desde una sociología de los cuerpos y las emociones. Aquello a lo que designamos como *cuerpo* hace referencia a las distancias y proximidades en tensión entre *cuerpo individuo*, *cuerpo subjetivo* y *cuerpo social*.



Inspirados en el brasileño Josué de Castro, nos resulta indispensable destacar aquí dos conceptos claves en este desafío de conceptualizar la cuestión del hambre. Por un lado, la existencia de “matices” del hambre, en palabras de De Castro: “el hambre constituye un fenómeno de la más extensa variabilidad. En el enmarañado y policromo diseño del hambre universal, podemos sorprender los más variados matices” (1955: 55). Por otro lado, el concepto de “hambre oculta”, o sea, “la forma más típica del hambre de fabricación humana” (1955: 60).

Estas ideas son claves porque marcan un posicionamiento respecto a lo siguiente: a) el hambre es un fenómeno múltiple, que implica no sólo una variedad de “tipos” de hambre, sino también diferentes intensidades de los mismos. Es decir, trae consigo una variabilidad en cuanto a su extensión e intensidad; b) además, y en relación con lo anterior, el hambre oculta² significa que existen otros tipos de hambre, además de la inanición³, que pueden no tener marcas inmediatamente visibles a nuestra percepción cotidiana; y c) asimismo, el “hambre oculta” es un fenómeno que se instala como un síntoma de que el hambre es un hecho primariamente social.

Así, hemos propuesto una conceptualización en torno al hambre desde una visión sociológica donde se enfatiza su carácter relacional, funcionando en tanto *espacio de observabilidad abierto y sensibilizador*:

El *hambre individual* hace referencia a las “carencias de nutrientes” experimentadas por el *cuerpo individuo*, en un plano biológico (entendido socialmente). Se refiere a la ausencia de nutrientes –en un sentido amplio– para la reproducción de ese cuerpo. Se da en el plano de las relaciones entre los individuos, las organizaciones sociales y el medio ambiente.

El *hambre subjetivo* afecta a la “autorreflexividad del yo”, es decir, se vincula a las consecuencias de orden “identitario”, en las esferas cognitivo-afectivas que trae aparejadas el hambre. Se da en el plano de las relaciones del ser humano consigo mismo y sus consecuencias en la autoimagen corporal de los sujetos.

El *hambre social* impacta en la presentación social del sujeto. Si el hambre individual hace alusión a la relación ser humano-medio ambiente y el hambre subjetivo a la relación ser humano-*self*, el hambre social tiene como plano de aplicación la relación ser humano-Otros, es decir, reconecta el hambre individual y subjetivo del sí mismo (*self*) en relación a la vida-vivida-con-otros y para-otros. Se vertebra en base a las estructuras sociales incorporadas, al hambre “hecho cuerpo” y sus consecuencias en la estigmatización y la segregación.

² También llamado “desnutrición oculta”, es decir, la carencia específica de algún micronutriente que dificulta las funciones corporales.
³ Desnutrición aguda extrema.

⁴ Para profundizar esta caracterización “metodológica” de la noción de *concepto* pueden verse, por ser muy similares a las que usamos aquí, las realizadas por Giddens (1995) sobre “conceptos sensibilizadores”, y Bourdieu y Wacquant (1995) acerca de “conceptos abiertos”. Para ver otra perspectiva sobre “conceptos sensibilizadores”, ver Denzin (1971).

⁵ Usamos *self* en un sentido amplio y como operador conceptual sociológico, conscientes que están en juego las distancias entre subjetividad, identidad personal y sujeto.



El hambre individual, subjetivo y social se convierten así en unas maneras de rastrear las *formas* sociales que toman las disputas por los nutrientes en un contexto de conflicto depredatorio y sus *consecuencias*.

Paralelamente es relevante para lograr una articulación entre esta triple conceptualización del hambre con una sociología del cuerpo y las emociones, traer a colación sintéticamente al hambre en tanto nodo cognitivo-emocional, es decir, entender al hambre como una experiencia nodal en tanto estructuradora de emociones y sensibilidades. En diversos trabajos empíricos realizados,⁶ nos fue posible identificar cuatro formas dialécticas de estructuración diferentes: las metáforas del hambre, las marcas del hambre, la geopolítica del hambre y los usos políticos del hambre.

Para los fines de este artículo, interesa rescatar la última: los *usos políticos del hambre* instancian dos tipos de prácticas: por un lado, las de auto-organización y auto-responsabilización por parte de los que “sufren” el hambre, y por otro, aparecen fuertemente asociados a prácticas instrumentales de los actores sociales vinculados a la gestión de los programas alimentarios y planes sociales.⁷ Dichos usos no se limitan a los funcionarios y/o punteros políticos y señalan claramente en dirección a tecnologías de los usos del hambre (Scribano, Huergo, Eynard, 2010: 29).

Las anteriores conceptualizaciones re actualizan su productividad analítica de diversas formas. Se destaca la utilidad de la triple conceptualización del *hambre* (individual, subjetivo, social) y el nodo de los *usos políticos del hambre*. Ambas familias de conceptos son de utilidad para *reconocer las diferentes características de los conflictos sociales en torno a la alimentación*. Más específicamente, porque permiten comprender un fenómeno de acción colectiva alimentaria como un rotundo indicador de que la estructuración social se dirige a marcar un *límite de compatibilidad sistémico* (Melucci, 1996), la supervivencia del cuerpo.

En las acciones colectivas alimentarias emerge el cuerpo y el hambre en su proyección social, son esos cuerpos los que están indicando indexicalmente las fallas de un sistema que no cumple.

Acción Colectiva y protesta social: una perspectiva de síntesis

Dentro de los estudios de acción colectiva y protesta social existe una diversidad de enfoques para encarar la temática. Sintéticamente, pueden marcarse dos grandes tradiciones en el estudio de los movimientos sociales, la europea y la norteamericana. Las principales

⁶ Los trabajos empíricos realizados pertenecen a tres proyectos de investigación radicados en la UNC y en la UNVM, los resultados de los mismos fueron publicados en Scribano y Boito (2010).

⁷ Fundamentalmente el programa social de transferencia condicionada “Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados” implementado en 2002, que otorgaba 50 USD por mes a los jefes de familia. También el “Plan Nacional de Seguridad Alimentaria”, creado en 2003, en donde sus prestaciones incluyeron apoyo técnico y financiero para el desarrollo de programas alimentarios provinciales que entregaban módulos alimentarios, tickets para la compra de alimentos y apoyo a comedores comunitarios y escolares.



diferencias se evidencian en dos planos, el primero respecto al punto de lo que merece ser estudiado. Aquí la tradición europea se ha concentrado más en la comunalidad y la identidad, es decir sobre los rasgos que albergan los colectivos que los hacen definirse como un nosotros operante. La vertiente norteamericana, en cambio, se ha centrado en las variables de la racionalidad y la cooperación, es decir, en identificar cuáles son los motivos que hacen que los individuos actúen colectivamente. Por otro lado, el segundo plano refiere a la caracterización de los sujetos. Mientras la tradición europea presta atención a los factores de constitución del sujeto mismo, la norteamericana enfatiza en los factores estructurales que condicionan la conformación del actor colectivo. Sin embargo, se observan múltiples diálogos e intercambios entre ambos enfoques, el norteamericano de las *contentious politics* y la vertiente europea.

Sin embargo, aquí se ha elegido seguir una propuesta “de síntesis” de las anteriores vertientes mencionadas. Así, para comprender la dinámica de las acciones colectivas, los conflictos y la estructuración, se rescatan los aportes de Giddens (2003) y Melucci (1996) desde la relectura latinoamericana de Adrián Scribano.

En esa línea, las acciones colectivas presuponen la existencia de conflictos sociales, los cuales se definen por la disputa de los actores por la apropiación de un bien considerado valioso. Ese núcleo de conflictos que anteceden y presiden la acción colectiva se denomina *red de conflictos*. En cuanto a la estructuración, se parte del supuesto que la sociedad se constituye en la interacción de los agentes y las propiedades estructurales –condición y producto de las relaciones sociales-. Las relaciones sociales se anudan de acuerdo a varios factores estructurantes. Para las acciones colectivas, las redes de conflictos pueden usarse para la lectura de su proceso de estructuración y, consecuentemente, en la interpretación de las relaciones sociales implicadas en dicha acción.

Para poder comprender la complejidad implícita en las diversas formas en que se manifiestan estos conflictos, es necesario distinguir tres niveles de análisis: a) la conflictividad de la acción; b) su estructuración temporo-espacial; y c) sus modos de expresividad (Scribano, 2003).

a) *La conflictividad de la acción*. La acción colectiva presupone conflictos, está precedida y presidida por situaciones conflictivas. Estas “Redes de conflictos” que anteceden y operan como trasfondo, actúan re-definiendo constantemente las acciones, los agentes involucrados y los sentidos. Estas redes de conflicto que configuran el marco general de la acción colectiva, definen y redefinen los espacios públicos de la misma, estos son: *campo conflictual*, *campo de negociación* y *área de neutralidad*. El *Campo Conflictual* hace referencia a la “conformación relacional de un espacio multipolar de situaciones antagónicas entre los actores en conflictos. Dicho espacio, actúa como límite estructural de la acción colectiva y como horizonte de su génesis. En el conjunto de relaciones de atracción y rechazo que el campo genera tiene lugar la producción y reproducción de la acción colectiva. Estos mismos mecanismos de atracción y rechazo se ponen en marcha nuevamente una vez iniciada la acción colectiva, generando un complejo relacional distinto para poder conformar “la salida a la acción colectiva”, configurando el *Campo de Negociación*. En el momento en que



se busca esta “salida” se conforma un lugar donde se lleva a cabo la discusión acerca de las distintas valoraciones sobre los bienes que dispararon el conflicto, estableciéndose el *Área de Neutralidad*. Estos tres elementos constituyen las “Condiciones de la Acción Colectiva” (Scribano, 2003).

b) *La estructuración temporo-espacial de la conflictividad*. Es necesario plantear una estrategia para registrar los “ritmos” con que se reconfiguran continuamente la relación entre estos espacios. Esto permite captar la complejidad de la acción colectiva, evitando el sesgo de concentrarse en los momentos de visibilidad de la misma, e identificando lo que ocurre, lo que es observado, y la significación que esto implica. En este sentido, se distinguen distintos momentos de acción colectiva que expresan relaciones entre: las expresiones del conflicto, los distintos episodios que asumen las redes conflictuales y las manifestaciones de la acción colectiva. En la primera instancia se produce la disputa por los intereses y valoraciones en juego, reorientando la red conflictual. Estos reposicionamientos a niveles estructurales poseen un carácter “orientador” para las prácticas que se observan durante los episodios. Estos últimos son acciones públicas que expresan el estado del conflicto, poniendo en evidencia las redes conflictuales en tanto posiciones antagónicas de los actores, como así también su constitución y visibilidad identitaria. La relación entre estos dos campos se pone de manifiesto en la conformación del espacio conflictual y de negociación, pues anudan en tiempo y espacio la interrelación de los actores. Por último, las manifestaciones son acciones colectivas que los actores muestran como mensaje de visibilidad, lo que observamos como la forma, y como tal, son resultantes del espacio público constituido entre expresiones y episodios. Durante las manifestaciones se reproduce la identidad del colectivo, disputando el sentido de la acción.

c) *los modos de expresividad de la conflictividad*. Los recursos expresivos que los “agentes” ponen en juego en la acción colectiva devienen en un elemento simbólico de mediación identitaria. Su registro y estudio tiene que ver con la potencialidad de este elemento de “(...) construir y distribuir socialmente el sentido de la acción” (Scribano, 2003: 135). Presentan la particularidad de ser al mismo tiempo producto del sentido y sentido en producción. Estos recursos devienen en “marcas de la identidad colectiva”, produciendo mensajes tanto hacia el interior del colectivo, como hacia los contendientes identificados en el campo conflictual.

Por otra parte, la teoría de la estructuración supone que la sociedad se constituye en la interacción de los agentes y las propiedades estructurales, que son a la vez condición y producto de las relaciones sociales. Éstas se traban de una manera u otra de acuerdo a varios factores estructurantes, es decir, mecanismos que hacen que las cosas pasen en la realidad. En el caso de las acciones colectivas las redes de conflictos que preceden y presiden la acción pueden ser utilizadas en la lectura de su proceso de estructuración, y por lo tanto, en la interpretación de las relaciones sociales implicadas en dicha acción.

El proceso de Estructuración Social es entendido en el marco de la propuesta teórica de Anthony Giddens (2003). Desde esta perspectiva, las Estructuras se definen como reglas y recursos o conjunto de relaciones de transformación que se organizan como propiedades de



sistemas sociales. Estos últimos constituyen relaciones reproducidas entre los actores o colectividades, organizadas como prácticas sociales regulares. Así, el proceso de estructuración se conforma de las condiciones que gobiernan la continuidad o transmutación de estructuras y, en consecuencia, la reproducción de sistemas sociales.

En el esquema de la teoría de la estructuración, es crucial entender la dualidad de las estructuras sociales para la explicación de los sentidos de la acción. En este sentido, si las redes de conflicto son entendidas como conjuntos de conflictos, que preceden y operan como horizonte de la acción colectiva, redefiniendo constantemente las acciones, los agentes involucrados y el sentido de las acciones, juzgamos como válida la transposición de la identificación de este conjunto de prácticas (que constituyen las redes de relaciones conflictuales entre actores) como herramientas de análisis de la estructuración social.

En este punto resulta también importante destacar que la conflictividad social en torno a la cuestión alimentaria –o su manifestación más pornográfica, el hambre– opera como un entramado de síntomas, ausencias y mensajes. Se lo concibe como *síntoma* porque pone de manifiesto, visibiliza, des-ocluye y des-vela una serie de conflictos anteriormente desapercibida. Como *ausencias*, porque marca una no-presencia, se dirige directamente a un vacío que indica una falta, a veces semantizada como “carencia” o “necesidad” (Scribano y Cervio, 2010). En base a Roberto Melucci (1996), esos conflictos también advienen como *mensajes* sobre los *límites de compatibilidad sistémica*, es decir, anuncian hasta dónde son capaces de llegar los mecanismos de resolución de conflictos institucionalizados.

Así, se conecta la posibilidad de ingresar vía prácticas conflictuales hacia un análisis de la estructuración social que nos permita “echar luz” sobre los procesos sociales en juego alrededor de la cuestión alimentaria en la ciudad de Córdoba.

5. Resultados

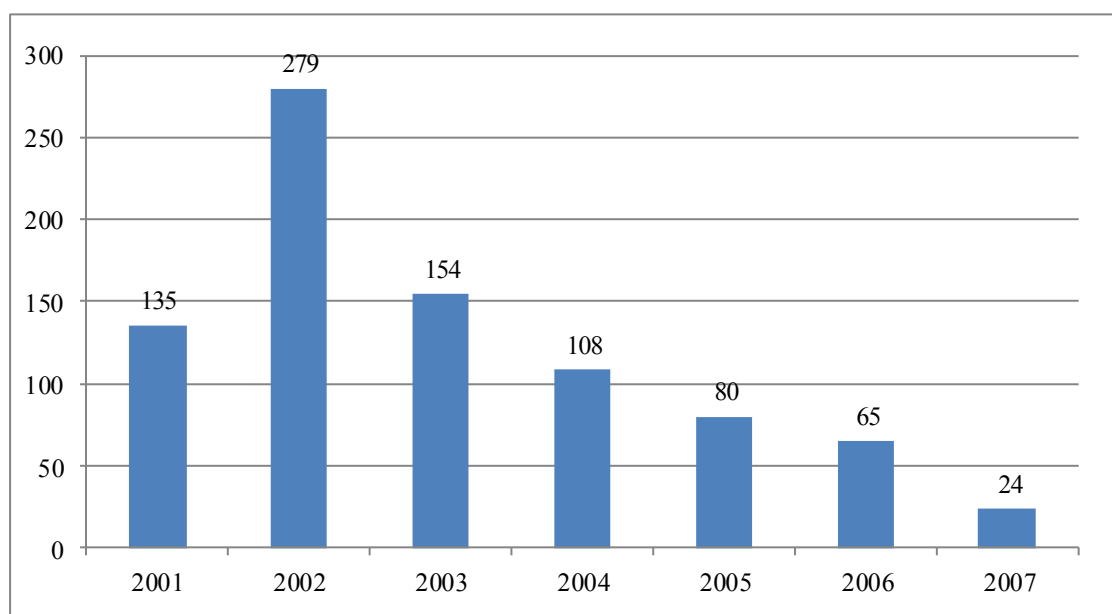
Considerando la conflictividad general en el período estudiado, se observa un ascenso brusco entre 2001 y 2002, en un claro ciclo de “intensificación” de la protesta social. Posteriormente al 2002, se observa un declive de la virulencia de las acciones vinculadas a lo alimentario, en donde fue perdiendo relevancia la protesta callejera y ganó visibilidad la negociación en las oficinas públicas, por ejemplo. A ese proceso hay que enmarcarlo dentro del propio proceso del movimiento piquetero en la ciudad de Córdoba, y de otros movimientos de base y sindicales que convergieron (no sin dificultades internas en esa coordinación) en la protesta por la cuestión alimentaria.

En otras palabras, en el 2001 ($n = 135$) se observa un momento de crecimiento de la protesta, que llega a su pico en el 2002 ($n = 279$) y en el 2003 ya se encuentra decreciendo ($n = 154$), a los niveles del 2001. En esa tendencia, a partir del 2003 y hasta el 2007 (2003 $n = 154$; 2004 $n = 108$; 2005 $n = 80$; 2006 $n = 65$), se observa una caída constante en la cantidad de eventos conflictivos en torno a la protesta por alimentación, que casi se “extingue” en el



2007 (n = 24). En el 2007, hubo menos del 10 % (n =24) de acciones referidas a la cuestión alimentaria con respecto a las que hubo en el 2002 (n =279), momento de máxima conflictividad.

Gráfico 1: Distribución de eventos de acción colectiva alimentaria por año (n=844)



Veamos a continuación la anterior dinámica de la conflictividad social general, a través de las voces de los diversos actores.

Sobre la cuestión de la movilización, la disputa entre las organizaciones sociales, el gobierno y la cooptación, Daniel Báez, referente del MST_TV⁸, Córdoba, indicaba que:

DB: El tema de los gobiernos era desmovilizar a la gente, sacarla de la calle, esa fue la intención siempre; a veces lo lograban y a veces hasta el 2003 no lo podían lograr, no lo logró hasta el 2006, 2005 que empezó a aflojar el movimiento de desocupados; lo que sí el Gobierno cambia de táctica.

ME: ¿Cómo analizan eso ustedes?

LO: Hace como un doble discurso del progresismo y de la izquierda, llama a los grupos afines a ellos a negociar y les empiezan a dar cosas, y cosas... y todo ese manejo de toda esa masa de guita que maneja el Estado la empezaron a agarrar las organizaciones afines, el movimiento Evita, todo este sector que todavía hay, pero siempre con esa intención de sacarnos a nosotros la posibilidad de controlar todo ese tipo de cosas.

ME: O sea que de alguna manera habría como una torsión, una modulación, una primera parte donde el control inicial lo tenía el PJ con sus planes; una segunda etapa donde le disputan ese clientelismo en el territorio

⁸ Agrupación piquetera.



DB: Sí, les ganamos barrios completos.

ME: Y les va bien, y después la política, después del 2003, donde quieren intentar de retomar, de volver a tomar ese control.

DB: Claro, porque tenés dos formas de sacar a la gente de la calle, la sacás con represión a los palos, que lo intentó Duhalde con la masacre del puente Pueyrredón que le salió a la inversa, y la otra es de qué manera vos pudrís desde adentro todo ese fenómeno, y es cooptando a los dirigentes (...).

Daniel Báez, referente del MST_TV Córdoba

En cuanto al ciclo de “la explosión” y su relación con la correlación de fuerzas entre los piqueteros y el Estado, es relevante reseñar la voz del MST_TV, cuando dialogábamos lo siguiente:

ME: ¿El cambio es después del Puente Pueyrredón, es con Duhalde, o después, con Kirchner?

DB: No, a mediados del 2002 el gobierno ya empieza a retroceder, porque ya sabe que no nos puede sacar de la calle, inclusive cada vez éramos más, ¿no? Porque nosotros empezamos con 11 comedores y llegamos a mitad del 2002 con 28, entonces y cada vez más gente y se veía en la calle, en la movilización y encima no nos movíamos solos, individualmente, sino como grupo, como frente y eran movilizaciones muy grandes, hicimos acampe en la Plaza San Martín.

Daniel Báez, referente del MST_TV Córdoba

En cuanto a algunas dificultades, o diferencias intra movimientos de base y piqueteros, es importante notar las *divergencias* internas que hubo, motivadas principalmente por diferencias políticas y por las “formas” de encarar las acciones directas. Al respecto, el representante del MST_TV entrevistado, indicaba que con el MTR⁹ y Quebracho¹⁰ tenían algunas diferencias:

DB: Cuando íbamos movilizándonos en común, discutíamos la característica de la movilización, siempre hay grupos que “sí... porque si rompemos y quemamos”, bueno, muchachos, si ustedes quieren hacer una cosa como esa, no es masiva la marcha, no voy a llevar mujeres y chicos y gente porque no estamos preparando un ejército para la guerra, ahora que hay una discusión, una característica política que hay que hacerlo, bueno, entonces discutimos de otra forma, pero ahí no van a ir todos los compañeros, primer punto, por lo menos, de nuestra organización, discutíamos eso, qué características, “no... es exigencia, presión, movilización”, “macanudo” entonces íbamos, nadie tira una piedra, nadie rompe un vidrio, nadie hace locuras, porque si no la seguridad de las propias organizaciones... lo sacamos corriendo, eso era principalmente para frenar a Quebracho... que se juntaba mucho con el MTR, que son siempre... ¿viste?, que creen que son más revolucionarios si tiran una molotov y rompen un vidrio, ¿viste?, hay veces que sí, pero en esta etapa es otra la forma, salvo que el colectivo lo discutiera que esa es otra posibilidad, entonces, bueno, no van a ir todos los compañeros, hay compañeros que están dispuestos a ponerse el casco y armar quilombo, no es que arrugamos en ese sentido, pero tiene que haber, tiene que partir de una caracterización política.

⁹ Agrupación piquetera.

¹⁰ Movimiento político de diversas tendencias ideológicas que van desde el peronismo de izquierda al marxismo.



Daniel Báez, referente del MST_TV Córdoba

Por su parte, el MTR indicaba su punto de vista en cuanto otras organizaciones piqueteras (refiriéndose elípticamente al PO¹¹ y al MST_TV), en cuanto a algunas diferencias que los constituían:

SI: Es más, me acuerdo que en una de esas asambleas nacionales, eh... los compañeros que venían de las primeras organizaciones piqueteras que surgen en el 96, 97, a todas estas otras, sobre todo las del Partido Obrero que surgen, en realidad, en el 2001, 2000-2001, y por una cuestión que yo entiendo que hubo una lectura oportunista (...) los compañeros le cantaban que eran “piqueteros de cartón” (risa), y bueno, eso puso un poco tensas las relaciones, después como que se trató de mediar como para que no se pudra, pero sobre todo los compañeros más jóvenes que venían haciendo una experiencia de ruta ya de años, sobre todo a la gente del Partido Obrero les decían que eran piqueteros de cartón, que no eran piqueteros de verdad, todos esos planteos de no cortar la calle, que no esto, que no aquello, que no lo otro... no, no, no, si sos piquetero no podés andar planteando esas cosas...

CE: Sí, el Polo Obrero, el Teresa Vive... muchas de estas expresiones como más... tibias a la hora de expresarse en política.

Silvia y Cesar, referentes del MTR Müller

Respecto a las alianzas y rupturas entre el movimiento piquetero en Córdoba para el período de investigación, es importante la síntesis que realiza un integrante del Polo Obrero Córdoba:

MD: Con Barrios de Pie siempre hicimos acciones comunes, hasta su cooptación por el kirchnerismo (...) Hasta el 2003, hicimos acciones conjuntas entre el Bloque Piquetero y ellos.

ME: (...) PO, MTR, UNIDHOS más (...) hasta el 2003, Barrios de Pie.

MD: Claro, hacíamos acciones en conjunto, Barrios de Pie siempre trató de mantenerse al margen del Bloque Piquetero, de hecho nunca lo integraron.

Manuel D'Alessandro, referente Polo Obrero Córdoba

Continuando en la línea de caracterizar algunas tensiones internas entre los distintos actores, es importante posicionar la postura de los piqueteros (que en su mayoría expresaron la misma sensación), con respecto a la Iglesia:

MD: (...) con sectores de la Iglesia (católica) nunca desenvolvimos nada, porque además, la Iglesia desarrolló políticas muy reaccionarias contra el movimiento piquetero porque la gente se iba de las iglesias a luchar, entonces, se desmadraba el rebaño y eso era muy complicado. Por eso hay que tener cuidado, yo en esto, más allá de las posiciones ideológicas, marxistas, hay que tener cuidado, sectores que se reivindican muy populares de la Iglesia (...) son tipos que no construyeron nada y siempre terminaron capitulando, ese es el punto más grave porque este... nunca le dieron proyección de absolutamente nada, pero eso está a nivel nacional.

Manuel D'Alessandro, referente del Polo Obrero Córdoba.

¹¹ Agrupación piquetera perteneciente al Partido Obrero (trotskista).



Además, el referente del Partido Obrero de Córdoba resumía la anterior idea indicando que:

ES: (...) la Iglesia como institución jugó un rol reaccionario en todo el proceso... Cáritas es una máquina de recibir subsidios.

Eduardo Salas, referente del Partido Obrero Córdoba

En la misma línea pero de diversa forma, el MST_TV indicó que:

DB: Nunca recibimos ayuda de Cáritas o evangelistas, ya que ellos tenían un sistema propio de ayuda y no incluían a las organizaciones piqueteras. Se canalizaba la ayuda en forma individual y por pertenencia al credo respectivo.

Daniel Báez, referente MST_TV Córdoba

La única “excepción” en cuanto a esta percepción de los piqueteros respecto a la Iglesia, provino de un ex militante de Barrios de Pie, quien indicó que:

PE: Sí, hubo siempre mucha más buena onda con la Iglesia evangelista, por casos puntuales, eh... la Iglesia católica salvo en el caso, me estoy acordando de los curas, (...) en Villa El Libertador estaba el padre Pol [Zayat] que trabajó mucho tiempo en Barrios de Pie, en el sentido de apoyar, ir a las marchas, pero tenía un trabajo muy parroquial, entonces siempre apoyaba desde la parroquia (...) después hubo sobre todo (...) el caso de [barrio General] Savio fue para mí muy emblemático, porque me acuerdo que había una Iglesia evangelística que (...) dirigía ahí el comedor, incluso llegaron a movilizarse con nosotros, (...) yo me acuerdo que se movizaron...

“Pedro”, ex militante Barrios de Pie Córdoba

Asimismo parece justo traer a colación la postura de la iglesia respecto a los movimientos sociales, que no dejó de tener sus ambivalencias y contradicciones respecto a su participación o no en las protestas sociales:

HS: Habíamos logrado también un trabajo mancomunado no sólo con Cáritas, sino con asociaciones que no eran creyentes, nos reuníamos todos. Una vez me acuerdo que estaba repleto el salón de Cáritas, repleto, de comedores, de gente, y salió el tema de la participación de la Iglesia en el conflicto, y ahí se vio la diversidad terrible, yo por suerte estaba afónico, estaba ronco así que no podía hablar (ríe), y me acuerdo que había posturas irreconciliables, de algunos que decían que no (enfatisa) se debía estar en el conflicto, “¿cómo vamos a estar tirando gomas, cortando las calles?”; a otros, el Nico, que decía “no, no sólo que debemos estar, sino que yo llevaría las gomas” (risas)... dos posturas completamente distintas.

Padre Horacio Saravia, referente de la Pastoral Social de Córdoba

La cuestión con la Iglesia y Cáritas seguramente despertaba estas “sospechas” del movimiento piquetero dada la relación de la Iglesia de Córdoba (o sectores de ella) con el poder. Hubo diversas sinergias entre Cáritas Córdoba y el empresariado (como por ejemplo con Wal-Mart desde el 2002), tal como relata una técnica de esa institución:



MI: Lo del proyecto Wal-Mart (...) el “vuelto solidario”¹², siempre hemos hecho algo con eso.

“Mirta”, técnica de Cáritas.

La *localización* de los eventos, por su parte, tuvo a la ciudad de Córdoba en el lugar central, con el 72 %. Hubo también eventos “provinciales” y “nacionales” que se hicieron en la ciudad de Córdoba, con un 14 % cada uno. Cuando fue posible localizar en qué lugar de la ciudad se llevaron a cabo los eventos, el centro fue el más frecuente, con un 22 %, le siguieron noroeste y sureste con un 13 %, suroeste con el 12 %, y noreste, con un 8 %. Fue descripto el evento por el matutino el 32 % de las veces como una acción sucedida en “la ciudad de Córdoba” en general y sin especificación, sin embargo, se propone que mayormente ese tipo de acciones no especificadas, podrían haberse realizado en el centro de la ciudad, engrosando la localización en ese sector.

En cuanto a la conflictividad general y localización de las acciones colectivas alimentarias, hubo una tendencia al incremento de los eventos de acción colectiva alimentaria, que fue intensa en el período 2001-2003, durante los ciclos de la “explosión” y la “disputa”. En ese sentido, se registraron en el 2001, 135 eventos de acción colectiva alimentaria, en el 2002 llegó a su “pico” (n = 279), para posteriormente en el 2003 “bajar” (n = 154) a los niveles del 2001. A partir del 2004 y hasta el 2006, se observaron cada vez menos eventos, descendiendo de manera constante hasta el 2006 (2004 n = 108; 2005 n = 80; 2006 n = 65). Estos eventos casi se “extinguieron” en el 2007 (n = 24). Sin embargo, y en función del marco teórico construido, es importante destacar que la conflictividad social hace un “péndulo” entre momentos de visibilidad y de latencia, y tal dinámica se expresa de varias maneras, por ejemplo a través del cambio de tipos de acción, de demandas, protagonistas y antagonistas. Por lo tanto, más que hablar de lisa y llana “desaparición” (y para prevenir de la ilusión acerca de algún tipo de “resolución” de la problemática), es más consistente proponer una *mutación* de las formas de expresión y visibilidad de la problemática a lo largo de la serie. Si bien a partir de la información secundaria recolectada es justo hablar acerca de la mejora de algunos indicadores sociales desde el 2003 en adelante, de la mano de la reactivación de la economía y la implementación de políticas públicas, también podemos afirmar que existen aún serias dudas acerca de los alcances de dicho “crecimiento”, como puede notarse a partir de las críticas provenientes de distintos ámbitos nacionales e internacionales en cuanto a la carencia de información accesible y de calidad para valorar la evolución de la problemática alimentaria en el país.

A partir de los insumos cualitativos emergentes de las entrevistas y las observaciones, podemos también indicar algunos procesos, desde la perspectiva de los actores. Primeramente, que el movimiento de desocupados, piqueteros y organizaciones de base, tuvo un alto grado de “poder” que fue en ascenso creciente hasta el 2003, a partir de la “contienda callejera” y la movilización coordinada de las diversas agrupaciones piqueteras que se movían con la estrategia de “frentes” (que existió, no sin conflictos y contradicciones internas entre las distintas agrupaciones). En Córdoba los actores principales fueron el

¹² La empresa colectaba los vueltos en el supermercado y los donaba a Cáritas.



movimiento piquetero, sobre todo en Barrios de Pie, MST_TV, Polo Obrero, UNIDHOS y el MTR. Luego del 2003 se estacionó esa capacidad de maniobra de los piqueteros a partir del inicio de la “transversalidad” kirchnerista y hasta el 2005-2006. Fue recién luego del 2005-2006, desde la visión de varios entrevistados, que el gobierno pudo empezar a “controlar” nuevamente la situación de la movilización social vinculada a las acciones colectivas alimentarias, a partir de la negociación del estado con los movimientos sociales, vía represión, estigmatización, cooptación u otorgamiento de beneficios –o una combinación *sui generis* de esas opciones-.

Respecto a la localización de las acciones, hay que notar que no fue una de las variables más fértiles a la hora de proveer información sobre la cuestión alimentaria. Basta indicar solamente que el 72% de los eventos de acción colectiva alimentaria tuvieron a la ciudad mediterránea como su lugar central. Hubo también eventos “provinciales” y “nacionales” que se replicaron en La Docta, siendo estos el 14% de los casos, respectivamente. Cuando fue posible localizar la zona dentro la ciudad en donde sucedieron los eventos, la mayoría de las veces fue en el centro, con un 22% de los casos.

6. Conclusiones y Reflexiones Finales

A lo largo de este artículo recorrimos diversos nodos dispuestos para comprender la estructuración social y el conflicto en torno a las acciones colectivas alimentarias en la ciudad de Córdoba, entre el 2001 y el 2007. Se hizo una revisión de tres perspectivas en torno a la acción colectiva, como así también alrededor de distintas herramientas conceptuales acerca de la alimentación.

Como reflexión, creo que es indispensable repensar en clave regional latinoamericana las diversas aristas de la estructuración social, al momento de pensar las condiciones de reproducción social del cuerpo, específicamente en torno al problema del acceso a los alimentos en un capitalismo dependiente y colonial como el argentino y latinoamericano. También es importante observar cómo fue variando la visibilidad de la conflictividad social en torno al acceso a los alimentos en la ciudad de Córdoba en función de la reactivación de la economía, como así también de la implementación de programas sociales por parte del Estado, quien reconcentró poder en la serie temporal estudiada y pudo modular la conflictividad y su visibilidad en el espacio público.

Lo anterior no implica que para el periodo post 2007 se hayan “resuelto”, ni mucho menos, los problemas vinculados a la cuestión alimentaria. En todo caso, mutó a formas más sutiles, como la obesidad de la pobreza (Aguirre, 2005), o los “petisos sociales” (Britos *et al*, 2003)¹³.

¹³ Los fenómenos de la obesidad de la pobreza o los “petisos sociales” aluden a situaciones de malnutrición y desnutrición crónica. La obesidad de la pobreza es un fenómeno que apunta a denunciar que a nivel epidemiológico, es cada vez más frecuente la existencia de obesidad en los sectores más vulnerables, fundamentalmente porque los alimentos a los que pueden acceder se caracterizan por ser ricos



Hemos visto a lo largo de este trabajo, cómo es necesario un estudio pormenorizado de las diversas variables sociales que van estructurando sociológicamente determinada sociedad en un periodo concreto, para que tal perspectiva crítica sirva para “pensar en derechos humanos”, y también para denunciar los riesgos que implica que un estado democrático abandone su labor en garantizar algunos derechos básicos, como el de la alimentación, ya que como indicaba Josué De Castro: “*Os ingredientes da paz são o pão e o amor*” (De Castro, 2007: 231).

7. Bibliografía

- ACTUEL, Marx (2007). *Presentación*, en Haber, S., Andrieu, B., Molinier, P. (Comps.), *Cuerpos dominados, cuerpos en ruptura*. Nueva Visión, Buenos Aires.
- AGUIRRE, P. (2005). *Estrategias de consumo: qué comen los argentinos que comen*. Miño y Dávila, Buenos Aires.
- AGUIRRE, P. (1997). *Patrón alimentario, estrategias de consumo e identidad en la Argentina. Procesos socioculturales y alimentación*. Serie Antropológica. Ed. del Sol, Buenos Aires, p. 161-187.
- AUYERO, J. & MORAN, T. P. (2007). *The Dynamics of Collective Violence: Dissecting Food Riots in Contemporary Argentina*. En *Social Forces*, Vol 85, No 3, March.
- BORON, A. (2000). *Tras el Búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo* (Buenos Aires: CLACSO).
- BOURDIEU, P. (1988). *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Taurus, Madrid.
- BOURDIEU, P. (1999). *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona. Anagrama.
- BRITOS, S.; O'DONNELL, A.; UGALDE, V.; CLACHEO, R. (2003). *Programas alimentarios en Argentina*. CESNI, Centro de Estudios Sobre Nutrición Infantil.
- CORBETTA, P. (1999). *Metodología e tecniche della ricerca sociale*, Bologna, Il Mulino.
- CRESWELL, J. W. (2013). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage Publications, Incorporated.
- DE CASTRO, J. (1955) *Geopolítica del hambre*. Editorial Raigal, Buenos Aires.
- DE CASTRO, J. (1969) *El libro negro del hambre*. EUDEBA, Buenos Aires.

en hidratos de carbono simples y grasas. La categoría de petisos sociales, denuncia la existencia de situaciones de desnutrición crónica e intergeneracional, que generan acortamiento de la altura por privación de alimentos.



DE CASTRO, J. / DE MELO, M.M. [e] WANDERLEY NEVES, T.C., (Org) (2007) Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 323 p.: il. — (Perfis parlamentares; n. 52). Brasília.

EYNARD, M. (2013) *Cuerpos y alimentación en crisis: conflictos sociales en torno a la cuestión alimentaria en la ciudad de Córdoba, 2001-2007*. Tesis de Doctorado, Mención Ciencias Sociales y Humanas, Universidad Nacional de Quilmes (mimeo).

EYNARD, M. (2014). *Cuerpos, hambre y protesta social: la ocupación de un ministerio en demanda de alimentos*. Revista latinoamericana de estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad, 6(14), 54-67.

GIDDENS, A. (2003). *La constitución de la sociedad*. Amorrortu, Buenos Aires.

HOBBSBAWN, E. (1995). *Historia del Siglo XX*, Grijalbo, Barcelona.

JUSIDMAN-RAPOPORT, C. (2014). *El derecho a la alimentación como derecho humano*. *Salud Pública de México*, 56(Supl. 1), s86-s91. Recuperado en 20 de agosto de 2019, de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342014000700013&lng=es&tlng=.

LE BRETON, D. (2008). *Sociología del cuerpo*. Buenos Aires. Nueva Visión.

LOZANO, C. (2001). *Contexto económico y político en la protesta social de la Argentina contemporánea*, OSAL N° 5 - septiembre 2001, CLACSO, Buenos Aires.

MACEIRA, D. y STECHINA, M. (2008). *Intervenciones de política nutricional en 25 años de democracia*, Documento de Políticas Públicas. CIPPEC, Buenos Aires, marzo de 2008. Disponible en: http://www.cippec.org/nuevo/files/bv_320.pdf (visitado el 20 de agosto de 2009).

MARX, K. [1932] (2004). *Manuscritos Económico- Filosóficos de 1844*. Buenos Aires: Colihue.

MELUCCI, A. (1996). *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge University Press, New York.

NETO, U. T. (2018). *Protecting Human Rights Defenders in Latin America: A Legal and Socio-Political Analysis of Brazil*. Springer.

OCAMPO, J. A., STALLINGS, B., BUSTILLO, I., VELLOSO, H., & FRENKEL, R. (2014). *La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica*. Cepal.

ONU (1948). *Declaración Universal de los Derechos Humanos*. Artículo 25 [documento en internet] [consultado el 20 de agosto de 2019]. Disponible en: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/spn.pdf

QUIJANO, A. (2000) *Colonialidad del poder, globalización y democracia*, mimeo.

RODRÍGUEZ, G.B. (2001). *Un 'Rosario' de conflictos. La conflictividad social en clave local*. En OSAL N°5 "La protesta social en la Argentina". CLACSO. Buenos Aires.



SCRIBANO, A (2007). *La Sociedad hecha callo: conflictividad, dolor social y regulación de las sensaciones*. En: Scribano, Adrián (compilador) *Mapeando Interiores. Cuerpo, Conflicto y Sensaciones*. CEA - Universidad Nacional de Córdoba. Jorge Sarmiento Editor. Córdoba.

SCRIBANO, A (2008). *El proceso de investigación social cualitativo*. Prometeo. Buenos Aires.

SCRIBANO, A. & CERVIO, A.L. (2010). *La ciudad neo-colonial: Ausencias, Síntomas y Mensajes del poder en la Argentina del siglo XXI*. SOCIOLOGICA, vol. 2, no 2, p. 95-116.

SCRIBANO, A. & EYNARD, M. (2011). *Sociologando: Hambre individual, subjetivo y social (reflexiones alrededor de las aristas límite del cuerpo)*. Boletín Científico Sapiens Research, 1(2), 67-71.

SCRIBANO, A. (2003). *Una voz en muchas voces: acción colectiva y organizaciones de Base. De las prácticas a los conceptos*. SERVIPROH. Letras de Córdoba. Córdoba.

SCRIBANO, A., EYNARD, M., & HUERGO, J. (2010). *Alimentación, energía y depredación de los bienes comunes: la invisibilidad de la expropiación colonial*. Boletín Onteaiken, N° 9, año 5.

SCRIBANO, A., HUERGO, J. y EYNARD, M. (2010) *El hambre como problema colonial: Fantasmas, Fantasías sociales y Regulación de las Sensaciones en la Argentina después del 2001*. En el libro *El purgatorio que no fue: acciones profanas entre la esperanza y la soportabilidad* de Adrián Scribano y Eugenia Boito (Comps.). Pp. 23-51. ISBN: 978-987-1599-30-1. Editorial CICCUS, Buenos Aires.

SEOANE, J., & TADDEI, E. (2001). *Resistencias Mundiales*. De Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires: CLACSO.



Human Rights Defenders and Networks for their Protection: A Response to Repressive Environments

Defensores y Defensoras de Derechos Humanos y Redes para su Protección: Una Respuesta a Entornos Represivos

Mauricio Angel

(Jefe de Políticas, Investigación y Formación, Protection International en Bruselas, Bélgica)

E-mail: mangel@protectioninternational.org

Abstract

International protection systems are based on the centrality of the State to guarantee the safety of human rights defenders (HRDs). In parallel, the dominant paradigm to protect HRDs at risk is the provision of individual protection measures. These solutions do not match the reality in many countries: States have regressed in their role as guarantor of human rights; and they have yielded their place to non-state actors, even entering into corrupt alliances with the latter, favoring the repression of communities that organize to defend their rights. The fieldwork experience of Protection International teams in countries of Latin America, Southeast Asia and sub-Saharan Africa has shown that the protection of HRDs is part of activism for claiming human rights as a social process and within its nature as social and relational beings. In other words, HRDs must be assumed as beings immersed in the struggles of their communities, their relationship with other social and political actors, and in their interaction with the territories, in the resistance to repressive and violent environments. It is from these relationships within networks that collective action in defense of human rights is favored - action that incorporates protection practices that help maintain resistance.

Keywords: Human Rights Defenders; Protection Networks; Repressive Environments.

Resumen

Los sistemas internacionales de protección se basan en la centralidad del Estado para garantizar la seguridad de las defensoras y defensores de derechos humanos (DDH). En paralelo, el paradigma dominante para proteger aquellos DDH en situación de riesgo es la provisión de medidas individuales de protección. Estas soluciones no se compaginan con la realidad en muchos países: los Estados han retrocedido en su rol de garante de los derechos humanos; y han cedido su lugar a actores no estatales, incluso entrando en alianzas corruptas con estos últimos, favoreciendo la represión de comunidades que se organizan para defender sus derechos. La experiencia de trabajo de terreno de los equipos de Protection International en países de América Latina, Sudeste asiático y África subsahariana ha venido demostrando que la protección de las y los DDH se inscribe dentro del activismo por reivindicar derechos humanos como proceso social y dentro de su naturaleza como seres sociales y relacionales. Es decir, las y los DDH deben ser asumidos como seres inmersos en las luchas de sus comunidades, su relacionamiento con otros actores sociales y políticos, y en su interacción con los territorios, en la resistencia ante entornos represivos y violentos. Es a partir de ahí esas relaciones dentro de redes que se favorece la acción colectiva de defensa de los derechos humanos – acción que incorpora prácticas de protección que ayudan a mantener la resistencia.

Palabras-clave: Defensores/as de los Derechos Humanos; Redes de Protección; Entorno Represivos.



1. Introdução

En los últimos años, hemos asistido a un desmoronamiento progresivo de las normas internacionales de derechos humanos y los valores democráticos. Las agendas revisionistas de algunos regímenes autoritarios que cuestionan los valores democráticos y la universalidad de los derechos humanos son reforzadas por la débil respuesta de muchas democracias del mundo occidental. En los países del Norte Global, y en particular en Europa y Estados Unidos, se observa un creciente apoyo a los partidos y actores políticos populistas de derecha, así como un retorno al nacionalismo de carácter étnico y en oposición a las políticas favorables a la inmigración¹.

Estas tendencias, sumadas a la guerra contra el terrorismo iniciada hace casi dos décadas, y en el último año debido a la pandemia de Covid-19, están teniendo consecuencias negativas en términos de libertades civiles. Esto va acompañado de amenazas emergentes en la protección de los derechos humanos – especialmente la libertad de expresión (incluida en espacios digitales y redes sociales) y de asociación (con excesos de regulación vigilancia a ONG y actores de la sociedad civil) –, con medidas regresivas en contra de grupos minoritarios étnicos, religiosos y de género, que son utilizados como chivos expiatorios de los problemas de los países².

Del mismo modo, en los países del Sur Global encontramos una tendencia similar, con el cuestionamiento de los valores democráticos, la universalidad de los derechos humanos y el consiguiente cierre de espacios democráticos. Fenómenos como la guerra contra el terrorismo y el auge del extremismo y el fundamentalismo religioso han contribuido a cerrar el espacio de la sociedad civil y afectan negativamente a las libertades civiles de las mujeres, el género y las minorías religiosas y étnicas. Entre las tendencias más preocupantes, observamos la deletérea gobernanza debida a la corrupción desenfrenada de las élites políticas y al creciente autoritarismo³.

Como telón de fondo, el papel de los Estados como garantes de los derechos humanos se ha ido deteriorando debido a la importancia emergente y cada vez mayor de actores no estatales, incluidos los movimientos extremistas religiosos y socialmente conservadores, los partidos radicales, así como las empresas privadas y el crimen organizado. En este contexto, las autoridades estatales, a menudo en connivencia con estos actores no estatales, son responsables de los ataques – por acción o por inacción – contra las defensoras y defensores de

¹ Giacomini, Ilaria (10 de Agosto de 2017). “Civil Society in State of Emergency Amid Global Rise in Populism”. Italian Coalition for Civil Liberties and Rights. The Civil Liberties Union for Europe

² En un contexto de crisis – política, identitaria y económica –, los países del Norte miran cada vez más hacia adentro y no hacia afuera. Según una calificación reciente de Civicus Monitor –que clasifica el estado del espacio cívico en todos los países de abierto a estrecho, obstruido, reprimido y cerrado–, seis de cada 10 países estaría reprimiendo severamente las libertades cívicas; más de un cuarto de la población mundial viven en países con espacios cívicos cerrados, mientras que solo un 4% vive en países abiertos. Los indicadores se basan en una revisión de datos cuantitativos y cualitativos sobre la libertad de asociación, reunión pacífica y expresión. Civicus (2018). “People Power Under Attack: A global analysis of threats to fundamental freedoms”. Johannesburg. See also Civicus (2020). “Solidarity in the Time of Covid-19. Civil society responses to the pandemic”. Johannesburg.

³ Civicus. People Power Under Attack. Op. Cit.



los derechos humanos (DDH⁴) y el derecho que asiste a cualquier ciudadano a promover y defender los derechos humanos.

Esta situación, que afecta claramente la noción tradicional de gobernabilidad (cfr. la capacidad de regir los asuntos del Estado por parte de un gobierno), es caracterizada como “áreas de presencia limitada del Estado” (*areas of limited statehood*, en inglés). Según Risse, ésta es la versión más común en la que puede encontrarse la institucionalidad estatal (*statehood*, en inglés). Es decir, se trata de espacios en los que: i) partes del territorio o áreas de política en las que el gobierno central carece de la capacidad de implementar decisiones; y/o ii) su monopolio sobre los medios de violencia es cuestionado⁵. Esto no significa ausencia de gobernabilidad, sino que los bienes colectivos a menudo se suministran por una variedad de actores estatales y no estatales, locales y transnacionales, además de actores internacionales. En una línea similar, Schultze-Kraft define la relación entre lo que convencionalmente se denomina crimen organizado y el orden político en el mundo en desarrollo contemporáneo como “crimilegalidad” (*crimilegality*, en inglés).⁶ Estos serían ordenamientos legales híbridos en donde se desdibujan las fronteras morales, normativas y sociales entre lo legal y lo ilegal (y criminal), haciendo que la esfera de lo criminal e ilegal, sea legitimada y moralmente aceptable con importantes índices de violencia en algunos casos.

La situación descrita en el párrafo anterior afecta directamente a las y los DDH y líderes de comunidades en regiones rurales apartadas y aisladas, que promueven y defienden los derechos a la tierra y el territorio, y los derechos económicos, sociales, culturales y ambientales (DESCA), en contextos de megaproyectos e industrias extractivas, y de actividades de crimen organizado.

2. DDH en Ámbitos Rurales

Los modelos económicos actuales son la base de algunas de las tendencias más preocupantes en el campo de agresiones a personas defensoras. De hecho, y en oposición a la responsabilidad social corporativa impulsada en instrumentos internacionales como los *Principios rectores sobre empresas y derechos humanos* de la ONU⁷, podría hablarse de la “irresponsabilidad empresarial y corporativa” como una fuerza impulsora de las actividades económicas que implican una feroz competencia por los recursos naturales. Los y las DDH enfrentan riesgos cuando intentan proteger los derechos de las comunidades afectadas por diversos tipos de industrias extractivas o proyectos de desarrollo que carecen de consultas previa e informada con las comunidades afectadas. Las industrias extractivas están siendo impulsadas principalmente por los intereses económicos de las corporaciones y las élites

⁴ En este paper, el acrónimo DDH engloba sin distingo de género a todo tipo de defensores, defensoras, LGBTIQ.

⁵ Risse, Thomas (2011). “Governance in Areas of Limited Statehood”. En Thomas Risse (ed.). *Governance without a State? Policies and Politics in Areas of Limited Statehood*. New York: Columbia University Press. pp. 1-35.

⁶ Schultze-Kraft, Markus (2019). *Crimilegal Orders, Governance and Armed Conflict*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Pivot Macmillan.

⁷ Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos (2011). *Principios rectores sobre empresas y derechos humanos*. Nueva York, Ginebra. p. 7.



económicas y políticas que en muchos países pueden actuar en connivencia con los grupos armados ilegales y el crimen organizado en un ambiente de crimilegalidad imperante. Esto plantea el problema de gobernabilidad en áreas de presencia limitada del Estado, ya sea por la ausencia total de autoridades o por casos en los que las autoridades están presentes pero responden a los intereses de quienes detentan el poder.

En 2018, Front Line Defenders contabilizó 321 DDH asesinados en 27 países, lo que representa un aumento en relación con 2016, cuando se registraron al menos 281 asesinatos de DDH en 25 países. 77% del total eran DDH defensores indígenas, ambientales, de la tierra y el territorio; además, 54% de los asesinatos ocurrieron en Colombia y México⁸. Según Global Witness, los países más mortíferos para defensores de la tierra y el medio ambiente en 2018 fueron Filipinas (30 asesinatos), Colombia (24), India (23), Brasil (20), Guatemala (16), México (14) y República Democrática del Congo, RDC (8)⁹. Además de los asesinatos, los y las DDH sufren múltiples tipos de agresiones, tales como demolición de sus viviendas, destrucción de cultivos, amenazas de muerte o acoso judicial y policial mediante acusaciones falsas y criminalización.

En el caso de los países de la cuenca amazónica, además de las amenazas y ataques violentos en contra de DDH de la tierra y del medio ambiente ligados a la presencia de industrias extractivas y megaproyectos por parte de actores no estatales legales, se suman las actividades criminales de narcotráfico y de extracción ilegal de recursos naturales¹⁰.

Otra amenaza importante está relacionada con el creciente uso de estrategias de acoso judicial y criminalización para silenciar la oposición a los proyectos relacionados con las empresas¹¹. Según el Relator Especial sobre la situación de DDH, en los países de América Latina -además de los asesinatos y las amenazas- los procedimientos penales sin fundamento y el mal uso de los sistemas de justicia siguen siendo generalizados, en particular contra los líderes comunitarios y los activistas ambientales que se oponen a los megaproyectos. Además, las autoridades estatales promulgan leyes sobre organizaciones de la sociedad civil (OSC) para restringir su registro, funcionamiento y financiación, acusando a los y las DDH, en particular los defensores del medio ambiente) de ser agentes extranjeros, anti-desarrollo y anti-progreso económico, una amenaza a la seguridad nacional, etc. La complicidad entre los Estados y las empresas es preocupante, ya que las autoridades públicas tienden a perseguir los casos presentados por las empresas contra los y las DDH mucho más que los casos presentados por las comunidades afectadas. En este campo de acción, como en otros, las mujeres DDH siguen siendo un grupo particularmente vulnerable¹².

⁸ The 654 violations are divided as follows: 26.9 % in the Americas, 24% in Asia & the Pacific, 17% in the MENA, 16.7 % in Africa and 15.4 % in Europe and Central Asia. Front Line Defenders (2019). Front Line Defenders: Global Analysis 2018. Dublin

⁹ Global Witness (2019). "Enemies of the State? How governments and businesses silence land and environmental defenders".

¹⁰ Protection International (PI) (2017 y 2018). Informes de análisis de contexto para apoyo a ONG de defensa del medioambiente en Perú. Documento interno.

¹¹ Asamblea General de las Naciones Unidas (2017). Situación de los defensores de los derechos humanos. Informe del Relator Especial de las Naciones Unidas sobre los DDH. A/72/170.

¹² El trabajo previo y actual de Protection International (PI) en el área temática de criminalización ha girado en torno a la comprensión del fenómeno, su impacto en los/as DDH, las organizaciones de la sociedad civil y los movimientos sociales, junto con la documentación de las buenas prácticas potenciales con respecto a las contra-estrategias. Para mayor información sobre las publicaciones de PI sobre la criminalización, ver <https://protectioninternational.org/es/nuestro-trabajo/que/criminalizacion>.



3. Protección de DDH y sus Comunidades: La Protección Colectiva

Desde hace más de una década, Protection International viene acompañando en la gestión de la seguridad y la protección a procesos de promoción y defensa de los derechos humanos que liderados por comunidades en entornos rurales apartados en varios países de América latina, África subsahariana y sudeste asiático¹³.

Para la protección de los derechos de este tipo de comunidades se cuenta con un conjunto de instrumentos internacionales. Con la adopción de la Declaración de la ONU sobre el derecho y el deber de los individuos, los grupos y las instituciones de promover y proteger los derechos humanos y las libertades fundamentales universalmente reconocidos (más conocida como la Declaración sobre los DDH) en 1999, se consagró la importancia y la legitimidad del trabajo en derechos humanos, haciendo explícito el derecho de todas las personas, grupos e instituciones a defender los derechos humanos. Igualmente se marcó la obligación de los Estados de garantizar la protección de este derecho. Al establecer que la defensa de los derechos humanos puede hacerse por grupos de personas, la declaración reconoce claramente su dimensión colectiva¹⁴.

La Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas, adoptada por la Asamblea General en 2007, precisa los derechos individuales y colectivos de los pueblos indígenas, especialmente sus derechos a sus tierras, territorios y los bienes, recursos vitales y otros recursos que en ellos se encuentren; igualmente comprende los derechos a su cultura, identidad y lengua, al empleo, la salud, la educación, a no ser discriminados y a determinar libremente su condición política y su desarrollo económico, participando en ellos según sus propias aspiraciones.¹⁵

En los dos últimos años, hemos visto una evolución normativa importante que busca atender la urgente necesidad de proteger a los y las DDH y comunidades que luchan por los derechos a la tierra y el territorio y ambientales.

En su informe *Hacia una política integral de protección a personas defensoras de derechos humanos* de 2017, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) reservó una sección específica sobre la protección de pueblos indígenas, afrodescendientes y

¹³ Al momento de escribir este paper, nuestros equipos de terreno en Guatemala y Honduras acompañan a más de 10 comunidades campesinas, de pescadores e indígenas en diferentes regiones del país, que luchan contra actividades de industrias extractivas mineras, construcción de hidroeléctricas y la industria del turismo. En Colombia apoyamos 11 procesos de defensa del territorio, que incluyen a asociaciones de mujeres, comunidades afrocolombianas, indígenas, campesinas, reclamantes de tierras, pescadores. En Tailandia acompañamos seis procesos de protección de comunidades del sur, centro y noreste del país, que defienden sus derechos frente a actividades agroindustriales e intereses mineros. En Indonesia acompañamos a nueve comunidades en diferentes islas del Archipiélago que resisten en contra de proyectos agroindustriales y energéticos. En 2019, nuestro equipo en Kenia comenzará trabajo con una comunidad establecida en la periferia urbana de Nairobi, y en 2020 nuestro equipo en RDC iniciará trabajo con ocho comunidades para apoyar la lucha contra la violencia sexual contra las mujeres.

¹⁴ Asamblea General de Naciones Unidas (1999). Declaración sobre el derecho y el deber de los individuos, los grupos y las instituciones de promover y proteger los derechos humanos y las libertades fundamentales universalmente reconocidos. A/RES/53/1448.

¹⁵ Asamblea General de Naciones Unidas (2007). Declaración de la Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. A/RES/61/295.



personas defensoras en áreas rurales¹⁶. La Comisión encuentra que los riesgos que este tipo de comunidades enteras y sus DDH enfrentan se intensifican en contextos de conflictos con industrias extractivas. Igualmente establece que,

“[e]n estas circunstancias, las medidas de protección no pueden ser concebidas únicamente con un enfoque individual. Como resultado, la Comisión ha animado a los Estados a implementar un enfoque diferenciado para medidas colectivas, que incluya una perspectiva étnica y racial y que tome en cuenta, inter alia, las condiciones de las personas a ser protegidas y la necesidad de medidas de protección culturalmente adecuadas”¹⁷.

En 2018, los países de América Latina y el Caribe manifestaron su apoyo al Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe (conocido como “Acuerdo de Escazú”)¹⁸, legalmente vinculante, que se desarrolló en el marco de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Ratificado por al menos 12 Estados miembro de la Organización de los Estados Americanos (OEA), el Acuerdo de Escazú entró en vigor el 22 de abril de 2021. El acuerdo combina la protección del medio ambiente con el desarrollo sostenible. Además, es un tratado regional en el que se ancla la protección de los derechos ambientales a la protección de los derechos humanos, especialmente con la inclusión de disposiciones sobre la protección de las y los DDH medioambientales. Esto es de particular importancia para una de las regiones del mundo más afectadas por los conflictos sociales ligados al medio ambiente y que presenta un mayor riesgo para la vida y la seguridad de las y los DDH, OSC y comunidades.

Asimismo, el 21 de marzo de 2019, el Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas adoptó por unanimidad una resolución para proteger a los DDH ambientales.¹⁹ La resolución reconoce los altos niveles de riesgo que enfrentan por su trabajo. También hace un llamado a los Estados para que: reconozcan el importante y legítimo papel de las y los DDH ambientales en la protección del medio ambiente y creen entornos seguros y propicios para ejercer su labor; y garanticen recursos efectivos para prevenir las violaciones de los derechos humanos y combatan la impunidad. La resolución reconoce igualmente la necesidad de desarrollar mecanismos de protección que tengan en cuenta los ataques que sufren las y los DDH, los pueblos indígenas y las comunidades rurales y marginadas. Además, reconoce las responsabilidades de las empresas, pidiendo el respeto de Principios Rectores sobre Empresas y Derechos Humanos.

Y más recientemente, en agosto de 2019, el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente y la Oficina de la Alta Comisionada para los Derechos Humanos anunciaron

¹⁶ Comisión Interamericana de Derechos Humanos (29 de diciembre de 2017). Hacia una política integral de protección a personas defensoras de derechos humanos. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 207/17. Parág. 307-312. pp. 165-171.

¹⁷ Ibid. parág. 310. p. 170.

¹⁸ Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (4 de marzo de 2018). Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe.

¹⁹ Consejo de los Derechos Humanos (CDH) (2019). Reconocimiento de la contribución que hacen los defensores de los derechos humanos relacionados con el medio ambiente al disfrute de los derechos humanos, la protección del medio ambiente y el desarrollo sostenible. Resolución A/HRC/40/L.22/Rev.1.



la firma de una alianza²⁰. Esta buscará reforzar la cooperación con el fin de impulsar por parte de autoridades de gobierno nacionales un reconocimiento de la labor de las y los DDH ambientales, así como una mejor protección de estos y sus familias, frente a amenazas, ataques violentos, campañas de desprestigio y acoso judicial.

No obstante los desarrollos normativos anteriormente descritos, un primer reto importante al que se enfrenta la protección de comunidades rurales en zonas apartadas tiene que ver con que, hasta el momento, los regímenes de protección de derechos humanos están basados en la centralidad de las autoridades estatales, quienes tienen la obligación de proteger a quienes defienden los derechos humanos. Y que como se ha discutido anteriormente, la presencia limitada (en algunas ocasiones restringida al aparato represivo), o incluso ausencia, del Estado en estos entornos favorece los ataques contra los miembros de las comunidades.

En segundo lugar, los modelos de protección, tanto a nivel nacional que internacional, hasta el momento siguen enfocados en respuestas reactivas para atender las consecuencias de los ataques físicos y la represión de personas defensoras individuales²¹. Ejemplo de ello son las alertas urgentes, programas de reubicación temporal, fondos de emergencia, o – en el caso de mecanismos de protección estatales – provisión de recursos materiales, tales como teléfonos móviles con línea de emergencia, chalecos antibalas o escoltas armados, entre otras medidas, para DDH individuales²².

La práctica en el terreno nos ha demostrado que las acciones que las y los DDH toman en defensa de los derechos son frecuentemente compartidas con miembros de sus familias, otros colegas y miembros de la comunidad.

Por lo tanto, al concentrarse en la provisión de medidas de protección a individuos el paradigma de protección vigente hasta ahora tiende a ignorar la existencia de riesgos de naturaleza colectiva dentro de las comunidades en entornos rurales apartados. Además, al enfocarse en líderes que tienen más visibilidad dentro de éstas, los sistemas de protección: i) tienden a diluir las causas que estos individuos defienden, y que son parte de un esfuerzo colectivo; ii) el análisis del riesgo y las medidas de seguridad que se otorgan no tienen en cuenta que las amenazas también afectan a las familias y comunidades de los y las DDH beneficiarios; iii) al enfocarse en el individuo, y buscando elevar el costo de las agresiones al elevar su perfil,

²⁰ ONU Medio Ambiente (16 de agosto de 2019). “Organismos de la ONU firman alianza para reforzar protección de los derechos humanos y ambientales”. Comunicado de Prensa. Ginebra.

²¹ PI y CEJIL (2017). ¡Es Tiempo YA! – Políticas públicas eficaces para el derecho a defender los derechos humanos. Bruselas y San José; ver también PI y Universidad de York (2018). Informe de la mesa redonda: “Re-imaginar la protección de los/as defensores/as de Derechos Humanos”.

²² Ibid; PI (2017). “Informe Focus. Políticas públicas para la protección de defensores de los derechos humanos. Actualización 2017”. Bruselas. Igualmente, en nuestro trabajo de investigación realizado dentro del marco de la alianza de Protection International (PI) y Pensamiento y Acción Social (PAS) en Colombia, hemos analizado las medidas de protección colectivas otorgadas por la Unidad Nacional de Protección a comunidades campesinas desplazadas que regresan a sus tierras en la región del Magdalena Medio, y a pueblos indígenas en el suroccidente del país. En ambos informes se detallan los vacíos de la respuesta estatal y se proponen una serie de recomendaciones para solucionarlos. Ver PI y PAS (2017). “La protección colectiva de los/as defensores/as del derecho a la tierra y al territorio - desarrollos conceptuales y desafíos metodológicos”. Protection Desk Colombia. Bogotá; PI y PAS (2018). “La protección colectiva de los defensores del derecho a la tierra y el territorio en Colombia. Comunidades indígenas como sujetos colectivos, Caso ACIN”. Protection Desk Colombia. Bogotá.



se puede terminar afectando su vida cotidiana y relacionamiento con los demás miembros de la comunidad²³.

Al ignorar la dimensión colectiva intrínseca a la defensa de los derechos humanos, se “[...] puede acabar socavando los procesos colectivos y la dinámica de los grupos y comunidades que trabajan juntos para defender distintas causas de derechos humanos”²⁴.

El trabajo con comunidades en entornos rurales, nos ha llevado a reflexionar en Protection International sobre la dimensión colectiva de la protección²⁵ y la importancia de abordarla desde el territorio²⁶. Fruto de esto, hemos propuesto una definición operativa de la protección colectiva como “un conjunto de prácticas sociales de un actor colectivo (una organización, una comunidad, un grupo) y sus integrantes, que se adaptan al contexto de amenaza debido a su labor de defensa de los derechos humanos; y redes sociales que se activan dentro y fuera del territorio, desde los vínculos y afectos que motivan la solidaridad”.

Es decir, las estrategias de protección colectiva en entornos rurales apartados con presencia limitada del Estado y DDH enfrentados a amenazas provenientes de actores estatales y no estatales deben apuntar a dos objetivos: 1) mejorar la capacidad del grupo o comunidad para responder a riesgos y abordar amenazas – aumentando la resiliencia del grupo para afrontar los impactos de las agresiones –; y 2) asegurar que el grupo o la comunidad puedan defender los derechos sin temor a sufrir amenazas, represalias o ataques – aumentando así su espacio de trabajo colectivo –²⁷.

4. Resiliencia de Comunidades – Fortalecimiento del Tejido Social

Con el fin de atender el aumento de la resiliencia de comunidades, las estrategias de protección pueden buscar una combinación de acciones y medidas, que busquen fortalecer el tejido social del grupo o comunidad y desarrollar sus capacidades para defender sus derechos colectivamente, incluyendo el desarrollo y fortalecimiento de canales de afrontamiento y la elaboración de los impactos de la agresión.

A nivel del fortalecimiento del tejido social con los miembros de la comunidad, en Protection International buscamos trabajar en las siguientes medidas:²⁸

- Fortalecimiento de la articulación en red, presencia organizativa e institucional de la comunidad o grupo.
- Reforzamiento de capacidades (*capacity strengthening*) con los miembros de la comunidad. Esto incluye:

²³ PI (2018). “Protección colectiva del derecho a defender los Derechos Humanos”. Bruselas. p. 13.

²⁴ Ibid. p. 5.

²⁵ PI y PAS (2017). La protección colectiva. Op. Cit.; PI y PAS (2018). La protección colectiva. Op. Cit.

²⁶ PI (2015). “Estrategia de PI en protección colectiva para el sexenio (2015-2021)”. Documento interno, Protection Desk Mesoamérica.

²⁷ PI (2018). Protección colectiva. Op. Cit. p. 16.

²⁸ Ibid. p. 18.



- Identificar las prácticas existentes dentro de la comunidad o grupo, y transformarlas en prácticas comunitarias de protección;
- Introducir medidas para fortalecer la autoprotección del grupo (incluyendo un abordaje y análisis de los riesgos con perspectiva de género) y su capacidad de contrarrestar la estigmatización;
- Incluir medidas que protejan el territorio – tanto los activos de la comunidad, como cultivos, escuelas y edificios comunitarios, como generar espacios seguros que garanticen que el grupo o la comunidad puedan reunirse y organizar sus actividades de manera segura. Desarrollando así contra estrategias para evitar la fragmentación de las comunidades y grupos impulsada por los agresores;
- Asegurar recursos adecuados para el cuidado psicosocial, apoyando prácticas de afrontamiento de los impactos de la agresión y fortalecer los canales de elaboración colectiva e individual de los efectos y traumas derivados de las agresiones. La formación sobre bienestar y cuidado mutuo en el grupo, incluyendo una perspectiva de género;
- Brindar formación a la comunidad y a los grupos sobre cómo reportar amenazas y ataques sin correr riesgos adicionales.
- Establecer canales eficaces de comunicación y diálogo entre la comunidad o grupo y las autoridades estatales a nivel local y nacional que tienen el deber de brindar protección.

5. Aumento de Espacio de Trabajo Colectivo y para Defender los Derechos Humanos

En paralelo, es indispensable acompañar las medidas de protección colectiva con acciones políticas que ayuden a legitimar a los colectivos de DDH y que sirvan como factor disuasorio de los posibles ataques. Para esto es necesario desarrollar acciones de incidencia con el fin de que las autoridades (lista no exhaustiva)²⁹:

- Hagan reconocimiento público de los DDH y de las comunidades de DDH a nivel local, nacional e internacional, incluyendo mensajes de tolerancia cero contra los ataques;
- Hagan un reconocimiento claro del derecho de los grupos y comunidades a la libertad de expresión, asociación y reunión;
- Identifiquen y den visibilidad pública a casos emblemáticos de grupos y comunidades que organizan actividades para defender sus derechos;

²⁹ Ibid. p. 19.



- Ratifiquen su compromiso de acabar con la impunidad como un elemento clave para disuadir a los perpetradores de cometer violaciones;
- Realizar informes periódicos de la situación de las comunidades y grupos en riesgo;
- Mantener contacto y realizar visitas periódicas por parte de autoridades nacionales y locales a grupos y comunidades en peligro.

La combinación de medidas tendientes a aumentar la resiliencia de las comunidades y la labor política requiere que las y los DDH y sus comunidades entren en contacto y articulen acciones con redes locales, nacionales e internacionales, con el fin de hacer uso de ellas como herramienta de protección.

6. Redes de Protección para DDH y sus Comunidades

6.1. Acción coletiva, capital social y redes sociales

En nuestro trabajo de campo con DDH y sus comunidades en entornos rurales, en Protection International hemos buscado reflexionar sobre la relación existente entre la defensa de derechos (acción colectiva); cómo lograr fortalecer la comunidad y su capacidad de resistir asociándose con otros actores (capital social); y el relacionamiento entre los diferentes DDH y miembros de la comunidad y actores externos (teoría de redes sociales), con el fin de lograr resultados en protección. Es decir, el derecho que asiste a las y los DDH de comunidades afectadas a defender derechos humanos y ambientales en un entorno seguro, y a resistir en sus territorios frente a la acción de actores estatales y corporativos que buscan extraer recursos³⁰.

En una línea similar en lo que Tilly y Tarrow han llamado las “políticas de conflicto” (*contentious politics*), damos importancia a la dimensión política de la **acción colectiva**; es decir, a la acción de protesta, resistencia pacífica y movilización de grupos sociales en sus relaciones con el Estado, las formas del intercambio que se establecen entre el grupo social y el Estado (ya sea mediante el uso de los canales institucionales convencionales o mediante vías de hecho) y los cambios al nivel de las políticas y actuación del Estado. Cambios para lo que es clave la identificación de estructuras de oportunidad política – es decir, centros de poder independientes dentro del sistema político e institucional, junto con la apertura del régimen a nuevos actores, la estabilidad de los alineamientos políticos existentes, los posibles aliados o

³⁰ L. Eguren, J. Birkholz et al. (2018). “Collective Action: Protection networks in collective action movements in Latin America”. (working paper de Protection International, Networks Matter y Universidad de York, a ser publicado próximamente por la U. de York). También ver Protection International. (2014). “Herramienta para el análisis participativo sobre control del territorio”. Documento interno de trabajo. Bogotá; PI (2019). “Assessing the level of influence on a particular territory by a collective actor: the star model”. Internal working document; PI (2019). “Guidance Tool – Protection Networks”. Internal working document (for capacity-building of PI staff).



adversarios (incluyendo agresores potenciales) y la represión o atención a los reclamos – que permitan operar los cambios políticos que se persiguen³¹.

A su vez, el **capital social** puede ser definido como una serie de características presentes en la organización social (comunidad o grupo organizado), tales como confianza, normas y redes, que facilitan la acción colectiva para abordar problemas comunes o presionar a las autoridades para abordar esos problemas³². Entendido de esta forma, el capital social mejora la movilización de un movimiento (o comunidad) que protesta al establecerse tanto conexiones de unión entre los integrantes del movimiento como puentes a grupos externos de apoyo³³.

Es decir, se busca una combinación de refuerzo de la escala local (con estrategias que se apoyan en el vínculo al territorio y la cultura) y de estrategias multiescalares (que apuntan a superar las limitaciones de lo local a través de saltos de escala hacia movimientos regionales, nacionales y globales para expandir su poder)³⁴.

El **análisis de redes sociales** proporciona una herramienta interesante para mirar a las comunidades, ya que permite enfocarse en las relaciones entre las personas y los grupos que forman parte de esas redes, puesto que estas relaciones están en el centro de la acción que las redes llevan a cabo. La acción trae beneficios que ciertos autores llaman “externalidades”³⁵. Las externalidades de una red de protección están asociadas a aumentar la visibilidad de su lucha de resistencia y obtención de apoyo y solidaridad de actores externos para movilizar presión desde el exterior³⁶. En teoría de redes sociales, el capital social que permite actuar colectivamente se asocia a la presencia de “conexiones que unen” (*bonding ties*) y “conexiones puente” (*bridging ties*), y para las cuales es importante determinar el rol de centralidad y de intermediación (*brokerage*) que juegan los individuos miembros de la red³⁷.

En Protection International hemos adelantado un proyecto de investigación entre 2013 y 2016 con el objetivo de comprender cómo funcionan las redes para la protección: En este estudio exploramos las redes de una serie de acciones colectivas en comunidades rurales de Guatemala y Colombia que participan en luchas de resistencia para proteger sus territorios y los recursos naturales que en ellos se encuentran, y en contra de la represión de instituciones del Estado, poderosas empresas e inversionistas, y empresas de seguridad privada. Recopilamos datos sobre los DDH involucrados, así como sobre las relaciones entre ellos y

³¹ Tilly, Charles and Tarrow, Sidney (2015 & 2007). *Contentious Politics*. 2nd Edition. Oxford: Oxford University Press. Ver también Tarrow, Sidney (1998). “National Politics and Collective Action: Recent Theory and Research in Western Europe and the United States”. *Annual Review of Sociology*, Vol. 14. pp. 421-440.

³² Putnam, R. (1993), citado en Swain, Ashok (2001). “Social Networks & Social Movements: Using Northern Tools to Evaluate Southern Protests”. Uppsala University, Department of Peace and Conflict Research. Working paper. [Original en inglés. Traducción libre del autor].

³³ Ibid.

³⁴ Leitner, Helga, Sheppard, Eric and Sziarto, Kristin M. (2008). “The spatialities of contentious politics”. En *Transactions of the Institute of British Geographers*.

³⁵ Para una descripción de las redes de actores sociales y los objetivos que persiguen, ver Nah, Alice M. (2016). “Networks and Norm Entrepreneurship amongst Local Civil Society Actors: Advancing Refugee Protection in the Asia Pacific Region”. *The International Journal of Human Rights* 20 (2). pp. 223–40.

³⁶ L. Eguren, J. Birkholz et al. (2018). *Collective Action: Protection networks*. Op. Cit.

³⁷ Diani, Mario (2003). “‘Leaders’ or Brokers? Positions and Influence in Social Movement Networks”. En Diani, M. y McAdam, Doug (Ed.) (2003). *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University Press.



otros miembros de las comunidades. A través de un análisis cualitativo y cuantitativo de las relaciones entre los individuos de cada red y sus atributos individuales pudimos describir la composición y características estructurales de las redes³⁸. Por último,

“[l]os resultados de la investigación fueron compartidos y analizados con los y las DDH comunitarios. Ellos recibieron positivamente la información y declararon que sentían que su situación estaba bien reflejada en ellos, reconociendo tanto las características esenciales de su red como el comportamiento de sus miembros con respecto a la protección; y se comprometieron a participar en discusiones internas sobre cómo hacer frente a los desafíos planteados”³⁹.

6.2. Algunos elementos de la metodología “redes de protección”

Redes de Protección es la activación de distintas redes sociales dentro y fuera del territorio con el objetivo de garantizar la seguridad y protección de DDH y luchar contra la impunidad de las agresiones. Las redes de protección se caracterizan porque comparten información, igual que todas las redes, pero además se activa una respuesta de solidaridad. Esta activación de la solidaridad es el elemento caracterizador de las redes de protección.

La estrategia de protección para colectivos se facilita con una metodología abierta y adaptable que en Protection International denominamos “redes de protección”. Esta metodología viene de la experiencia de los propios colectivos de DDH y busca propiciar encuentros con las redes de defensa de derechos humanos y que se solidarizan con esta defensa. Desde Protection International actuamos para promover y fortalecer los procesos colectivos de DDH en la disputa por el control del territorio. Es el control del territorio el que determina en gran medida la posibilidad de conseguir el objetivo de defensa de derechos humanos y, a la vez, que esta defensa se pueda hacer en dignidad y en condiciones de seguridad suficientes.

El enfoque de redes nos facilita una nueva perspectiva de análisis de riesgo que se enfoca en el análisis de las amenazas, el cual se constituye en la piedra angular de cualquier proceso ligado a la protección de DDH⁴⁰. Al crear agencia (poder para actuar) a través de las redes, las y los DDH y sus comunidades pueden acceder a recursos y conocimientos, y desarrollar estrategias para abordar y enfrentar las amenazas. Sin embargo, estas estrategias no se desarrollan a partir de intervenciones verticales (“*top-down*”) en donde el (supuesto) experto emite recomendaciones de manera mecanicista sobre el “qué hacer”. Por el contrario, se busca un abordaje desde las prácticas sociales existentes en la comunidad o colectivo y las prácticas

³⁸ L. Eguren, J. Birkholz et al. (2018). Collective Action: Protection networks. Op. Cit. (traducción libre del autor).

³⁹ Ibid.

⁴⁰ En protección de DDH, el riesgo puede ser definido como posibilidad de que los DDH sufran daño en caso de agresión, y que está determinado por la existencia de amenazas, afectadas por la existencia de vulnerabilidades (que incrementan el riesgo) y capacidades para enfrentarlas (que lo reducen). Eguren, Luis E. y Caraj, Marie (2009). Nuevo manual de protección para defensores de derechos humanos. Bruselas: Protection International.



en las redes de solidaridad, con el fin de identificar cuáles son relevantes para la protección, con el fin de resignificarlas y reforzarlas⁴¹.

Nuestro enfoque propone unas respuestas social y espacial integradas. Es decir, las dimensiones “espacial-territorial” e “interacción-red”⁴².

La dimensión **espacial-territorial** se inscribe dentro de nuestro abordaje de la protección desde el territorio. Esto debido a que es en el territorio donde se da el conflicto, de donde surgen las necesidades en protección y desde donde se puede elaborar una estrategia de protección con la participación activa de las y los DDH y sus comunidades. Sin embargo, es importante tener en cuenta que la noción de territorio va más allá del espacio físico/geográfico. Son los lugares o espacios ligados a la vida, cultura y ritos de la comunidad, así como a la acción de defender los derechos humanos⁴³.

Asociando esta dimensión al lenguaje de teoría de redes, hemos postulado como hipótesis operativa que un colectivo (grupo o comunidad) puede generar capacidad de protección si internamente está suficientemente bien estructurado y, además, tiene suficiente densidad en las relaciones entre sus miembros. Es decir, cuando sus miembros se reúnen frecuentemente y mantienen dinámicas para compartir información, así como para interactuar con cada uno de ellos. Esto es un indicador de un alto nivel de cohesión interna – o presencia de “conexiones que unen” (*bonding ties*) en el lenguaje del capital social –.

La dimensión **interacción-red** implica que el grupo/el colectivo está constituido a partir de interacciones entre sus miembros que construyen un entramado denso de relaciones. Esta idea es central dentro de la construcción de capacidades colectivas, es decir, debe ser orientada a reforzar esas interacciones y relaciones tanto internas (dentro del grupo/colectivo) y externas (con el mundo exterior).

Volviendo al lenguaje de redes, podemos postular que un colectivo debe ser capaz de construir relaciones instrumentales con otras redes e instituciones que sean capaces de proporcionar protección a sus miembros – presencia de “conexiones puente” (*bridging ties*) en lenguaje de capital social –.

Establecer y mantener en el tiempo conexiones puente permite a colectivos en zonas apartadas de salir de su aislamiento, brindar apoyo social y proyectar sus luchas más allá de sus territorios. Las redes de actores externos permiten ser utilizadas para difundir alertas y denuncias, brindar apoyo en emergencias, presionar a las instituciones responsables del tema de protección, facilitar el acceso y el intercambio de información y brindar asesorías en temas como acompañamiento jurídico e incidencia política. Por ejemplo, muchas OSC de base y comunidades campesinas e indígenas en Colombia, Guatemala Honduras y México han

⁴¹ PI (2019). “Nuevos paradigmas para la protección de DDH: transversalización de enfoques y metodología de trabajo para la protección de DDH”. Guatemala y Bruselas. Documento interno.

⁴² PI (2019). Assessing the level of influence. Op. cit.

⁴³ PI (2015). Estrategia de PI en protección colectiva. Op. Cit.



buscado el apoyo y acompañamiento de ONG nacionales e internacionales, intentado dar mayor visibilidad a sus resistencias⁴⁴.

De esta manera, el objetivo principal del trabajo en las dimensiones espacial-territorial e interacción-red es el de ganar influencia en un territorio al reforzar la cohesión interna de la red (comunidad o grupo) y reforzar las relaciones entre ella y otras redes o instituciones que puedan ofrecer protección. Esto se inscribe dentro de las nociones asociadas a la protección colectiva, es decir, el aumento de la resiliencia, fortalecimiento del tejido social y el aumento del espacio colectivo para defender derechos humanos.

La metodología busca ser flexible y participativa, con el fin de que los miembros del colectivo identifiquen conjuntamente las capacidades que deben ser reforzadas, así⁴⁵:

- Capacidad para permanecer en el territorio: teniendo en cuenta que los territorios están socialmente contruidos, ¿hasta dónde la comunidad o colectivo es capaz de permanecer en el territorio y de resistir desde él? Esto incluye la capacidad de afrontar los impactos de las amenazas y las agresiones y la capacidad de elaborar los impactos y traumas.
- Capacidad para saber qué pasa dentro y alrededor del territorio: está ligada a la capacidad de recorrer físicamente el territorio y de tener acceso a información crucial para seguir resistiendo. Por ejemplo, saber quién entra y sale del territorio, información clave sobre planes que se tienen sobre el territorio (por parte de los potenciales agresores) y de producir información para denunciar lo que está pasando en él.
- Capacidad para tomar decisiones conjuntas acerca del mejor curso de acción a tomar: esto busca explorar la cohesión interna (conexiones que unen, o *bonding ties*) e incluir de forma explícita medidas de cómo reforzarla.
- Capacidad para crear y movilizar redes externas: éstas son clave para aumentar la agencia del colectivo (conexiones puente, o *bridging ties*). Ver abajo para las metodologías específicas para desarrollar esta capacidad.
- Capacidad para participar en acciones públicas y no violentas dentro y alrededor del territorio: se busca identificar qué tan capaz es el colectivo para participar en demostraciones, marchas, y otro tipo de acciones colectivas no violentas en el territorio o en lugares en donde se encuentran los decisores políticos, tales como edificios de gobierno local o nacional.

⁴⁴ Algunas ONGI realizan observación internacional y acompañamiento físico a individuos y colectivos defensores de derechos humanos, bajo el principio de “ver y ser vistos” como un mecanismo de disuasión y de presión política. Por ejemplo, Brigadas Internacionales de Paz – PBI; Movimiento Sueco para la reconciliación SweFor; Equipos Cristianos de Acción por la Paz – ECAP; Observadores de Paz de Suiza – PWS; International Action For Peace IAP, entre otras.

⁴⁵ PI (2019). “Assessing the level of influence”. Op. Cit



La medición de estas capacidades iniciales y su progreso puede ser monitoreada con el fin de evaluar resultados en el tiempo⁴⁶.

Esto se complementa con actividades en las que se busca identificar los actores que pueden influir en términos de protección y hacer parte de la red de apoyo⁴⁷. Estos actores se clasifican según su pertenencia a diferentes sectores, ya sea entidades del Estado, OSC y partes interesadas (*stakeholders*) internacionales; su importancia en términos de apoyo (alta, mediana y limitada); el grado de cercanía o lejanía en que se encuentran de la comunidad o colectivo; y su relacionamiento entre sí. Este ejercicio se hace útil para: i) identificar objetivos de incidencia, como por ejemplo, el de atraer ciertos actores de alta importancia y que tienen alta capacidad de respuesta ante emergencias a posiciones de mayor cercanía con la comunidad; y ii) monitorear progreso y evaluar resultados en la construcción de la red.

7. Conclusiones Preliminares

Como se ha mencionado a lo largo de este artículo, la defensa de los derechos humanos es un proceso vivo, ligado a nuestra naturaleza humana de las y los DDH como seres sociales que se relacionan entre sí. Al desafiar los intereses de actores estatales y no estatales en actividades extractivas o megaproyectos en defensa de sus derechos, los y las DDH y sus comunidades organizan acciones colectivas de resistencia. Estas situaciones a menudo conllevan amenazas, agresiones físicas y criminalización. Las y los DDH buscan movilizar en favor de su causa a otros actores con el fin de aumentar la visibilidad de su lucha y reunir apoyos, además de obtener medidas de protección para sí mismos y para otros miembros de la comunidad.

Un enfoque de protección que tenga en cuenta las redes e interacciones entre las y los defensores, sus grupos y sus comunidades, así como a otros actores externos que pueden contribuir a la protección, nos ayudará a reconsiderar la protección desde un punto de vista colectivo. Este enfoque puede ayudar a superar las limitaciones de los sistemas de protección actuales, los cuales, a pesar de los recientes desarrollos normativos en materia de protección colectiva, siguen centrados en el riesgo individualizado que corren las y los DDH.

El reforzamiento de las interacciones de los y las DDH y sus comunidades con otros actores clave transformándolas en redes que pueden proporcionar protección, incrementa así su agencia con el fin de reducir sus niveles de riesgo. El trabajo en terreno con estas redes e investigación sobre su funcionamiento, nos ha permitido en Protection International ahondar en la comprensión de la protección colectiva y seguir desarrollando y explorando estrategias para mejorar la agencia y contribuir a la resiliencia de comunidades y colectivos.

No obstante, los retos persisten: en primer lugar, al enfrentamos a contextos cada vez más autoritarios y represivos en donde el foco de las actuales intervenciones – que dedican recursos para el reforzamiento de capacidades de comunidades y OSC de base en espacios

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ PI (2019). “Guidance Tool – Protection Networks”. Op. Cit.



territoriales determinados – puede ser insuficiente. Es por tanto necesario repensar los apoyos a movimientos sociales más amplios, y a redes de acción y apoyo más abiertas.

Segundo, el trabajo en redes de protección parte del supuesto de ejercer presión e influencia sobre las autoridades estatales para que cumplan con su deber de proteger. Sin embargo, esto se está volviendo menos efectivo en el actual panorama político y económico mundial, donde vemos retrocesos en países del norte global que defendían la causa de los derechos humanos hasta hace poco tiempo. A esto se suma la acción de actores no estatales – corporaciones, grupos armados y organizaciones criminales – en zonas con presencia limitada del Estado y órdenes criminales, que se encuentran en el centro de las amenazas y agresiones contra los y las DDH. La compleja interconexión entre estos actores y las autoridades estatales que no protegen el derecho a defender los derechos humanos exige afinar estrategias de incidencia cada vez más fuertes, promover la participación de nuevos activismos emergentes de la sociedad civil en el norte y sur globales, y expandir alianzas y redes transnacionales de apoyo.

8. Bibliografía

Libros y artículos académicos:

Diani, Mario (2003). “‘Leaders’ or Brokers? Positions and Influence in Social Movement Networks”. En Diani, M. y McAdam, Doug (Ed.) (2003). *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University Press.

Leitner, Helga, Sheppard, Eric y Sziarto, Kristin M. (2008). “The spatialities of contentious politics”. En *Transactions of the Institute of British Geographers*.

Nah, Alice M. (2016). “Networks and Norm Entrepreneurship amongst Local Civil Society Actors: Advancing Refugee Protection in the Asia Pacific Region”. *The International Journal of Human Rights* 20 (2). pp. 223–240.

Putnam, R. (1993), citado en Swain, Ashok (2001). “Social Networks & Social Movements: Using Northern Tools to Evaluate Southern Protests”. Uppsala University, Department of Peace and Conflict Research. Working paper.

Risse, Thomas (2011). “Governance in Areas of Limited Statehood”. En Thomas Risse (ed.). *Governance without a State? Policies and Politics in Areas of Limited Statehood*. New York: Columbia University Press.

Schultze-Kraft, Markus (2019). *Crimilegal Orders, Governance and Armed Conflict*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Pivot Macmillan.

Tarrow, Sidney (1998). “National Politics and Collective Action: Recent Theory and Research in Western Europe and the United States”. *Annual Review of Sociology*, Vol. 14. pp. 421-440.



Tilly, Charles y Tarrow, Sidney (2015 & 2007). *Contentious Politics*. 2nd Edition. Oxford: Oxford University Press.

Informes y otras fuentes de referencia:

Asamblea General de Naciones Unidas (1999). Declaración sobre el derecho y el deber de los individuos, los grupos y las instituciones de promover y proteger los derechos humanos y las libertades fundamentales universalmente reconocidos. A/RES/53/1448.

Asamblea General de Naciones Unidas (2007). Declaración de la Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. A/RES/61/295.

Asamblea General de las Naciones Unidas (2017). Situación de los defensores de los derechos humanos. Informe del Relator Especial de las Naciones Unidas sobre los DDH. A/72/170.

Civicus (2018). "People Power Under Attack: A global analysis of threats to fundamental freedoms". Johannesburg.

Civicus (2020). "Solidarity in the Time of Covid-19. Civil society responses to the pandemic". Johannesburg.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (4 de marzo de 2018). Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe.

Comisión Interamericana de Derechos Humanos (29 de diciembre de 2017). Hacia una política integral de protección a personas defensoras de derechos humanos. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 207/17.

Consejo de los Derechos Humanos (CDH) (2019). Reconocimiento de la contribución que hacen los defensores de los derechos humanos relacionados con el medio ambiente al disfrute de los derechos humanos, la protección del medio ambiente y el desarrollo sostenible. Resolución A/HRC/40/L.22/Rev.1. Civicus (2018). "People Power Under Attack: A global analysis of threats to fundamental freedoms". Johannesburg.

Eguren, Luis, Birkholz, Julie, et al. (2018). "Collective Action: Protection networks in collective action movements in Latin America". (working paper de Protection International, Networks Matter y Universidad de York, a ser publicado próximamente por la U. de York).

Front Line Defenders (2019). *Front Line Defenders: Global Analysis 2018*. Dublin

Giacomi, Ilaria (10 de Agosto de 2017). "Civil Society in State of Emergency Amid Global Rise in Populism". The Civil Liberties Union for Europe.

Global Witness (2019). "Enemies of the State? How governments and businesses silence land and environmental defenders".

Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos (2011). *Principios rectores sobre empresas y derechos humanos*. Nueva York, Ginebra.



ONU Medio Ambiente (16 de agosto de 2019). “Organismos de la ONU firman alianza para reforzar protección de los derechos humanos y ambientales”. Comunicado de Prensa. Ginebra.

Protection Desk Colombia – Alianza de Protection International (PI) y Pensamiento y Acción Social (PAS) (2017). “La protección colectiva de los/as defensores/as del derecho a la tierra y al territorio - desarrollos conceptuales y desafíos metodológicos”. Bogotá.

Protection Desk Colombia (2018). “La protección colectiva de los defensores del derecho a la tierra y el territorio en Colombia. Comunidades indígenas como sujetos colectivos, Caso ACIN”. Protection Desk Colombia. Bogotá.

Protection International. Eguren, Luis E. y Caraj, Marie (2009). Nuevo manual de protección para defensores de derechos humanos. Bruselas.

Protection International. (2014). “Herramienta para el análisis participativo sobre control del territorio”. Documento interno de trabajo. Bogotá.

Protection International (2015). “Estrategia de PI en protección colectiva para el sexenio (2015-2021)”. Documento interno. Protection Desk Mesoamérica.

Protection International (2015). “La Criminalización de Defensoras y Defensores de Derechos Humanos – Categorización del fenómeno y medidas para su afrontamiento”. Bruselas.

Protection International (PI) (2017 y 2018). Informes de análisis de contexto para apoyo a ONG de defensa del medioambiente en Perú. Documento interno.

Protection International y CEJIL (2017). ¡Es Tiempo YA! – Políticas públicas eficaces para el derecho a defender los derechos humanos. Bruselas y San José.

Protection International (2017). “Informe Focus. Políticas públicas para la protección de defensores de los derechos humanos. Actualización 2017”. Bruselas.

Protection International (2018). “Protección colectiva del derecho a defender los Derechos Humanos”. Bruselas.

Protection International y Universidad de York (2018). Informe de la mesa redonda: "Re-imaginar la protección de los/as defensores/as de Derechos Humanos".

Protection International (2019). “Assessing the level of influence on a particular territory by a collective actor: the star model”. Internal working document.

Protection International (2019). “Guidance Tool – Protection Networks”. Documento interno de trabajo (para formación y desarrollo de capacidades internas del personal de PI).

Protection International (2019). “Nuevos paradigmas para la protección de DDH: transversalización de enfoques y metodología de trabajo para la protección de DDH”. Guatemala y Bruselas. Documento interno.



Strategies to Guaranteeing Human Rights in Times of Fascist Threats

Estrategias para Garantizar los Derechos Humanos en Tiempos de Amenazas Fascistas

Pablo Romo Cedano

(Profesor Doctor, UNAM, México)

E-mail: pablromoced@yahoo.es

Abstract

Human rights defenders (HRDs) are under constant threat. In recent years, the threat has increased due to the rise to power of the extreme right, the ambition of large corporations and the ideology of the 'new morality'. Women HRDs and environmental defenders are particularly vulnerable. It is necessary to protect ourselves with a clear strategy of recognizing the right to defend human rights, demanding protection from States and self-protection.

Keywords: Human rights defenders (HRDs). Protection mechanisms. Self-protection. Risk. Extreme rightist.

Resumen

Las personas defensoras de derechos humanos (PDDH) están constantemente amenazadas. En los últimos años se ha incrementado la amenaza por la toma de poder de las extremas derechas, la ambición de los grandes corporativos y la ideología de la 'nueva moral'. Son particularmente vulnerables las PDDH mujeres y quienes defienden el medio ambiente. Es necesario protegernos con una estrategia clara de reconocimiento al derecho a defender derechos humanos, exigencia de protección a los Estados y auto-protección.

Palabras-clave: Personas defensoras de derechos humanos (PDDH). Mecanismos de Protección. Autocuidado. Riesgo. Extremas derechas.



1. Introducción

En los últimos años muchos países han ralentizado sus procesos democratizadores o definitivamente han detenido sus avances por golpes de estado, insurgencias de autoritarismos y la presencia de partidos con ideologías de extremas derechas. A los grandes corporativos, particularmente los vinculados al sector extractivista le ha convenido o han patrocinado este freno de las democracias participativas que reivindicaban los derechos humanos como sustentos éticos y de convivencia social.

Las PDDH están en riesgo, por triple partida. Por una parte, por este tipo de regímenes cada vez más adversos a las actividades reivindicativas de los derechos humanos, por poner en riesgo su frágil legitimidad y el poder que ostentan. En segundo lugar, las grandes compañías extractivistas y aquellas que impulsan los megaproyectos patrocinan en muchas ocasiones a los regímenes autoritarios y a las extremas derechas para ser favorecidas en sus negocios. Y, en tercer término, las PDDH están amenazadas por un discurso de odio y criminalización impulsado por los sectores anteriormente descritos en lo que se conoce como la ‘Mayoría Moral’, que denosta la labor de defensores en temas por ejemplo los derechos de la comunidad LGBTI+, los derechos de las mujeres, entre otros.

Hoy es importante reflexionar conjuntamente sobre temas que ponen en riesgo la vida e integridad de las PDDH y las causas que los originan. El tema no es local o regional es un tema global que está afectando a miles de personas en el mundo. Reivindicar derechos humanos en cualquier parte del mundo es peligroso, sobre todo para las mujeres que reivindican los derechos de la mujer. Hoy, no puedo empezar este artículo sin antes hacer un homenaje a las mujeres, a las compañeras defensoras por su valor, por su coraje, por su claridad al enfrentarse no solamente al sistema capitalista – neo-liberal – sino también y con mayor dificultad al sistema patriarcal que oprime y justifica la criminalización y judicialización de las mujeres defensoras.

2. Defender los Derechos Humanos Hoy

En el reciente Informe de la relatora Mary Lawlor (UN-A/HRC/4635, 2021) presenta una “última llamada” a los países para proteger de manera especial a las personas defensoras de derechos humanos (PDDH). Las PDDH están en peligro: ésta es – afirma – la última llamada para cambiar el rumbo de las políticas de los estados. En todas partes del mundo las PDDH se enfrentan con grandes obstáculos en su labor por defender derechos humanos, particularmente aquellas que tienen que ver con temáticas específicas como la defensa del medio ambiente, tierra, territorios y bienes naturales, identidades, diversidad genérica y ante la erosión de las democracias mundiales los derechos fundamentales políticos y civiles.



Las mujeres defensoras son quienes más sufren persecución, amenazas, hostigamiento, criminalización y en ocasiones homicidios. Ellas, no solo se enfrentan a los sistemas depredadores, extractivistas, a los sórdidos sistemas de acumulación de la riqueza, sino también al sistema patriarcal acendrado en nuestras culturas. En mi país, México, cada 4 minutos ocurre una violación sexual; el 40% de las mujeres mexicanas han sufrido algún tipo de abuso; existe un promedio de 10 homicidios contra mujeres diariamente (ONU-Mujeres 2018); casi un tercio son feminicidios.

Figura 2. México: defunciones femeninas con presunción de homicidio y mujeres víctimas de homicidio doloso y feminicidio, 2015-2018

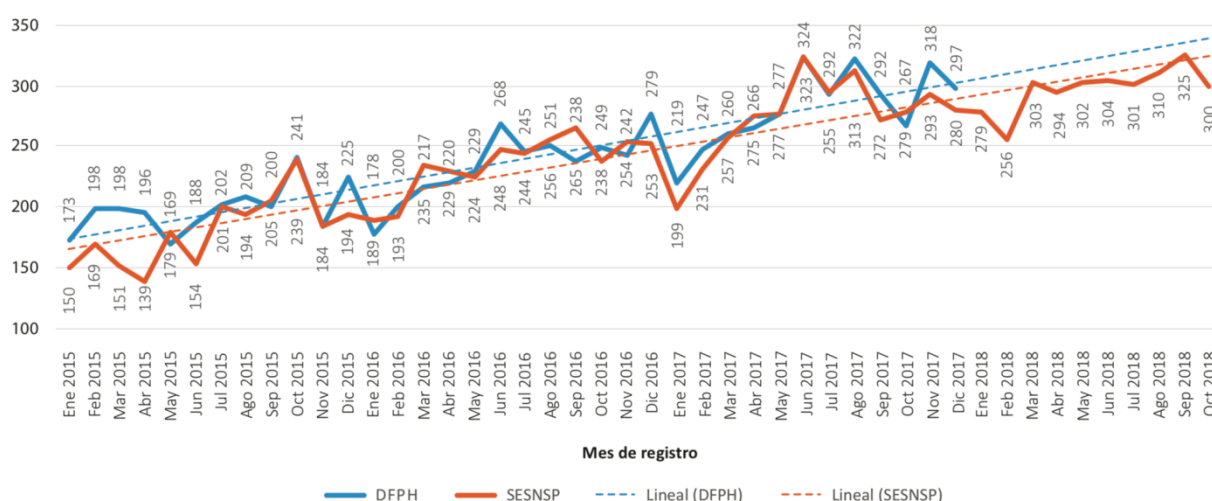


Gráfico 1. Fuente: ONU Mujeres 2018.

Se bien que en Brasil el tema es también muy sensible. De ahí que la Convención para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres, haya sido en este país, en Belem Do Pará en 1994.

3. Las Extremas Derechas

Hoy uno de los grandes temas es ¿cómo defender los derechos humanos en los regímenes insurgentes de extrema derecha, autoritarios y ante las amenazas fascistas? Las extremas derechas y los regímenes autoritarios están asaltando el poder en muchas regiones del planeta con expresiones de intentos de golpes de estados “duros” o “ligeros”, o bien con elecciones bajo amenazas y violencias. En Nuestra América lo vemos en la intentona golpista en Bolivia; la desaparición de poderes del poder judicial en El Salvador; en las violentas elecciones de Perú; con el régimen en Colombia y en el propio Brasil. Centroamérica padece uno de sus peores momentos con regímenes autoritarios como Nicaragua o estados fallidos como El Salvador, Guatemala y sobre todo Honduras.



La desestabilización de las democracias y la insurgencia de las extremas derechas van concomitantes a la expansión de las empresas globales y la necesidad de presencias (ocupaciones territoriales neocoloniales) de nuevos territorios en el planeta. Podríamos afirmar que hay una ecuación con tres constantes: en la medida que crecen los sistemas autoritarios y la presencia de las extremas derechas, las empresas extractivistas y depredadoras incrementan su presencia y ocupación territorial y los discursos de temor o de control ideológico aumenta, con propaganda, expansión de fundamentalismos en las iglesias, particularmente evangélicas (también expresiones católicas y de otras denominaciones), y con nuevos controles en los medios de comunicación y redes sociales. Al tiempo que hay represión en contra de grupos o personas defensoras de derechos humanos.

Las personas defensoras de derechos humanos que más sufren represión, criminalización y muerte en el mundo son las que defienden la tierra, el territorio y los bienes naturales. Es decir, todas aquellas que se encuentran más ligadas con la naturaleza, que la protegen de la depredación y la destrucción. Según el reporte de Global Witness se comenten en el mundo cientos de homicidios de personas defensoras de la tierra y el medio ambiente anualmente. En el 2018 se cometieron 164 en el 2018 (GW 2018) y en el 2019 se reportaron 212 (GW 2020). Otras más han sido heridas, amenazadas o encarceladas. Según este último reporte cuatro personas defensoras han sido asesinadas cada semana desde diciembre de 2015, mes en el cual se firmó el Acuerdo Climático de París.

¿Quiénes son los asesinos de estas personas defensoras? Son usualmente empleados o pistoleros de las empresas que tienen megaproyectos en desarrollo; constructoras de hidroeléctricas o de plantas eólicas; empresas extractivistas; desarrolladores de carreteras, aeropuertos o gasoductos.

De acuerdo con GW (2020: 6) más de la mitad de todos los asesinatos reportados en el año pasado ocurrieron en dos países: Colombia y Filipinas. Ambos países con regímenes de extremas derechas, autoritarios, represivos. Ambos con controles en los medios de comunicación muy severos, con tradiciones de guerra de décadas.

Brasil ocupaba hasta el 2017 el primer lugar en homicidios con este perfil de defensores; en el último reporte de GW obtiene el tercer lugar con 24 personas defensoras de la tierra asesinadas. México ocupa el cuarto lugar con 18. Honduras, con menos de 10 millones de habitantes ocupa el 5º lugar mundial con 14 homicidios. Hay que recordar el golpe de estado que sufrió Honduras en 2009, teniendo a José Manuel Zelaya como presidente electo. Guatemala ocupa el sexto lugar con 12 homicidios.

El siguiente gráfico muestra los países con más crímenes en este rubro.

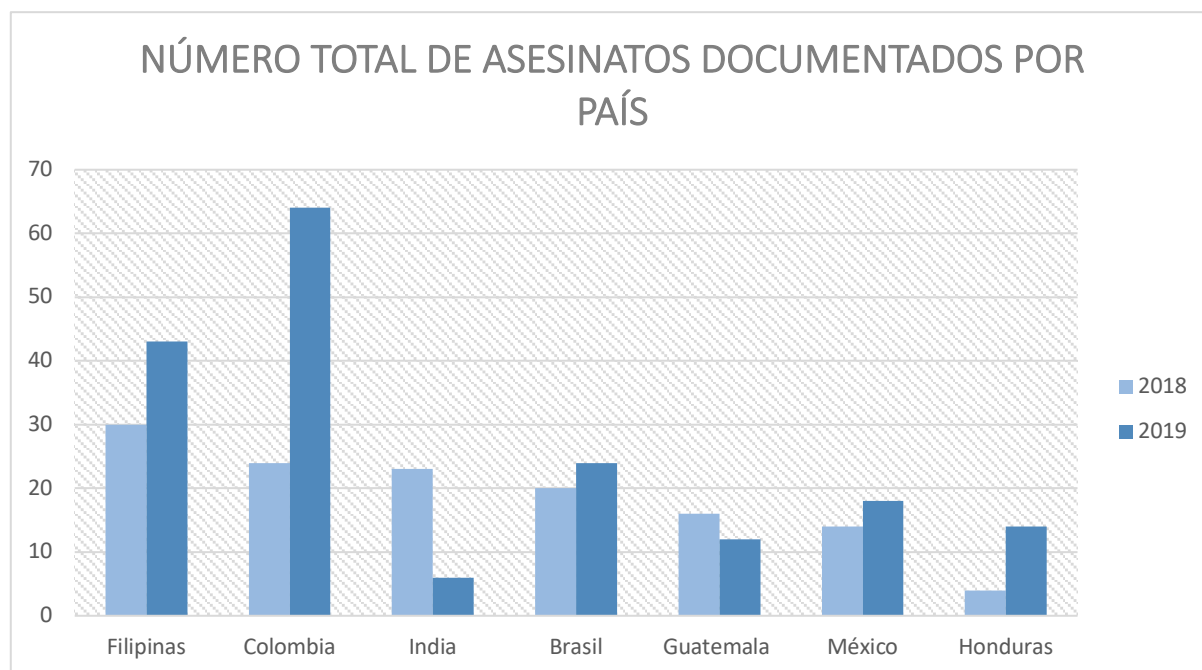


Gráfico 2. Fuente: GW 2019 y 2020. Elaboración propia.

Si revisamos los perfiles de los gobiernos de estos países en la mayoría caemos en cuenta que sus presidentes y mandatarios son instrumentos fáciles de los intereses de las grandes corporaciones, mantienen un discurso populista, dando entrada y fortaleciendo el crecimiento de grupos de extrema derecha. Estos mandatarios, se ven fortalecidos con discursos de odio, polarizantes, de guerra: ‘estás conmigo o contra mí’. Usualmente están ligados a discursos religiosos o semi-religiosos de promesas de prosperidad y fraternidad universal, al tiempo que prometen castigar a los criminales con ‘mano dura’. El presidente Rodrigo Duterte es un ejemplo claro de ello, lo mismo que Jimmy Morales de Guatemala hace unos años.

De la mano de la expansión de la extrema derecha, con sus empresas, crecen los grupos paramilitares, milicias secretas de exterminio y grupos de choque que hacen el trabajo sucio para fortalecer el crecimiento despiadado de empresas sin sentido ético, compañías extractivistas de oro y minerales preciosos.

En México, el segundo hombre más rico del país, con sus empresas de “Grupo México” contamina una y otra vez los ríos y mares en la total impunidad. Es el mismo empresario que no hizo nada por rescatar a sus 65 mineros de la Mina Pasta de Conchos hace ya 15 años. Hoy en Perú ese mismo corporativo se enfrenta con los pobladores de Islay, en Arequipa, por el desarrollo de un megaproyecto extractivista en la mina de Tía María. Invariablemente los hombres más ricos de Nuestra América están muy vinculados a este tipo de empresas.



4. Concentración del Capital y Expansión de Ideologías Ultraconservadoras

La toma de posiciones en el mundo de la extrema derecha, la expansión de los corporativos extractivistas y de destrucción de la tierra van de la mano de la creación de nuevas fuerzas de control para-policiaco, de espionaje y control de los medios de comunicación y de la expansión del discurso conservador de algunas iglesias evangélicas de corte pentecostal imbuidas en la política.

Otra de las causas más importantes por las cuales las personas defensoras son hostigadas, criminalizadas y asesinadas trabajan en temas de los derechos reproductivos, sexuales e identidades genéricas. Y nuevamente no es de extrañar, pues en la medida que crecen las industrias antes mencionadas, crece la intolerancia, la homofobia y los discursos patriarcales de odio.

Muchas veces los linchamientos inician en las iglesias conservadoras y en los discursos religiosos que transmiten los medios de comunicación. Los movimientos de la “nueva moral”, son productos patrocinados por los grandes corporativos con discursos cada vez más de odio, fundamentalistas y contrarios a los derechos de la mujer de las iglesias evangélicas y de un sector católico.

Me parece que es indispensable entender que la situación de riesgo de las personas defensoras de derechos humanos está en una correlación estrecha con el contexto actual global. En la mayor parte de los casos, los ataques a las personas defensoras tienen su origen en este conjunto de alianzas o entidades antes descrito.

Toca ahora preguntarnos, ¿Cómo Garantizar la defensa de las personas defensoras de los derechos humanos?

5. ¿Cómo Garantizar la Defensa de las Personas Defensoras?

5.1 Dar la batalla

Creo que es necesario tener claro el contexto global en el que se desarrolla la labor de las personas defensoras y actuar más estratégicamente en conjunto con los movimientos sociales. Las y los defensores son parte del movimiento social, pero no necesariamente tienen que ser siempre los protagonistas, la vanguardia de los procesos. Las batallas también se ganan teniendo retaguardias poderosas, bien formadas, conocedoras del sistema y de las leyes que lo sostienen.



Me parece que, en muchas partes del mundo, las personas defensoras han entendido que no quieren ayudar de ‘arriba hacia abajo’. Haciendo obras de caridad o de asistencialismo. Lo que hacen es servir, que es algo muy diferente. Están a servicio de los procesos de cambio que muchos otros y otras llevan a cabo. Es un servicio generoso, donde éstas creen y maduran tanto como los propios procesos y movimientos.

Dar las batallas requiere de alianzas amplias, de articulaciones cada vez más dilatadas y bastas. Es preciso darnos tiempo para provocar encuentros, articulaciones, debates, seminarios y no solamente ser reactivos a los embates de violaciones que se agolpan sin cesar.

Queremos aliarnos, articularnos, estar con la otra y con el otro. Que nos transformen, nos formen y nos respondan a nuestro sentido de ser y de vida. Queremos en el fondo: amar. Amar, palabra tan distante de la academia, pero tan cercana del sentido que hoy creo recuperan los grandes procesos de cambio social. Considero que las personas defensoras entregadas a las batallas y a las grandes luchas son inspiración y camino.

En Brasil tienen a grandes figuras que inspiran y son ejemplos continentales, como Don Tomás Balduino, Frei Henri Burin des Roziers, Frei Joao Xerri, Dorothy Stang o Marielle Franco. En Nuestra América hay muchos ejemplos extraordinarios que no debemos olvidar.

Dar las batallas requiere relevos nuevos y nuevas defensoras. Requiere compartir el conocimiento, la experiencia y el saber con los más jóvenes. Dar batallas requiere siempre sangre nueva. También es preciso escoger en cuáles batallas queremos estar y en cuáles no. Requiere pertinencia, estrategia en la acción.

Queremos que crezca el movimiento. Damos batallas para ganarlas. Las damos porque queremos estar ahí para celebrar las pequeñas y grandes victorias.

Hay que dar la batalla.

5.2 El Mecanismo de Protección de Personas Defensoras de Derechos Humanos y Periodistas en Riesgo

No basta que nosotros y nosotras demos las batallas, cierto que es fundamental, pero tenemos que hacer que el Estado se haga cargo de la protección de sus ciudadanas y ciudadanos también. El costo político de cada agresión en contra de una persona defensora es o debe ser del Estado. Esta segunda aproximación estratégica para garantizar la protección de las personas defensoras es desde la construcción de políticas públicas consecuencia de leyes. La estrategia legal tiene que ver con el reconocimiento de los acuerdos internacionales, el cumplimiento de los estándares internacionales. Tiene que ver con la presión para hacer leyes que los protejan. Es responsabilidad del Estado hacerse cargo de la seguridad de los ciudadanos. Me refiero de Estados democráticos, también de aquellos que pretenden serlo o por qué no, de los que se presentan como tales, aunque sean autoritarios. El artículo 2 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos lo establece con claridad.

Artículo 2

1. Cada uno de los Estados Parte en el presente Pacto se compromete a respetar y a garantizar a todos los individuos que se encuentren en su territorio y estén sujetos a su jurisdicción los derechos reconocidos en el presente Pacto, sin distinción alguna de raza, color, sexo, idioma, religión, opinión política o de otra índole, origen nacional o social, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición social.
2. Cada Estado Parte se compromete a adoptar, con arreglo a sus procedimientos constitucionales y a las disposiciones del presente Pacto, las medidas oportunas para dictar las disposiciones legislativas o de otro carácter que fueren necesarias para hacer efectivos los derechos reconocidos en el presente Pacto y que no estuviesen ya garantizados por disposiciones legislativas o de otro carácter.
3. Cada uno de los Estados Parte en el presente Pacto se compromete a garantizar que:
 - a) Toda persona cuyos derechos o libertades reconocidos en el presente Pacto hayan sido violados podrá interponer un recurso efectivo, aun cuando tal violación hubiera sido cometida por personas que actuaban en ejercicio de sus funciones oficiales;
 - b) La autoridad competente, judicial, administrativa o legislativa, o cualquiera otra autoridad competente prevista por el sistema legal del Estado, decidirá sobre los derechos de toda persona que interponga tal recurso, y desarrollará las posibilidades de recurso judicial;
 - c) Las autoridades competentes cumplirán toda decisión en que se haya estimado procedente el recurso.

Es decir, los Estados tienen la obligación de respetar, prevenir, proteger frente a situaciones de riesgo y la obligación de investigar, juzgar y sancionar.

Hacerse cargo significa reconocer que los derechos humanos son fundamentales para todos y todas y no solamente para un sector social, para los ricos, para la clase política. Si el Estado no se hace cargo de los más pobres, de los más débiles, de los excluidos y de los discriminados, ¿para qué queremos al Estado?

Es indispensable antes de pensar en Mecanismos extraordinarios de Protección, debemos exigir que los sistemas de justicia, tanto de procuración como administración de justicia funcionen bien, pronta y expeditamente. Que la justicia sea justa.

Hacerse cargo significa que vele por la vida de las personas defensoras en situación de riesgo, que investigue por qué están en riesgo, que investigue las causas y que detenga a los que amenazan y las propias amenazas.

Pareciera que es una ilusión. Pero creo firmemente que es indispensable dar esta batalla. Es indispensable proteger a las personas defensoras. Desde la sociedad civil y hacer que el Estado se haga cargo. En México en los años 90 nos cansamos de hacer “Acciones Urgentes” hasta que logramos una ley que debe proteger a periodistas y personas defensoras en riesgo.

La ley genera un mecanismo de protección que en principio los protegería. Es un mecanismo extraordinario, ante la ineficacia de la ley e incompetencia y /o corrupción de las policías para investigar y sancionar a los criminales.



Hoy en México, hay cerca de 1157 PDDH con medidas de protección, beneficiarias del Mecanismo. Estas medidas de protección van desde un botón de pánico o ahora también llamado botón de asistencia – que comunica con una empresa que atiende emergencias o da la alerta a las policías locales o la Guardia Nacional –, hasta escoltas y vehículos especiales.

La siguiente tabla ilustra cuántas personas beneficiarias y colectivos están acogidas al Mecanismo de Protección, considerando a las personas periodistas:

Personas Beneficiarias Totales							
	Periodistas			Defensoras			Total P+DDH
Año	M	H	Total	M	H	Total	
2012	0	3	3	28	17	45	48
2013	30	48	78	59	80	139	217
2014	15	34	49	16	27	43	92
2015	27	49	76	49	41	90	166
2016	15	40	55	45	37	82	137
2017	30	92	122	48	43	91	213
2018	21	69	90	71	81	152	242
2019	30	72	102	154	139	293	395
2020	17	62	79	99	42	141	220
2021	6	31	37	36	45	81	118
Total	191	500	691	605	552	1157	1848

Tabla 1. Personas beneficiarias y colectivos del Mecanismo en México. Fuente SEGOB 2021

No ha sido fácil tener este Mecanismo, echarlo andar y hacer que funcione. Pero existe y exigimos desde las organizaciones de sociedad civil todos los días para que mejore su funcionamiento. A pesar de ello, en los casi ya 10 años de su existencia han sido asesinadas 7 personas que eran beneficiarias de protección.

La Oficina de la Alta Comisionada de Naciones Unidas para los Derechos Humanos publicó un reporte muy valioso hace un par de años en el que realiza un “Diagnóstico sobre el Funcionamiento del Mecanismo” (OMACNUDH Julio 2019). En dicho reporte, se señalan los avances que ha tenido y las dificultades que enfrenta, particularmente ante los choques de intereses de las autoridades y la propia corrupción.

En este sentido vale recordar el proceso señalado en un artículo previo de este autor sobre el particular: “En Defensa de Periodistas y defensores de derechos humanos en riesgo” donde se hace una reseña histórica de la creación del mecanismo (Romo 2016).



5.3 El Programa Preventivo de Extremo Agotamiento: Burn-Out

La tercera aproximación que quiero compartir como estrategia de protección a las personas defensoras de derechos humanos es el autocuidado.

No basta dar la batalla, articuladamente, atendiendo en el servicio y en generosidad. No basta apelar a leyes y tratados locales e internacionales si no nos auto-cuidamos. El autocuidado es algo hasta hace poco, desconocido o menospreciado. El heroísmo hasta la muerte era la gloria de cualquier persona defensora que lucha por la reivindicación de los derechos. Siempre admiramos a quienes morían por su causa. Lo seguimos haciendo. Pero hay que saber cuándo damos la batalla, cuando luchamos con las leyes del sistema y cuándo es necesaria una retirada táctica.

En mi país, miles de madres de chicas y chicos desaparecidos buscan sin descanso a sus seres queridos. Cientos de personas defensoras de migrantes día y noche atienden las llamadas de esta infinita diáspora humana. Cientos de líderes de la comunidad LGBTI+ son acosados y amenazados y las personas defensoras ambientales son criminalizadas, encarceladas hasta hacerlas perder sus pocos bienes. Las defensoras de los derechos sexuales y reproductivos y en general de los derechos de la mujer, ya lo vimos, sufren acoso y persecución hasta sus propias casas.

Están cansados, agotados, a punto del Burn-Out (del extremo cansancio). No pueden parar porque se sentirían culpables de hacerlo, habiendo un enemigo tan grande. Tienen una enorme responsabilidad y a veces se han despojado de su propio sentir, querer y pensar, en orden a la causa que persiguen.

Hace tres años unos y unas colegas iniciamos un programa para prevenir el extremo agotamiento de las personas defensoras (Romo 2021). Se trata de una especie de clínica popular donde las personas que participan reciben atención psicosocial, atención somática y cuidado para el descanso. En el fondo se trata de recuperar la alegría y descansar. Poder reírse de sí mismos y alimentarse bien, recibir cuidados y tiempo libre para ‘senti-pensar’.

Trabajamos trece profesionales en diferentes áreas: un médico, una psicóloga, un profesional en administración del tiempo libre y ocio, una maestra en yoga restaurativa, una coreógrafa bailarina que da recuperación del cuerpo, una terapeuta que ayuda a “habitar el cuerpo”, una profesional en temas de seguridad y seguridad digital, una compañera que atiende temas de diversidad genérica y feminismo un par de expertos en derechos humanos, una lingüista para abordar temas de comunicación no violenta y paz.

En fin, un conjunto interdisciplinar que atiende y acompaña a un pequeño grupo de personas defensoras que llegan con nosotros exhaustas y con ánimos aún para reconstruirse, re-pensar su praxis y descansar.



Más allá de nuestro programa de atención a personas defensoras para prevenir el extremo cansancio (Burn-Out) considero indispensable el autocuidado como parte de una estrategia amplia, que al menos considere las otras dos dimensiones anteriores, para tener en cuenta una protección integral del titular del derecho a defender derechos humanos.

6. Reflexiones Finales

Considero, para concluir que es imprescindible entender la labor de las personas defensoras de los derechos humanos desde los nuevos desafíos que presenta la insurgencia de las extremas derechas en el poder, el avasallamiento que imponen las grandes empresas y los discursos de odio que las acompañan a nivel global, al tiempo que las necesidades propias y locales. No podemos aislar el trabajo e las PDDH del momento histórico en el que vivimos.

Ubicando así el trabajo de las PDDH entendemos que no podemos y no debemos trabajar solos, desarticulados y sin procesos de interacción global, regional y por países. La posibilidad de encontrarnos con los mecanismos actuales de video-llamadas y video-encuentros es una posibilidad que no hay que rechazar.

La estrategia para garantiza la labor de las personas defensoras tiene al menos tres componentes:

1. El componente desde la sociedad civil de acción concreta y específica por garantizar los derechos humanos.
2. El componente jurídico institucional donde también hay que dar la batalla para que el Estado se haga cargo.
3. El componente más cercano, de autocuidado. Somos corresponsables todos de todos y todas.

Les invito a ‘senti-pensar’ el camino juntos. A vivir, como dicen los zapatistas caminar preguntando y a vivir la lucha en la comunalidad.

En plena pandemia de la primavera en Casa Xitla 2021



7. Bibliografía

Front Line Defenders. *Global Analysis 2018*. Irlanda. 2019.

Global Witness. *¿Enemigos del Estado?* Julio 2019.

Global Witness. Defender el Mañana. Crisis climática y amenazas contra las personas defensoras de la tierra y del medio ambiente. Julio 2020.

OACNUDH. *Los defensores de los derechos humanos: protección del derecho a Defender los Derechos Humanos*. Folleto informativo nº 29, Ginebra 2004.

OXFAM. *Premiar el trabajo, no la riqueza*. Informe de Oxford. 2018.

ROMO, Pablo. *La Criminalización de la Protesta Social en México*. Kathrin Buhl y Claudia Korol (Orgs). Criminalización de la Protesta y de los Movimientos Sociales. Sao Paulo. Brasil. 2008. Ed. Fundación Rosa de Luxemburgo Stiftung.

ROMO, Pablo. *El Mecanismo para la protección de personas defensoras y periodistas*. FOCUS, Revista de Protection International. Edición trilingüe: español, inglés y francés. Noviembre 2014.

ROMO, Pablo. *Antecedentes y evolución del Mecanismo de Protección de Personas Defensoras y Periodistas*. En, González, L. R. “En defensa de periodistas y defensores de derechos humanos en riesgo”. México Ciudad de México. 2016. Tirant Lo Blanch – CNDH.

ROMO, Pablo, *et al.* Programa Preventivo ‘Burn-Out’ México. 2021. Consultado (21.0610) en <https://lekilkuxlejal.org/proyectos/burn-out/>

Secretaría de Gobernación (SEGOB). Informe estadístico abril 2021. Mecanismo para la protección de personas defensoras de derechos humanos y periodistas. Abril 2021. Ciudad de México.

TERTO NETO, Ulisses. *Protecting Human Rights Defenders in Latin America. A legal and Socio-Political Analysis of Brazil* (London: Palgrave Macmillan, 2018).

Declaraciones, resoluciones, informes y otros documentos de los Mecanismos de Derechos Humanos de Naciones Unidas

Resoluciones:

- HRC-1992/54 (sobre las instituciones de defensa de derechos humanos) 3 marzo 1992.
- HRC-2000/61 (nombramiento de una representante Especial del Secretario General sobre la cuestión de los defensores de los derechos humanos) 26 de abril de 2000.
- UN-A/CONF.157/23 (Conferencia Mundial de los Derechos Humanos. *Declaración*. Viena, Austria) 12 de julio de 1993.
- UN-A/RES/48/134 (sobre los Principios de París) el 20 de diciembre de 1993.



- UN- A/53/144 (*Declaración sobre el derecho y el deber de los individuos, los grupos y las instituciones de promover y proteger los derechos humanos y las libertades fundamentales universalmente reconocidos*). 9 de diciembre de 1998.

Informes:

- Informe presentado por la Sra. Hina Jilani, Representante Especial del Secretario General sobre la cuestión de los defensores de los derechos humanos, de conformidad con la resolución 2000/61 de la Comisión de Derechos Humanos E/CN.4/2001/94. 26 de enero de 2001
- Informe presentado por la Sra. Hina Jilani, Representante Especial del Secretario General sobre la cuestión de los defensores de los derechos humanos A/HRC/4/37. 24 de enero de 2007.
- Los defensores de los derechos humanos. Nota del Secretario General. A/61/312
- Informe presentado por la Sra. Mary Lawlor. A/HRC/46/35. 24 de diciembre 2020.

ONU Mujeres

“Violencia Feminicida en México”. 2018. Consultado (21,06,10) en: https://www2.unwomen.org/-/media/field%20office%20mexico/documentos/publicaciones/2019/infografia%20violencia%20onu%20mujeres%20espaol_web.pdf?la=es&vs=5828

Declaraciones, resoluciones, informes y otros documentos de los Mecanismos de Derechos Humanos de la Organización de Estados Americanos

Resoluciones

- Resolución AG/RES. 1044. El 8 de junio de 1990.
- Resolución AG/RES. 2280 (XXXVII-O/07) El 5 de junio de 2007.

Informes

- Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la Organización de Estados Americanos, Informe sobre la situación de las defensoras y defensores de derechos humanos en las Américas. 7 de marzo de 2006. Washington.

Otros

- Asamblea General de la OEA. Carta Democrática Interamericana. 11 de septiembre de 2001, Lima Perú.
- Asamblea General. Proyecto de resolución. Defensores de Derechos Humanos: apoyo a las tareas que desarrollan las personas, grupos y organizaciones de la sociedad civil para la promoción y protección de los derechos humanos en las Américas. AG/doc.4675/07. del 3 al 5 de junio de 2007. Panamá, Panamá.



Democracy in Brazil and its Implications for Human Rights

A Democracia no Brasil e suas Implicações para os Direitos Humanos

Carlos Ugo Santander

(Professor Doutor, PPGIDH/UFG, Brasil)

E-mail: carlossantander@ufg.br

Carolina Hissa

(Doutoranda, PPGIDH/UFG)

E-mail: carolshissa@gmail.com

Vanessa Coelho Guimarães

(Doutoranda, PPGIDH/UFG)

E-mail: vanessaguimaraes.adv@gmail.com

Aletheia Woyames

(Mestranda, PPGIDH/UFG)

E-mail: aletheiawoyames@gmail.com

Abstract

The article explores, from the perspective of the theoretical-methodological framework of the quality of democracy, the recent developments regarding human rights, the disputes, challenges and prospects from the political context of the government of President Jair Bolsonaro in Brazil. The theoretical-methodological proposal is supported by political scientist Leonardo Morlino and this analytical model takes eight dimensions as reference: political participation, political competence, electoral accountability, interinstitutional accountability, rule of law, responsiveness, freedoms and solidarity/equality.

Keywords: Brazil; Human Rights; Quality of Democracy; Jair Bolsonaro.

Sumário

O artigo explora na perspectiva do marco teórico metodológico da qualidade da democracia a evolução recente referente aos direitos humanos, as disputas, desafios e perspectivas a partir do contexto político do governo do Presidente Jair Bolsonaro em Brasil. A proposta teórico-metodológica é sustentada pelo cientista político Leonardo Morlino para o estudo da qualidade da democracia. Esse modelo analítico toma como referência oito dimensões: a participação política, a competência política, a prestação de contas eleitoral, a prestação de contas interinstitucional, o Estado de Direito, a Responsividade, as liberdades e a solidariedade/igualdade.

Palavras-chave: Brasil; Direitos Humanos; Qualidade da Democracia; Jair Bolsonaro.



1. Introdução

O presente artigo procura explorar a evolução recente, os entraves, perspectivas e desafios do regime democrático no Brasil e suas implicações para os defensores dos direitos humanos. Nossa proposta recolhe o desenho teórico-metodológico de Leonardo Morlino para o estudo da qualidade da democracia, modelo analítico que se fundamenta na avaliação de 8 dimensões, como: *participação política*, *competência política*, *a rendição de contas institucional*, *estado de direito*, *responsividade*, *liberdade e igualdade*, as mesmas que podem ser consideradas pertinentes tanto para identificar o contexto democrático como também monitorar possíveis processos que tornam o processo democrático deficitário, permitindo observar no tempo regularidades destes processos.

A qualidade da democracia tem sido uma permanente tentativa de estudo desde a década do 70 do século XX, diversos autores procuraram mensurá-la, as versões pioneiras incluíam indicadores imprecisos sobre *maturidade política* ou *liberdade da dominação eclesiástica* como os identificados nos trabalhos de Fitzgibbon (1967) e Johnson (1975 e 1982). Entrados no século XXI, o interesse das instituições internacionais por captar quanto democráticos são os países, levou à realização de indicadores como os elaborados pela Freedom House ou a Unidade de Inteligência de The Economist, se bem é certo superaram as primeiras versões imprecisas o primeiro passou a se afirmar em limitações de caráter metodológico como por exemplo o sesgo quantitativo que subjaz nos relatórios anuais apresentados, já no segundo caso a ausência de rigorosidade transparece dado que apresentam uma série de limitações para sustentar adequadas justificativas teóricas (Katz e Morlino, 2012). Em um sentido mais amplo, a qualidade da democracia é fundamentalmente uma alternativa a qualquer descrição convencional sobre um país, a mesma que deve ser observada de forma crítica (Munk 2014, 22).

Um ponto de partida é definir *o que é qualidade?* Morlino (2014) esclarece que:

- 1) a qualidade está definida pelos procedimentos estabelecidos que se associam a cada produto; um produto de «qualidade» é o resultado de um processo controlado e exato, levado a cabo de acordo com métodos e tempos precisos e recorrentes; aqui, a ênfase está nos procedimentos;
- 2) a qualidade consiste nas características estruturais de um produto, já seja o desenho, os materiais ou o funcionamento do bem, ou outros detalhes que contem; aqui, a ênfase está no conteúdo;
- 3) a qualidade de um produto ou serviço deriva indiretamente da satisfação expressada pelo consumidor, por sua demanda reiterada do mesmo produto ou serviço, independente de como seja produzido ou de qual será o seu conteúdo específico, ou do procedimento que segue o consumidor para adquirir referido bem ou serviço; de acordo com este significado, a qualidade se fundamenta no resultado.

Se por um lado existe consenso a respeito do sentido que se trata o conceito qualidade, por outro, ainda se mantém um amplo debate no referente às dimensões que devem ser consideradas para medir a qualidade da democracia, (Corbetta y Pérez-Liñán, 2001; Altman e



Pérez-Liñán, 2002; Mainwaring e Pérez-Liñán, 2008; Diamond e Morlino, 2004; Levine e Molina, 2007). Entre as diversas propostas pelos investigadores optamos pela de Morlino (2014 e 2017) dado que se afirma na evolução conceitual da própria teoria democrática desde uma perspectiva liberal a mesma que também nos permite examinar a qualidade da democracia de forma empírica a partir de oito dimensões que se circunscrevem não só aos resultados, senão também a procedimentos e conteúdos.

Para a análise da qualidade da democracia de forma empírica, Morlino estabelece oito dimensões: cinco dimensões procedimentais (*participação política, competência, accountability eleitoral e interinstitucional, e estado de direito*), duas dimensões de conteúdo (*liberdades, e igualdade*), e uma dimensão associada aos resultados (*responsividade*) as mesmas que possuem uma definição empírica, o que nos permite estabelecer um ranking e com isso um diagnóstico.

Para Morlino, uma democracia ou uma democracia de qualidade é em primeiro lugar um regime legitimado e estável, onde os cidadãos estão satisfeitos, já que só governantes eleitos são capazes e estão dispostos -pela via institucional- a atender suas necessidades e demandas (resultados). Em segundo lugar, as comunidades e os cidadãos desfrutam de liberdades, exercem a cidadania assim como são sociedades afirmadas nos direitos humanos na igualdade e na solidariedade. Em terceiro lugar, os cidadãos de uma democracia de qualidade devem estar capacitados para monitorar e avaliar a traves de eleições -ou indiretamente, por outros mecanismos e instâncias- o desenvolvimento das atividades do Estado sob o predomínio da lei.

A importância de analisar o caso brasileiro se deve pela importância no cenário latino-americano, a experiência brasileira tem implicações regionais e globais de relevante impacto, o Brasil é uma das maiores democracias no mundo, depois da Índia e dos Estados Unidos, contempla uma ampla heterogeneidade social e cultural pela dimensão continental pelo que se tentará fazer um esboço que procure explorar a possível evolução recente, os atores e perspectivas que se apresenta no cenário atual. Principalmente em um contexto no qual o governo brasileiro é questionado internacionalmente pelo descaso às políticas vinculadas à proteção do meio ambiente, ao trato referido às populações indígenas e à baixa qualidade da gestão governamental no contexto atual da pandemia, afetando majoritariamente as populações mais pobres do país.

2. Accountability Eleitoral

A relação da sociedade brasileira com o Poder Legislativo no funcionamento do mecanismo do *accountability* é permeada de discussões e problematização. Não obstante, o sistema eleitoral brasileiro enfrentar diversos impasses e desafios quanto à qualidade da sua democracia, os problemas mais relevantes não giram em torno da confiabilidade ou da qualidade do processo eleitoral. Sendo apontado como detentor de um dos processos eleitorais mais seguros, transparentes e rápidos do mundo, o Brasil não possui entraves relacionados à



qualidade da tecnologia eleitoral. No mesmo sentido, confere segurança à população no que diz respeito à possibilidade de contestação judicial dos resultados, neutralidade das forças militares durante a votação e liberdade das instituições internacionais no monitoramento das eleições.

Para que se respeite a imparcialidade e que se evite a ingerência política nos Tribunais Eleitorais, a Constituição Federal determina que, salvo motivo justificado, os juízes dos tribunais eleitorais servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos. A rotatividade dos juízes no âmbito da Justiça Eleitoral visa a manter o caráter apolítico destes tribunais, de modo a garantir a isonomia nos processos eleitorais. O TSE possui um amplo sítio eletrônico de transparência com os dados dos partidos políticos, prestação de contas e até mesmo com o calendário da propaganda eleitoral em rádio e televisão.

Além do Código Eleitoral, existe um compilado de leis acerca do direito eleitoral, as quais a competência para legislar é privativa da União e que, em respeito ao pacto federativo, são de observância obrigatória aos demais entes federados, tanto no âmbito estadual, quanto municipal. Em que pese existir um rígido sistema que busca evitar que os governantes criem favorecimentos ou se beneficiem durante as eleições, não se pode afirmar que elas ocorrem sempre de forma equilibrada e idônea, eis que existem estruturas a serem analisadas para se buscar um real um panorama geral do processo eleitoral.

Outros índices que interferem no processo de análise da qualidade da democracia dizem respeito ao financiamento das eleições. Visando criar um cenário de maior transparência no processo democrático das eleições, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade¹, proibiu a contribuição de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais. Sob o argumento de que a participação democrática pressupõe envolvimento ideológico e livre, o poder econômico das empresas contaminaria o processo democrático, colocando em risco os princípios republicanos. Assim, o financiamento das campanhas eleitorais depende de recursos públicos e de doações de pessoas físicas.

Com a Minirreforma Eleitoral de 2015, foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que usa dinheiro do Tesouro Nacional para os candidatos a cargo eletivo divulgarem suas propostas. Este valor não é ilimitado, cabendo ao Poder Executivo definir o montante desses recursos, que serão usados e distribuídos conforme Regulamento do Tribunal Superior Eleitoral. Os valores são aprovados pelo Congresso Nacional e, do total dos recursos, 2% são distribuídos igualitariamente entre os partidos, e o restante é distribuído conforme a representação do partido no Congresso Nacional.

Já no financiamento privado, as disposições normativas atuais visam coibir a prática de ilícitos e a corrupção, que permearam por muitos anos o financiamento privado eleitoral brasileiro. Em muitos casos, os doadores não queriam ser identificados pelo fato de que os valores doados eram oriundos de esquemas de desvio de dinheiro público ou possuíam origem ilícita. Dessa forma, o compilado de leis atualmente estabelece um limite para a doação de

¹ ADI 4650 STF. <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=300015>> acessado em 20/03/2020.



peças físicas, devendo elas serem identificadas pelo número do cadastro de pessoas físicas (CPF) do doador, bem como o valor nominal doado.

Os partidos políticos não inspiram confiança pela população, atualmente, existem 33 partidos registrados no TSE, sendo que 30 possuem representação no Congresso Nacional, um recorde alcançado nas últimas eleições, que ocorreram em 2018. Ainda, há 77 partidos em processo de formação, que precisarão demonstrar o apoio dos eleitores para sua criação.

Em que pese haver na Lei das Eleições, Lei 9.504/97 (BRASIL, 1997) estímulo para a participação feminina na política, que obriga as legendas partidárias encaminharem para o TSE um percentual mínimo de 30% de candidatas do gênero feminino, somente 77 cadeiras do total de 513 são ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados, ou seja, apenas 15%. Os números mostram crescente representatividade, se comparado a 2010, por exemplo que era apenas de 8,7%.²

Em semelhante iniciativa que visa à igualdade de gênero, o TSE determina que ao menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral devem ser destinados ao financiamento de campanha de candidatas. Porém, nas últimas eleições em 2018, o que se apurou foi que a verba era repassada a candidatas laranjas, com a exigência de recebê-la de volta, ou seja, uma flagrante fraude à participação feminina e às tentativas em buscar uma igualdade de gênero. Demais minorias também continuam sub-representadas, como, por exemplo, nas últimas eleições, apenas uma indígena foi eleita na Câmara dos Deputados, e apenas 4,09% de pretos e 20,27% de pardos. Brancos ainda continuam sendo maioria, com 75% dos congressistas.

A mudança de partido, algo corriqueiro na política brasileira, tornou-se mais inflexível após a reforma de 2015, que estabeleceu a possibilidade de perda do mandato no caso de desfiliação partidária sem justa causa, sob a justificativa de que, no caso dos deputados federais, que são eleitos pelo sistema proporcional, o mandato pertence ao partido, e não especificamente à pessoa. Mesmo assim, na última legislatura, iniciada em 2015, um quarto dos deputados federais trocaram de partido.

Um partido que ganhou destaque nas últimas eleições foi o que elegeu o atual Presidente da República. O PSL (Partido Social Liberal) foi criado por um empresário em 1994, com o registro deferido no TSE em 1998, tendo como principal bandeira o social liberalismo. Sua pouca expressão política na primeira década de existência não conseguiu eleger mais de um deputado até 2018.

Após reestruturação, recebeu diversas filiações, passou a adotar ideias mais conversadoras, recebeu a filiação do atual presidente e hoje possui o segundo maior número de parlamentares eleitos na Câmara dos Deputados, estando atrás somente do Partido dos Trabalhadores (PT).

² KARAWCZYK, Mônica. *O voto feminino no Brasil*. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html>. acessado em 10/04/2020.



3. Accountability Interinstitucional

As coligações partidárias permitiram alianças para angariar votos em massa e garantir maior governabilidade. De fato, os Poderes Executivo e Legislativo necessitam estar em harmonia para conseguirem governar, apesar da necessária separação e harmonia entre os poderes. A partir da Emenda Constitucional 97 de 2017, aos partidos políticos foi proibido formar coligações para eleições do sistema proporcional, o qual é utilizado para eleição de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores. Porém, continuam sendo permitidas tais coligações para o sistema de eleição majoritário, que é o usado para eleição de senadores e para os cargos de chefes do Executivo federal, estadual e municipal.

As amplas coligações acabaram criando um solo favorável à governabilidade, quando se criou uma relação de jogo político de dependência entre os poderes Executivo e Legislativo. Quando o Executivo perdeu o apoio do Legislativo, em 2016, além de outros fatores legais, minou o solo favorável ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Ao final do seu mandato, o diálogo entre os poderes era quase inexistente, e as alianças partidárias haviam se rompido.

Durante o processo eleitoral de elaboração das leis, o Executivo e o Legislativo atuam de forma independente e harmônica, tanto no momento da proposição, quando permite que o Executivo dê iniciativa a um projeto, quanto no momento da sanção e do veto, bem como na derrubada do veto do Presidente pelo Congresso Nacional. Somente no ano de 2019, o site da Câmara dos Deputados registrou um total de 5509 proposições a projetos de leis ordinárias e complementares³. Porém, desse total, apenas 29 são de autoria do Poder Executivo.

Há de ser analisado também o controle institucional realizado pelo Poder Judiciário. No Brasil, o controle de constitucionalidade das leis é bastante complexo. Uma das vias de controle é a incidental, ou seja, é usado para afastar a aplicação da lei em uma ação concreta. Outra via de controle é a principal, ou abstrata, quando é instaurado em tese, na defesa do ordenamento jurídico, na Suprema Corte do país.

Nos termos do artigo 102 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), ao Supremo Tribunal Federal compete julgar as principais ações do controle de constitucionalidade das leis ou atos normativos federais e estaduais. A Suprema Corte brasileira possui fundamental papel na guarda da Constituição, e seus membros são indicados entre cidadãos com notável saber jurídico e reputação ilibada. É cargo privativo de brasileiro nato, e preenchido conforme indicação do Presidente da República, após aprovação da maioria absoluta do Senado Federal.

A Constituição apresenta um rol de nove legitimados para a proposição de uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo. Dentre os legitimados, estão o Presidente da República, Mesa do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas dos Estados e DF, Procurador Geral da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal, dentre outros. Nessa toada, dados estatísticos do STF demonstram que atualmente

³ <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada> acessado em 10/04/2020.



existem 2.036 processos em tramitação nos quais de alguma forma questiona-se a constitucionalidade das leis. Até os anos 2000 foram autuados 2.136 processos e, a partir dos anos 2000, foram 4.953 processos, sendo a maior parte das demandas de autoria do Procurador Geral da República.

Com relação às ações de ouvidoria e auditoria, o Brasil tem registrado progressos desde a promulgação da Lei de Acesso à Informação, lei 12.527/2011 (BRASIL, 2011), que permite a qualquer cidadão cobrar do governo transparência e boa gestão dos recursos públicos. Há um órgão específico para o controle interno do Governo Federal, chamada de Controladoria Geral da União (CGU). Dentro da CGU, há a Ouvidoria Geral da União (OGU), para recebimento de reclamação, elogios, solicitações, dentre outros, sobre o Poder Executivo Federal. Segundo dados estatísticos constantes no site⁴ da CGU, foram registrados, de maio de 2012 a abril de 2020, uma média de 9084,47 pedidos de informação por mês, dos quais 99,56% foram respondidos.

O órgão responsável pela realização do controle externo da União e das entidades da Administração Pública direta e indireta, é o Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Este Tribunal é formado por nove ministros, sendo um terço por indicação do Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal. Os outros dois terços são escolhidos pelo Congresso Nacional. Os ministros terão as mesmas prerrogativas, vantagens e impedimentos dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.

No texto Constitucional, observa-se a opção do legislador constituinte brasileiro pela forma federativa de Estado para a repartição territorial de poderes. A Federação Brasileira, que surgiu em 1891, é conhecida por ser uma federação atípica, eis que composta de quatro espécies de entes federados dotados de autonomia – União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Presente na Constituição Federal um federalismo simétrico, verifica-se equilíbrio e homogeneidade quanto à repartição de competências aos entes federados. Da mesma forma, busca-se igualdade de tratamento quanto ao regime tributário, direito de representação dos estados-membros no legislativo federal e participação dos Estados na elaboração de Emendas à Constituição.

Ao mesmo tempo, assevera-se um federalismo assimétrico, o qual permite que se confira tratamento diferenciado aos entes federados, em determinadas matérias, com a finalidade de se manter o equilíbrio e a redução das desigualdades sociais e regionais, que é um dos objetivos da República Federativa do Brasil, já que reconhecida a realidade heterogênea do país.

A Constituição Federal, lei maior do país, não permite que qualquer outra lei possua dispositivo que a contrarie. Os direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos são tratados em um extenso rol de artigos, que vinculam a todos. As garantias às liberdades são respeitadas e é denunciado qualquer tipo de abuso pela imprensa. As concessões de rádio e Tv são de competência da União, e a grande mídia é dominada por poucas famílias há décadas. O

⁴ <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx> acessado em 10/04/2020.

jornalismo independente é exercido com liberdade nas mídias alternativas. No entanto, a grande massa da população ainda continua apenas com acesso à informação através da TV ou fontes duvidosas através de redes sociais. A precária alfabetização e formação política não permitem, de forma geral, que a população usufrua de forma direta dos sistemas de controle transparência e informações sobre as instituições públicas.

4. Competência Política

No Brasil, desde o processo de redemocratização se tem realizado oito processos eleitorais que elegeram, oito presidentes, dos quais o ex-presidente Collor de Mello renunciou diante da ameaça de impeachment, enquanto que em 2016 a Presidenta Dilma Rousseff foi destituída de forma irregular, desde 2016, a partir dessa data uma série de irregularidades afetaram esta dimensão importante da democracia, exemplo disso foi que no processo eleitoral de 2018, o ex-presidente Lula da Silva quem tinha declarado ser candidato para disputar a presidência, foi preso e sentenciado celeremente em um processo controverso no qual além o Juiz Sérgio Moro que ditou a sentença em primeira instância além de intervir indevidamente no processo eleitoral, cerceando os direitos do ex-presidente, abandonou a carreira de juiz e virou ministro de justiça de Jair Bolsonaro quem era o principal adversário do ex-presidente.

As eleições de 2018 mostraram além dessas graves irregularidades, o possível fim ou a breve interrupção da contínua disputa ou polarização entre os dois mais importantes partidos em eleições presidenciais, isto é, entre o PSDB e o PT nas anteriores 5 eleições de 2018 (Limongi y Cortez, 2010) a derrota destas duas siglas partidárias se bem é certo reduziu a força do PT, o PSDB foi arrastado pela candidatura de Jair Bolsonaro após o episódio no qual ele foi esfaqueado, a invisibilidade da candidatura da Centro Direita foi devorada pelo uso desregrado de ações de desinformação (fake news) nas redes sociais.

Tabela 1: Resultado das eleições presidenciais de 2018:

Candidato(a)	Votação 1º turno (7/10/2018)		Votação 2º turno (28/10/2018)	
	Total	%	Total	%
Jair Bolsonaro (PSL) / Hamilton Mourão (PRTB)	49'277.010	46,03	57'797.847	55,13
Fernando Haddad (PT) / Manuela d'Ávila (PCdoB)	31'342.051	29,28	47'040.906	44,87
Ciro Gomes (PDT) / Kátia Abreu (PDT)	13'344.371	12,47	Não participou	
Geraldo Alckmin (PSDB) / Ana Amélia Lemos (PP)	5'096.350	4,76		
João Amoêdo (NOVO) / Christian Lohbauer (NOVO)	2'679.745	2,50		
Cabo Daciolo (PATRI) / Suelene Balduino (PATRI)	1'348.323	1,26		
Henrique Meirelles (MDB) / Germano Rigotto (MDB)	1'288.950	1,20		
Marina Silva (REDE) / Eduardo Jorge (PV)	1'069.578	1,00		
Álvaro Dias (PODEMOS) / Paulo Rabello (PSC)	859.601	0,80		
Guilherme Boulos (PSOL) / Sônia Guajajara (PSOL)	617.122	0,58		
Vera Lúcia (PSTU) / Hertz Dias (PSTU)	55.762	0,05		
José Maria Eymael (DC) / Helvio Costa (DC)	41.710	0,04		
João Goulart Filho (PPL) / Léo Alves (PPL)	30.176	0,03		

Total de votos válidos	107'050.673	91,21	104'838.753	90,43
Votos brancos	3'106.936	2,65	2'486.593	2,14
Votos nulos	7'206.205	6,14	8'608.105	7,43
Votos pendentes	746	0,01	0	0,00
Total	117'346.654	79,67	115'933.451	78,70
Abstenções	29'941.171	20,33	31'371.704	21,30
No verificado	470	0,01	1139	0,01
Eleitores aptos a votar (censo)	147'306.295	100	147'306.294	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral disponível em: <http://www.tse.jus.br/>

O presidente eleito não era um desconhecido da vida política, isto é, não era um outsider da política, foi parlamentar por 27 anos e mesmo com seus posicionamentos contrários à própria democracia e aos direitos humanos o levou à presidência, o pouco compromisso com o desenlace do pleito eleitoral e a democracia fez com que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso se mostrasse "neutro" isto é, não declarando apoio ao candidato democrata, Fernando Haddad os próprios candidatos do PSDB como ao governo de São Paulo foram eleitos sob o apoio de Jair Bolsonaro, de forma semelhante, Ciro Gomes derrotado no primeiro turno, abandonou o país para descansar em Paris. Essas abstenções contribuíram à vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, o que tem representando uma constante ameaça e déficit da democracia brasileira.

A vitória de Jair Bolsonaro, não se refletiu nas eleições parlamentares. A tendência de fragmentação do sistema de partidos evidencia uma relativa vitória, o legislativo ficou mais fragmentado que na eleição anterior, o PSL, partido que o elegeu, conseguiu eleger 52 deputados, isto é a segunda maior bancada na Câmara depois do PT que obteve 54, não obstante os conflitos entre os parlamentares governistas e o próprio Presidente levou à quebra do grupo parlamentar e abandono do apoio de vários partidários, o que tem provocado até hoje uma constante derrota do Presidente nos assuntos do legislativo.

O presidencialismo brasileiro tem-se caracterizado como de coalizão, dada a dificuldade de um partido obter a maioria das cadeiras no legislativo o que obriga o presidente procurar estabelecer uma coalizão de apoios com a finalidade de estabelecer uma coalizão, em quanto maior a coalização, mais chance de sucesso a do presidente de aprovar a política geral do seu governo. O discurso de Jair Bolsonaro foi de denunciar este tipo de coalizões questionando a negociação de cargos que beneficia aos parlamentares, em troca de apoio político (fisiologismo), as coalizões se bem poderiam ser são questionáveis o certo é que estas são necessárias para que o processo decisório e a governabilidade siga seu fluxo; o Executivo, sem maioria no legislativo e com constantes derrotas, o presidente se tem demonstrado débil politicamente, sem capacidade de aprovar qualquer agenda no Congresso Nacional, para reverter esse quadro o governo terminou sucumbindo ao poder dos partidos de centro aplicando aquilo que denunciava como uma das características espúrias da política brasileira.

Até o 30 de junho de 2020, o governo editou 118 medidas provisórias, para alguns analistas esse grande número é reflexo da debilidade do presidente construir uma melhor articulação com o Congresso Nacional. Só primeiro ano de governo o Presidente editou 48 medidas provisórias, das quais 11 não viraram leis por que o Congresso Nacional não as tratou



no prazo regimental ou por que simplesmente foram rejeitadas.⁵ Entre as medidas que foram rejeitadas pelo Senado foi o decreto que buscou flexibilização das regras para aquisição, posse e porte de armas, o governo, o Senado também rejeitou a transferência da responsabilidade pela demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério de Agricultura, o Congresso Nacional esvaziou a proposta do ex-Juiz Sergio Moro que permitia impedir a punição de policiais que matam no exercício de sua função, evitando que se aprovara tal acometimento contra os direitos humanos, Assim como rejeitou o decreto que ampliava o rol de autoridades que poderiam classificar documentos oficiais como secretos (15 anos de sigilo), assim como outra medidas polêmicas que em alguns casos foram ignoradas pelo legislativo.

A ausência de coerência política entre os membros do partido que elegeu Bolsonaro evidencia a necessidade de enxergar a fragmentação partidária como um elemento constitutivo no processo de governabilidade, sem partidos hegemônicos o Presidente se encontra refém de construir coalizões pragmáticas conjunturais e oportunistas, mesmo que no âmbito das relações executivo-legislativo estejam cheias de obstáculos o certo é que os grupos de extrema direita no Brasil são competitivamente ativos desafiando muitas vezes a ordem constitucional.

Ainda assim, a confiabilidade do brasileiro nas instituições como o Poder Legislativo é baixa. Em pesquisa do Datafolha⁶ (2019), a população deposita mais credibilidade no corpo de bombeiros, nas igrejas e no Exército. O índice de confiança da população nos partidos políticos, é de apenas 5%, e no Congresso Nacional, de 8%. Em outra pesquisa⁷, em 2019, 65% dos brasileiros afirmam que não há uma sigla partidária com a qual se identificam. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o que atingiu maior índice, de 14% de preferência e, em segundo colocado, com 3% está o Partido Social Liberal (PSL), empatado na margem de erro com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que tem 2% e com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), também com 2%.

5. Participação Política

Ao longo da história o Brasil realizou poucos plebiscitos, podendo-se citar um que se aplicou apenas para o Estado do Acre (2010), outro, em 2011, para o Estado do Pará e em 2016 no Estado de São Paulo para a possível criação de município. Em se tratando de referendo o segundo ocorre em 2005 sobre a questão da proibição do comércio de armas de fogo e munição.

Existe também a possibilidade da participação direta do povo na política no instituto denominado iniciativa popular. A Lei da Ficha limpa (Lei Complementar nº 135/2010) foi um exemplo válido da utilização deste instrumento, mas as críticas que se fazem se encontram fundamentadas no fato da iniciativa não ser direta e sim intermediada aos interesses dos

⁵ <https://www.camara.leg.br/internet/lideres/MedidasProvisorias.pdf> acessado em 10/04/2020.

⁶ <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/04/15/e4dfasfas453434vfa423vavsf429b35922gci.pdf> acessado em 10/04/2020.

⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/65-dos-brasileiros-nao-se-identificam-com-partidos-diz-pesquisa-datafolha.shtml> acessado em 10/04/2020.

parlamentares para de fato ser colocada na pauta de aprovação do Congresso Nacional, além de outros obstáculos como o critério imposto pela Constituição na qual se precisa de 1% do eleitorado nacional para apresentar a iniciativa; assinaturas distribuídas em pelo menos por cinco Estados com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

A exemplo das 4 propostas apresentadas após a Constituição de 1988, que viraram lei, apenas uma não precisou de apadrinhamento” parlamentar, pois a própria Câmara dos Deputados, casa legislativa que trata dos interesses do povo, não teve como conferir se todas as assinaturas eram verdadeiras e tiveram por saída que um Deputado Federal ou o Poder Executivo tomasse a proposta legislativa para sua autoria. As leis que tiveram origem no procedimento de iniciativa popular foram: a Lei 8.930/1994 (caso Daniella Perez) que inseriu o homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos; Lei 9.840/1999 (combate à compra de votos); Lei 11.124/2005 (Fundo Nacional de habitação e interesse social) e a Lei Complementar 135/2010 (lei da ficha limpa). A única proposta que se tem menção na proposta de lei que foi apresentada cumprindo os requisitos constitucionais para a iniciativa popular foi a do Fundo Nacional de habitação e interesse social.

Ainda existiu um caso em 2016 conhecida como “dez medidas contra a corrupção” (PL nº 4.850) que ao chegar no parlamento sofreu tantos ajustes e ainda foi levada ao STF, corte constitucional do país, obtendo decisão monocrática deverá recomeçar do zero o processo de tramitação.

Por outra parte, é importante mencionar que no período de redemocratização no Brasil trouxe novamente a participação popular para a escolha dos cargos eletivos e mais que isso, em 1985 foi editada uma emenda Constitucional que permitiu que depois de cem anos analfabetos pudessem exercer seu direito de voto, porém de forma facultativa e sendo vedada a possibilidade de serem candidatos. A Constituição de 1988 inseriu em seu art. 14 a possibilidade do exercício de voto e hoje, pode-se afirmar a existência de sufrágio universal. A distribuição atual segundo dados estatísticos do TSE é a seguinte:

Tabela 2 - Dados estatísticos do TSE de março de 2020 para eleitores com critérios de sexo e grau de instrução

Grau de Instrução	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%T/TT
ANALFABETO	2.949.255	48,094	3.180.310	51,862	2.702	0,044	6.132.267	4,183
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	4.902.586	50,297	4.842.018	49,676	2.605	0,027	9.747.209	6,648
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	17.711.186	50,509	17.347.936	49,473	6.080	0,017	35.065.202	23,917
ENSINO MÉDIO COMPLETO	16.843.454	44,546	20.965.743	55,448	2.048	0,005	37.811.245	25,790
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	11.323.355	50,569	11.067.491	49,427	913	0,004	22.391.759	15,273
LÊ E ESCRIVE	5.684.293	50,576	5.535.544	49,253	19.194	0,171	11.239.031	7,666
NÃO INFORMADO	14.865	45,062	17.204	52,152	919	2,786	32.988	0,023
SUPERIOR COMPLETO	6.367.078	39,057	9.934.265	60,939	624	0,004	16.301.967	11,119
SUPERIOR INCOMPLETO	3.540.496	44,887	4.346.722	55,109	333	0,004	7.887.551	5,380
TOTAL(TT)	69.336.568	47,293	77.237.233	52,682	35.418	0,024	146.609.219	99,999

Fonte: TSE



O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, em pesquisa realizada em 2018, apontou que 3,9% das pessoas a partir dos 15 anos analfabetas eram brancas, ao passo que os pretos e pardos correspondiam a 9,1%. Se observados indivíduos com mais de 60 anos brancos correspondem a 10,3% e pretos e pardos a 27,5%. Na análise por regiões o Nordeste é o que detém maior percentual, 13,87 % (acima dos 15 anos) e 36,87% (a partir do 60), seguidos do Norte (7,98%, / 27,02%) Centro-Oeste (5,40% / 18,27%), Sul (3,63% / 10,80%) e Sudeste (3,47% / 10,33%).

Desde que o voto da mulher foi conquistado em 1932 ainda há permanentes desafios para alcançar a paridade. A participação da mulher na escolha de seus representantes em dados de 2020 traz informação interessante, pois o eleitorado brasileiro tem na mulher um percentual de 52,6%, mas ainda assim, as mulheres que exercem cargos políticos seguem números bem diferentes. Existe crescimento, lento e gradativo, mas observa-se que as mulheres nunca chegaram a um quinto da composição do parlamento federal (SENADO FEDERAL, 2019)⁸.

Analisando o Mapa das Mulheres na Política (2019) o Brasil ocupa uma colocação bastante preocupante - 134ª posição dentre 193 países - estando atrás de países como Etiópia (24ª), Iraque (68ª), dentre outros. O Ranking é ocupado por Ruanda, Cuba e Bolívia, respectivamente. Nas últimas eleições (2018) as mulheres ocupam 15% da composição do Senado e 13% da Câmara dos Deputados. Ou seja de 81 cadeiras para o Senado apenas 12 destas são ocupadas por mulheres. Já na Câmara dos Deputados somente 77 assentos são de mulheres em uma realidade de 513 cadeiras. Em se tratando das Comissões permanentes desta casa apenas 16% foram presididas por mulheres no ano de 2019.

A representação do Congresso demonstra como as mulheres ainda estão afastadas dos espaços de poder. Um Congresso que se compõe na percentagem de 85% de sua totalidade de homens continua gerando demandas que não albergam os anseios das mulheres que ainda se encontram carentes de representatividade política (INTELIGOV, 2020).

Sobre as últimas eleições realizadas no Brasil em 2018, para o âmbito federal, elegeram-se membros para os cargos de Presidente da República, Deputados Federais e Senadores. De acordo com o TSE (2019) O total de eleitores aptos a participar nas Eleições Gerais de 2018 passou de 147.302.354 para 147.306.275 em decorrência reversão de inscrições que foram canceladas no Rio de Janeiro e em Roraima. Em 2014 era, 142.820.753 eleitores.

Ainda com os dados de 2018, 47,5% dos eleitores são do sexo masculino, 52, 5% do sexo feminino e 0.043% não informou. Eleitores com deficiência teve um quantitativo de 940.084, dos quais 342.712 com deficiência de locomoção, 126.044 com visual, 65.107 com auditiva e 59.821 com dificuldade para o exercício do voto e 465.393 estão em outras deficiências.

Dos eleitores aptos a votar no segundo turno 78,70% dos eleitores compareceram às urnas, no primeiro turno o percentual foi de 79,67%. Assim houve um redução de 0,97% na

⁸ BRASIL, Senado Notícias. Minoria no Congresso, mulheres lutam por mais participação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/07/minoria-no-congresso-mulheres-lutam-por-mais-participacao>. Acesso em 10 abril de 2020.



abstenção. O quantitativo de votos nulos passou de 6,14% no primeiro turno para 7,43% no segundo um aumento de 1,29%. Em se tratando de votos em branco apesar de se manter o mesmo percentual de 2,14% para os dois turnos, numericamente no primeiro turno se teve 3.106.936, já no segundo 2.486.593. O candidato eleito à presidência veio da “Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de todos” com 55,13% dos votos válidos. Em segundo lugar o Partido dos Trabalhadores (PT).

6. Igualdade

Esta é uma das dimensões mais deficitárias no Brasil a mesma que possui um componente estrutural de violência que afeta continuamente os setores mais vulneráveis da sociedade como resultado da situação de pobreza e desigualdade que permeia a história do país. Os pobres, ademais de sua posição assimétrica quanto ao acesso a recursos públicos, atualmente sofrem de forma acentuada os obstáculos indiretos no marco da estrutura socioeconômica, particularmente relacionados aos critérios subjetivos ou raciais, que questionam os princípios da igualdade de oportunidades ou de diminuição da “desvantagem” social para superar a reprodução permanente de baixas condições materiais de vida.

A segregação estrutural tem afetado historicamente os afrodescendentes e hoje se apresenta de forma mais continua, consolidando uma série de deficiências em matéria de saúde, educação, habitação, e ingressos da maioria do povo brasileiro. Segundo o IBGE, ao divulgar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, observa-se que 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Ainda que as condições tenham melhorado sensivelmente, ainda persiste uma distância relevante entre negros e brancos.

Um claro exemplo é o abandono escolar, os negros abandonam mais cedo a escola em função da necessidade de sustento, ingressando mais cedo ao mercado de trabalho. Igualmente, os afrodescendentes apresentam menos anos de estudos e taxas de analfabetismo superiores aos brancos, conforme demonstra-se em quadro abaixo 9,1% da população negra e parda, a partir dos 15 anos- eram analfabetos no Brasil no ano de 2018.

O combate às desigualdades sociais no Brasil tem sido objeto de estudiosos e formuladores de políticas públicas. Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, aquela delimitada pela cor ou raça ocupa espaço central, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que traz marcas ao longo da história do país. Como consequência, há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais que vêm sendo divulgados nos últimos anos

Verifica-se que no que concerne à questão econômica apenas 29,9% dos cargos tidos como gerenciais, aqueles que normalmente estão nos mais elevados postos de cargos e carreiras são ocupados por pretos ou pardos, em contrapartida nos números referentes a pessoas

subocupadas no mercado de trabalho apenas 18,8% correspondem a indivíduos brancos. Demonstra-se assim, o verdadeiro abismo do acesso ao mercado de trabalho pela população negra no mercado (IBGE, 2019). Aliado a tais índices a população preta ou parda encontra-se em maior volume nos dados de distribuição de renda qualificada como linha da pobreza o que corrobora com a compreensão dos elevados dados sobre violência e homicídios aos negros frente aos brancos (98,5%) bem como nos comparativos feitos entre a cor/raça e sexo.

Dados recentes do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico), revelam que em geral homens brancos recebem 22 % a mais que mulheres em cargos semelhantes, contudo entre brancos e negros a diferença salarial é mais do que o dobro do percentual anterior, segundo o Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) o abismo salarial entre brancos e negros em 2019 é de 45%. Se entre homens e mulheres é evidenciada desigualdade, a diferença se torna ainda mais visível entre mulheres negras e brancas. Com efeito dentro de este processo de segregação se reforça a segregação entre mulheres, negra e pobres, também se tem o mesmo cenário de sujeição a trabalhos de baixa qualidade e remuneração, culminando no círculo vicioso de condicionamento à pobreza⁹.

Ao se tratar do rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade por sexo, segundo cor e raça no Brasil houve alterações positivas dentro do período de análise que compreendem os anos de 1995 e 2015. O que não quer dizer que tão evolução não seja tão favorável como parece. (Ver Quadro 2). A população negra continua obtendo, por meio de seu labor, rendimento inferior ao do branco e a desigualdade ainda persiste se analisados os dados aplicação a questão de gênero/sexo. Isto sem pormenorizar análises no que diz respeito ao valor real de compra frente ao rendimento, pois o aumento no rendimento ao se contextualizar com o valor real da moeda e poder de compra tente a apresentar que apesar de um aumento de rendimento o mesmo não consubstancia um aumento de riqueza.

Tabela 3 - Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade por sexo, segundo cor e raça no Brasil entre 1995 e 2015

		Total 1995	2015	Homens 1995	2015	Mulheres 1995	2015
Total	Brasil	1.397,2	1.686,8	1.724,1	1.913,8	912,8	1.383,7
Branca	Brasil	1.809,6	2.176,2	2.262,6	2.509,7	1.164,0	1.765,0
Negra	Brasil	864,1	1.266,8	1.052,6	1.434,1	570,3	1.027,5

Fonte IBGE, PNAD

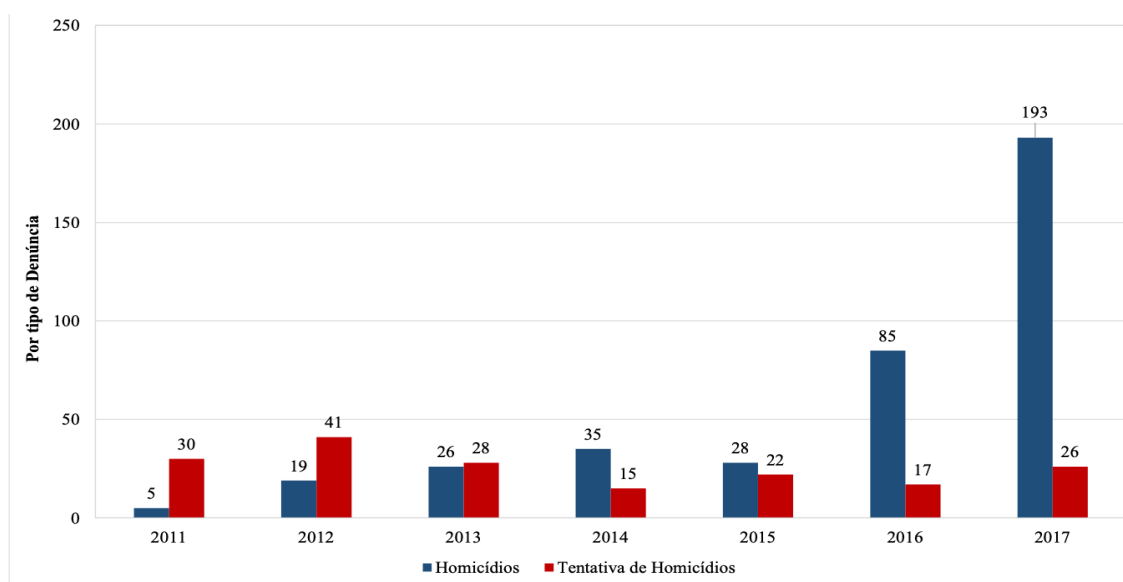
⁹ MENA, Fernanda. Racismo gera diferença salarial de 31% entre negros e brancos, diz pesquisa. In: Folha UOL. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/racismo-gera-diferenca-salarial-de-31-entre-negros-e-brancos-diz-pesquisa.shtml?origin=folha>. Acesso em 17 ago 2020.



Nessa linha parece plausível verificar que essas situações são reflexo de uma sociedade na qual as noções de democracia e estado de direito tenderam a ser relativizadas pelas elites brasileiras. Uma marca muito lastimável no país é a violência, já trazida em alguns aspectos no item anterior. A configuração do mapa da violência no Brasil demonstra essa se instala nas regiões mais pobres e nas zonas mais carentes das cidades. Configurando uma sociedade não pacificada, ao contrário, vive-se em corpo social permeado por uma diversidade de conflitos violentos latentes, onde a ação do Estado não tem conseguido uma efetiva inclusão cidadã com a difusão de valores democráticos.

Nessa análise de desigualdades, apresentam-se os dados da violência contra a população LGBTI+. Esta é uma inovação do Atlas da Violência, que destaca a “invisibilidade” do problema pela ausência ou escassa produção oficial de dados e estatísticas. Esta ressalva se faz necessária pois pelos dados do IBGE nenhuma pergunta é feita quando da realização das pesquisas sobre in formação populacional, bem como na grande maioria dos registros de violência. Assim os dados aqui fornecidos servem de alerta para mais essa desigualdade crescente e aparentemente invisível do Estado brasileiro¹⁰.

Gráfico 1 - Número de denúncias de homicídios e de tentativa de homicídios no Brasil contra pessoas LGBTI+s (2011-2017), segundo o Disque 100



Fonte: Ipea, 2019

A base das informações alocadas no gráfico foi disponibilizada pelo Disque 100, um canal criado pelo governo com finalidade de receber denúncias de violações de direitos

¹⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>, acessado em 10/04/2020.



humanos e, a partir destas, analisar e dar o devido encaminhamento para tomada de providências com a garantia do anonimato. Cabe ainda mencionar que a partir de 2015 esse instrumento estatal passou a ser mais divulgado e, assim, recai-se novamente na questão das possíveis subnotificações.

Apesar destes indicadores negativos, tem-se planteado alguns avances positivos nas últimas décadas. Exemplo disso é a tipificação criminal adotada pelo Brasil (um dos poucos países da América Latina) incidindo sobre aqueles que atos de discriminação de qualquer índole, sendo considerados delitos como muito graves, chegando a ser tipificado como crime inafiançável. Entretanto, somente em junho de 2019 a Corte Suprema Nacional (STF) decidiu que até que o Congresso Nacional edite lei específica, a homofobia e transfobia se enquadrarão na tipificação da Lei do Racismo, no ano anterior a mesma Corte reconheceu jurisprudencialmente, com efeito de repercussão geral, o direito das pessoas trans alterarem seus nomes em cartório de forma que seus documentos pessoais coincidam com sua identidade escolhida¹¹.

No âmbito governamental, especificadamente o governo federal vem impulsionando políticas para combater o racismo e a discriminação, implementando importantes ações afirmativas, importante ressaltar que no Brasil a adoção de ações afirmativas se deu desde à esfera particular quanto à pública, dentro dos Poderes e pelos diversos entes federativos. Afim de exemplificar algumas iniciativas, em 1988 a Constituição Federal previu no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT 68) a propriedade definitiva das terras aos remanescentes das comunidades quilombolas, em 1991 o Partido dos Trabalhadores previu de forma pioneira as cotas partidárias femininas, em 1996 foi criado o I Programa Nacional de Humanos (PNDH, 1996), em 2003 inicia a implementação da política acesso aos afro brasileiros à educação superior.

As primeiras universidades a implementarem a chamada cotas raciais são a Universidade de Brasília (UNB) - reservando 20% das vagas aos alunos afrodescendentes - e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - que reservou 40 % das vagas às cotas raciais, nesse mesmo ano é criado o Ministério da Igualdade Racial, em 2010 é promulgado o Estatuto da Igualdade racial, em 2012 é sancionada a Lei de Cotas para ingresso nas Universidades e Institutos Federais de Educação e em 2014 é promulgada a lei de Cotas para empregos públicos em âmbito federal.

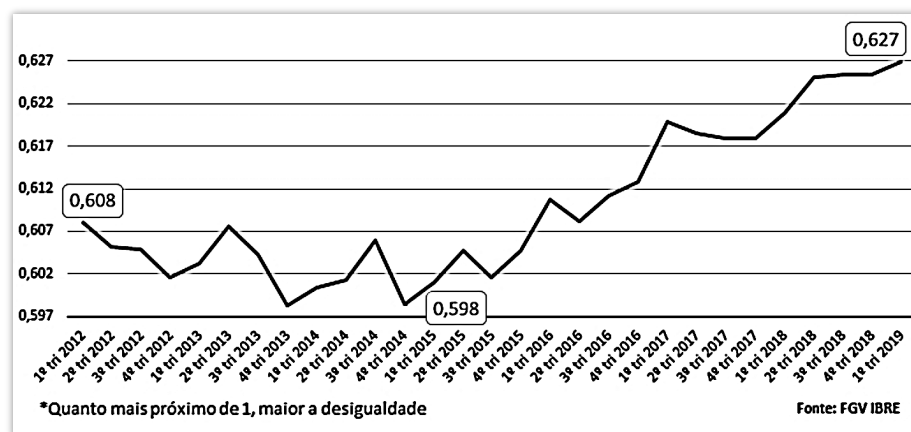
Os avanços no combate à desigualdade tiveram um grave retrocesso nos últimos anos, embora as políticas governamentais busquem diminuir os abismos sociais índices ainda são negativos. A média simples dos índices de Gini (onde 0 representa ausência de desigualdade e 1 desigualdade máxima) apresentou o maior patamar da série histórica de medição, alcançando 0,627, após quase anos consecutivos de queda¹².

¹¹ COELHO, Gabriela. STF define tese autorizando pessoa trans a mudar nome sem cirurgia. In: Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-15/stf-define-tese-autorizando-pessoa-trans-mudar-nome-cirurgia>. Acesso em 17 ago 2020.

¹² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre>. Acesso em 17 ago 2020.



Gráfico 2 – Índice de Gini da renda do trabalho domiciliar per capita

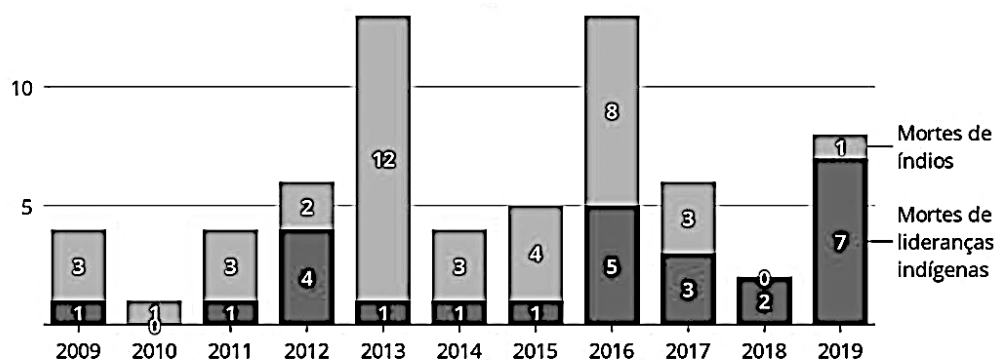


De acordo com o CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) até 2014 o índice de pobreza foi reduzido nos países da região, principalmente na Argentina, Brasil e Uruguai, uma diminuição em torno de 7 %. Entretanto, segundo o relatório de Panorama Social da América Latina 2018, apresentado em janeiro de 2019, pelo CEPAL, a América Latina ainda continua apresentando um quadro de desigualdade e pobreza elevada. O estudo trás que em 2017, o número de pessoas vivendo na pobreza na América Latina e Caribe chegou a 184 milhões (30,2% da população), dos quais 62 milhões se encontravam na extrema pobreza (10,2% da população, a porcentagem mais alta desde 2008). O relatório destaca, também, que a desigualdade de renda tem permanecido em patamares altos, ainda que em decadência desde os anos 2000. A pobreza voltou aos níveis do começo da década (2011). Portanto, esse período caracteriza-se como uma década perdida. Olhando para a desigualdade, o retrocesso não fica atrás. Desde 1989 o Brasil não experimentava mais de três anos de aumento consecutivo de desigualdade. Ao todo, 13,5 milhões de pessoas no Brasil viviam em 2018 com até R\$ 145 por mês, o que corresponde a 6,5% da população, após a mínima de 4,5% em 2014.

O Brasil tem uma larga tradição histórica na proteção ao trabalhador, a Constituição de 1988 reafirmou esta tradição incorporando uma série de garantias como o seguro desemprego, com a reforma trabalhista no governo Temer a flexibilização da mão de obra foi aprovada provocando desemprego e informalidade crescente. Se na área urbana existe alguma proteção aos trabalhadores, na área rural as dimensões dos conflitos tomam proporções diferentes. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em pesquisa denominada conflitos no campo, o número de assassinatos em 2019 foi de 32 mortos encontrando entre as vítimas, líderes rurais e defensores do meio ambiente (CPT, 2020) A violência se concentra principalmente na região norte do Brasil onde a ausência de uma política de proteção e segurança individual na qual os governos estaduais são responsáveis tem levado as práticas de ameaças contra a vida seja o caminho regular nos conflitos. No últimos 10 anos foram assassinados 42 líderes indígenas, sendo o ano passado o maior já registrado.



Gráfico 3 – Assassinatos de índios e lideranças indígenas 2009-2019



*2019: dados preliminares

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

O acelerado processo de expansão da fronteira agrícola orientada principalmente a exportação commodities ao mercado internacional, tem deixado como consequência negativa conflitos em estado latente, seja disputa por terra, água ou trabalho. No anos 2000 o número de conflitos alcançou 660 enfrentamentos entretanto o número de pessoas que foram afetadas foi de 556.030 camponeses (que estavam direta o indiretamente envolvidos) em 2019 o número é muito maior, envolvendo 859.023, sendo o pico em 2018 afligindo 960.342 indivíduos. A extração ilegal de madeira, a ocupação ilegal de terras indígenas, a construção de represas e o trabalho em condições análogas à escravidão estão entre os problemas mais comumente enfrentados pelo povo rural, indígena e quilombola¹³.

7. Liberdades

No que se refere à liberdade o Brasil se encontra relativamente na média entre dos países da região. Desde 1988 com o advento da Constituição, denominada “Constituição Cidadã”, fruto de um amplo consenso entre diversos atores políticos e sociais, teve como objetivo reafirmar uma série de princípios e garantias individuais, como transformar em crime inafiançável a tortura, afirmar garantias como a de o réu de não auto incriminar-se e declarar os direitos sociais.

Ainda que seja um rol extensivo e não taxativo de direitos de liberdade consagrados no maior grau legislativo, fruto de lutas sociais e sacrifício de muitas vidas, tais garantias são contraditadas em muitos momentos e em diversas formas. Observe-se, por exemplo, que a pena

¹³ BRASIL. Mais de mil trabalhadores em situação análoga à escravidão são resgatados em 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2020/01/mais-de-mil-trabalhadores-em-situacao-analog-a-escravidao-sao-resgatados-em-2019>. Acesso em 17 ago 2020.



de morte capital não existe legalmente; entretanto, os agentes do Estado geralmente não são responsabilizados pelos altos índices de mortes gerados nos enfrentamentos entre as forças policiais e vítimas. Cabe esclarecer que essas mortes não são classificadas como homicídios, dado por estarem abrangidas pela “exclusão da ilicitude”, são tratadas como mortes cometidas em legítima defesa com objetivo de vencer a “resistência” do delinquente (Misse, 2011).

Frente a esta prática, diversas instituições de defesa dos direitos humanos questionam as altas taxas de letalidade nos enfrentamentos policial. O Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, monitora dados referentes à violência e publicou recentemente em seu conjunto de dados, o documento denominado: Série Histórica de Letalidade Violenta. O documento traz dentre vários dados, o levantamento de mortes por intervenção de agentes do estado, do ano de 1998 a 2019. Entre 1998 a 2010, o ano de 2007, no estado do Rio de Janeiro alcançou o ponto mais alto da curva, registrando 1330 em todo o estado, sendo 902 especificamente na capital. Nos anos seguintes anos esse indicador diminuiu até 2017, contudo em 2019 o número de mortes por policiais foi o maior registrado, chegando a 1814 mortes por policiais em conflito. Em suma, foram computados no Estado de Rio de Janeiro 4.466 mortos entre 2017 e 2019. No caso da cidade de São Paulo (megalópole com aproximadamente 11 milhões de habitantes), os indicadores de letalidade policial são crescentes, após quedas em 2010, 2011 e 2013, a partir de 2014 o indicador volta a subir, sendo 927 mortes em conflito computadas no ano de 2017, 686 em 2018 e 736 em 2019. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2018 foram registradas 6.220 mortes no Brasil decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora de serviço, quase dez vezes mais do que as 690 execuções nos 20 países que adotam a pena de morte¹⁴.

Muitas foram as tentativas de diminuição da violência em algumas capitais brasileiras. Na cidade do Rio de Janeiro, por anos, as denominadas UPPS (Unidade de Polícia Pacificadora) funcionaram bem a depender da comunidade. Segundo dados do ISP (Instituto de Segurança Pública), entre 2007 (ano anterior à instalação da primeira UPP) e 2013, a taxa de letalidade violenta nas áreas com UPPs chegou a cair 80%. A taxa de homicídio causado por oposição à intervenção policial foi o indicador de violência que apresentou uma redução mais significativa, de quase 90%, mas também diminuíram outros crimes contra a vida e o patrimônio. Os conflitos armados cessaram ou diminuíram drasticamente e, em algumas comunidades, a relação entre policiais e moradores melhorou.¹⁵

Em 2014, no entanto, os indicadores de letalidade violenta voltaram a subir não só nas áreas de UPP, mas em todo município. Hoje os números já são praticamente os mesmos do período antes da implementação desse modelo de policiamento mesmo com a intervenção das forças armadas, o modelo que antes apresentava como esperança de segurança e integração de forças policiais à comunidade atualmente se mostra esgotado, após fracassos, escândalos de

¹⁴ RIBEIRO, Bruno; CARVALHO, Marco Antônio. Letalidade policial em São Paulo é a maior desde 2001; homicídios caem. In: O Estadão de S. Paulo. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,letalidade-policial-em-sp-e-a-maior-desde-2001-homicidios-caem,70002164430>. Acesso em 17 ago 2020.

¹⁵ BETIM, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. In: El país. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html. acessado em 10/04/2020.



corrupção, assassinatos na modalidade de auto de resistência¹⁶ e desaparecimento de pessoas, como o caso do pedreiro Amarildo, morto em 2013 por policiais da UPP da favela da Rocinha.

A maior parte da segurança pública é de competência e responsabilidade dos governos estaduais. No âmbito federal podemos destacar uma maior ação do governo na implementação de políticas de proteção as liberdades dos indivíduos com relação ao trabalho. Ainda que em 2005 o governo Lula tenha criado o Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, tal pacto foi ao longo dos anos perdendo forças, em razão do enfraquecimento das estruturas de fiscalização, dos sindicatos e o corte deliberado de recursos pelos governos federais pós 2016. Mesmo diante do cenário desanimador em 2019, 1.054 pessoas foram resgatadas de situações análogas a trabalho escravo, resultado da fiscalização de 267 estabelecimentos. Segundo dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, entre 2013 e 2018, cerca de 45 mil trabalhadores foram resgatados e libertados do trabalho análogo à escravidão no país¹⁷.

No que concerne aos direitos civis, estes se encontram declarados nos primeiros capítulos do Título II “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” da Constituição de 1988. De acordo com a Carta Magna inúmeros direitos e garantias individuais são considerados cláusulas pétreas conforme artigo 60 §4º inciso IV do referido instrumento legal. Entre as garantias que buscam assegurar o exercício de tais direitos se destacam os mecanismos, procedimentos e instrumentos tais como: o habeas corpus, o mandato de segurança (criação brasileira que confere proteção ao cidadão na perseguição de direito líquido e certo lesionado ou ameaçado por lesão, em virtude de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições públicas), o habeas data, o mandato de injunção, ação popular, ações de inconstitucionalidade entre outras.

Ademais as proteções constitucionais também existem desdobramentos normativos como, por exemplo, os estatutos que são um conjunto de normas com força de lei que buscam regulamentar ou instituir proteção aos segmentos mais vulneráveis da sociedade, como exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto de la Terceira Idade (2003) e o Estatuto da Igualdade Racial (2010). Paralelamente outras instituições, como a Defensoria Pública tem a missão constitucional de prestar assistência jurídica, integral e gratuita, aos necessitados, nos termos estabelecidos no art. 134 da Constituição Federal, o qual estatui que “a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados”. Semelhantemente há a Secretaria Especial dos Direitos

¹⁶ A figura do auto de resistência foi criada durante o regime autoritário para justificar a não prisão em flagrante do policial autor de homicídio, situação que caracteriza um baixo grau de fiscalização, a prevalência da versão policial, uma investigação enfraquecida e a ausência de punição aos policiais em abuso de poder. Na década de 1970 foi extensamente utilizada a tortura, estas práticas não tardaram em ser utilizadas como forma de “solucionar” os problemas da segurança pública, encobrindo execuções privadas pela via dos autos de resistência, sendo compreendido pelos agentes estatais como um mecanismo de controle social.

¹⁷ AGÊNCIA BRASIL. Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em-17-ago-2020>. Acesso em 17 ago 2020.



Humanos, órgão com hierarquia de Ministério, com a finalidade de articular e implementar políticas públicas orientadas a promoção e proteção aos direitos humanos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca a necessidade de expansão da Defensoria Pública, pois para cada grupo de 100 habitantes existe 1,5 de defensores públicos, situação que coloca em debate a eficiência quanto ao cumprimento das normas constitucionais referidas na defesa dos direitos e garantias constitucionais. Mais grave ainda é quando consideramos o tempo excessivo do preso privado de sua liberdade. O sistema carcerário viola os padrões internacionais associados aos direitos humanos. Os presos são confinados a um regime privativo de liberdade em condições que violam seus direitos fundamentais, a superpopulação carcerária impede a existência de condições mínimas de dignidade humana. A precariedade das instalações e a situação de insalubridade das prisões brasileiras contradizem os princípios da Constituição, assim como consequência a Lei de Execução Penal. Segundo dados do INFOPEN, 2019 (dados de julho a dezembro) foi identificado que 20.023 presos não foram alfabetizados, 327.789 possuem o ensino fundamental incompleto e somente 4301 terminaram um curso superior, a população carcerária atual no Brasil tem cerca de 755.274 pessoas. Ademais, o sistema carcerário nacional é extremamente punitivo, as estatísticas mostram que cerca de 70% dos presos tendem a reincidir.

8. Estado de Direito

Ao se tratar sobre o denominado Estado de direito algumas premissas são necessárias, dentre elas compreender o que vem a ser o real sentido dessa categoria de análise. Assim, deve-se analisar não apenas os conceitos de aplicação da justiça ou das normas existentes, mas para além disso, um Estado “democrático” de Direito. Esta concepção democrática inclui aspectos específicos de análises como a existência de um ordenamento jurídico limitador do poder Estatal e institucionalizador do mesmo, como também, a existência da participação popular nas escolhas das diretrizes e condutas do Estado para a finalidade do bem comum. Ou seja, a dimensão aqui abordada vai para além da garantia de direitos fundamentais, aproxima-se do poder do povo em exercer tais direitos de forma democrática e efetiva. Deste modo, o Estado de Direito engloba também a aplicação das normas e justiça de forma coerente e compatível às diversas categorias ou classes sociais dentro do Estado em busca de um parâmetro de equidade (O’DONELL 1998; MORLINO, 1998).

Reforça-se então o entendimento de que não basta denominar-se Estado de Direito apenas por ter um ordenamento regulatório, pois este necessita como condição estar provido de exercício democrático. Uma forma de instrumentalização deste exercício democrático reside na transparência do exercício de poder, em especial do judiciário, que além de ter que cumprir com suas atribuições no âmbito de julgar condutas, também deve fiscalizar a atuação do legislativo e executivo demonstrando-se, assim, atuante no sentido de atender às necessidades de um país.



No caso do Estado brasileiro cabe discorrer sobre alguns aspectos. Em 2004 a Constituição brasileira recebeu uma emenda de número 45, que ficou conhecida como reforma do judiciário. Nela foi criada o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que teria por definição ser um órgão do poder judiciário, mas com atribuições não jurisdicionais, ou seja, não tem por finalidade dizer o direito, mas sim, de exercer um papel fiscalizatório administrativo e financeiro de todo o poder judiciário. Assim, a partir deste ano os dados sobre produtividade e orçamentos da Justiça passaram a ser coletados e a apresentados.

Porém ainda não se tinha efetiva transparência a sociedade, pois apesar da coleta de informações esses dados não eram disponibilizados facilmente ao povo mesmo com a previsão desde 1988 no que tange aos poderes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal em disciplinar a forma de participação do povo na administração pública especialmente no que diz respeito a registros administrativos e informações sobre atos de governo (BRASIL, 1998). Desta feita em 2000 editou-se a denominada lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101) que abriu prerrogativa ao judiciário para punir de forma mais clara as gestões que burlavam ou corrompiam o orçamento público; em 2009, sob o governo Lula, editou-se mais um instrumento de transparência (Lei Complementar nº 131) determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E por fim, em 2011 a lei de acesso à informação nº 12.527 que fecha o arcabouço necessário para a atuação do poder judiciário no que concerne à fiscalização e instrumentalização da transparência, não apenas fiscal, possibilitando uma maior atuação do poder judiciário para resguardar os interesses da coletividade.

A razão da preocupação com a questão fiscal recai na forma como o Estado se utiliza da verba pública para o combate das desigualdades, quer sejam elas de raça, gênero ou social. Isto pois, uma recorrente no estado brasileiro é a corrupção que tanto impossibilita a efetivação de direitos dos menos favorecidos. É possível elencar alguns fatores foram determinantes. Na esfera política a contribuição se deu pela frequente interferência do executivo, a exemplo das nomeações e exonerações na Polícia Federal, na Receita Federal do Brasil, bem como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que são órgãos de fiscalização e de combate a crimes, inclusive fiscais. Podem-se citar os frequentes indícios de envolvimento do corpo político do presidente em denúncias de corrupção, a exemplo de Ministro de Estado e filho do próprio presidente e até mesmo as idas e vindas na escolha de ministros, conselheiros e Procurador Geral da República que fora nomeado e aprovado pelo Senado Federal sem ter participado do processo de escolha interno do Ministério Público.

Em se tratando do Legislativo uma lei aprovada ganhou repercussão porque apesar de ser direcionada aos chamados agentes públicos afetava diretamente a atuação do judiciário na atividade do juiz. A lei nº 13.869, aprovada em setembro de 2019, ficou conhecida como Lei do abuso de autoridade e traz em seu corpo condutas que podem levar à detenção multa e indenização. Ocorre que algumas das hipóteses são vagas e abrem possibilidade à violações contra agentes do Poder judiciário e Ministério Público, especialmente em casos que envolvam



condutas de corrupção. Vários dispositivos já foram questionados junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda sem posicionamento efetivo acerca deste.

No que concerne ao pleito eleitoral uma norma foi aprovada (lei nº 13.877/2019) com relação ao procedimento, mas dessa vez retroagiu nos que tange à transparência e Accountability das verbas utilizadas pelos partidos políticos, inclusive. Ressalte-se ainda que os partidos políticos não foram, pela lei, considerados pessoas politicamente expostas, ou seja pessoas que desempenharam ou desempenham cargos, empregos ou funções públicas relevantes nos últimos cinco anos (BRASIL, 2020), possibilitando que os partidos políticos não entrem em todas as exigências que a regulamentação da transparência poderia se aplicar.

Por fim podemos elencar no judiciário a situação que envolveu o filho do presidente Flávio Bolsonaro o deferimento de uma liminar (STF, RE 1.055.941/ SP, Rel. Min. Dias Toffoli) que proibia o COAF de fornecer informações sobre relatórios de transações financeiras sem autorização judicial. Tal conduta reduziu a conduta da política de combate à lavagem de dinheiro. Determinou também a “suspensão do processamento de todos os processos judiciais em andamento, que tramitem no território nacional e versem sobre o Tema 990 da Gestão por Temas da Repercussão Geral” (STF, 2019). Ou seja, as informações obtidas via COAF que geraram processos judiciais estão suspensas de julgamento até que se resolva a questão de análise constitucional. Tal medida ocasionou a paralização de mais de 900 investigações entre julho e novembro de 2019, incluindo casos de organizações criminosas e investigações conduzidas pela Força-Tarefa da Operação Lava- Jato (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019). Por sorte a liminar foi cassada em 2019 com o próprio ministro relator retratando-se de sua decisão.

Mas nem tudo foi retrocesso. Durante o período se observou também algum caminhar, alguém do esperado no que diz respeito a atuação do congresso. O pacote anti-corrupção proposto pelo então Ministro Sérgio Moro foi aprovado com muitas ressalvas no que diz respeito à punição da corrupção, mas ainda assim, deve-se reconhecer que foi um avanço. Um outro alicerce do Estado de Direito se relaciona à temática da segurança individual e neste contexto a análise do estado brasileiro é preocupante. Segundo o Atlas da Violência (2019), onde a leitura termina no ano de 2017, cabe previamente registrar que o Brasil está caminhando para o envelhecimento da população, porém com elevados índices de letalidade de jovens o que em médio prazo pode acarretar severos problemas no que concerne ao desenvolvimento do Estado. Em 2017, 35.783 jovens (compreendidos de 15 a 29 anos) foram assassinados no Brasil, o que representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens. Interessante ressaltar que São Paulo, grande centro populacional do país, possui a menor taxa, enquanto os quatro primeiros colocados são unidades federativas da região nordeste (Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Alagoas).

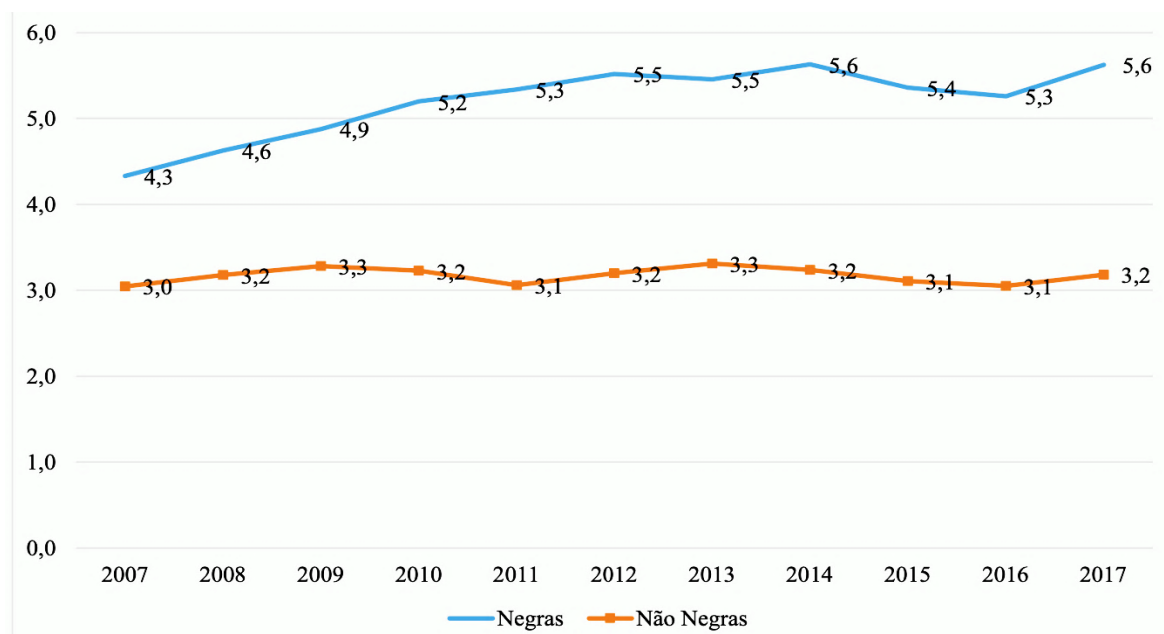
Em se tratando da violência contra a mulher os dados também são alarmantes: O Brasil tem uma média de 13 assassinatos por dia. Atingiu-se o maior numero de mortes desde 2007: 4.936 mulheres, onde o estado de Roraima responde pela maior taxa e São Paulo a menor. A questão se agrava quando se adiciona outro critério para além do sexo. Quando se correlacionam os dados de mulheres e raça/cor se constata como a desigualdade social é viva



e latente. A proporção de mulheres negras que foram vítimas fatais da violência chega a 66% de todas as mortes decorrentes da violência contra a mulher. O que se pode identificar é que as políticas públicas não são universais e àquelas que eventualmente destinam-se a este grupo não são eficazes.

Um ponto que merece destaque é que em 2015 foi editada a Lei nº 13.104 que criou uma qualificadora ao crime de homicídio, aquele que praticado contra a mulher pelo simples fato de ser mulher, o feminicídio. Levando-se em consideração que inovação normativa é deveras recente não se pode afirmar de forma concreta que o aumento (vide tabela abaixo) apresentado a partir da norma de fato veio de um aumento no número de mortes ou de uma redução nas prováveis subnotificações existentes. Mas sabe-se que do total de homicídios contra mulheres, 28,5% ocorrem dentro da residência (39,3% se não considerarmos os óbitos em que o local do incidente era ignorado), assim, torna-se bem provável que sejam casos de feminicídio.

Gráfico 4 – Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)

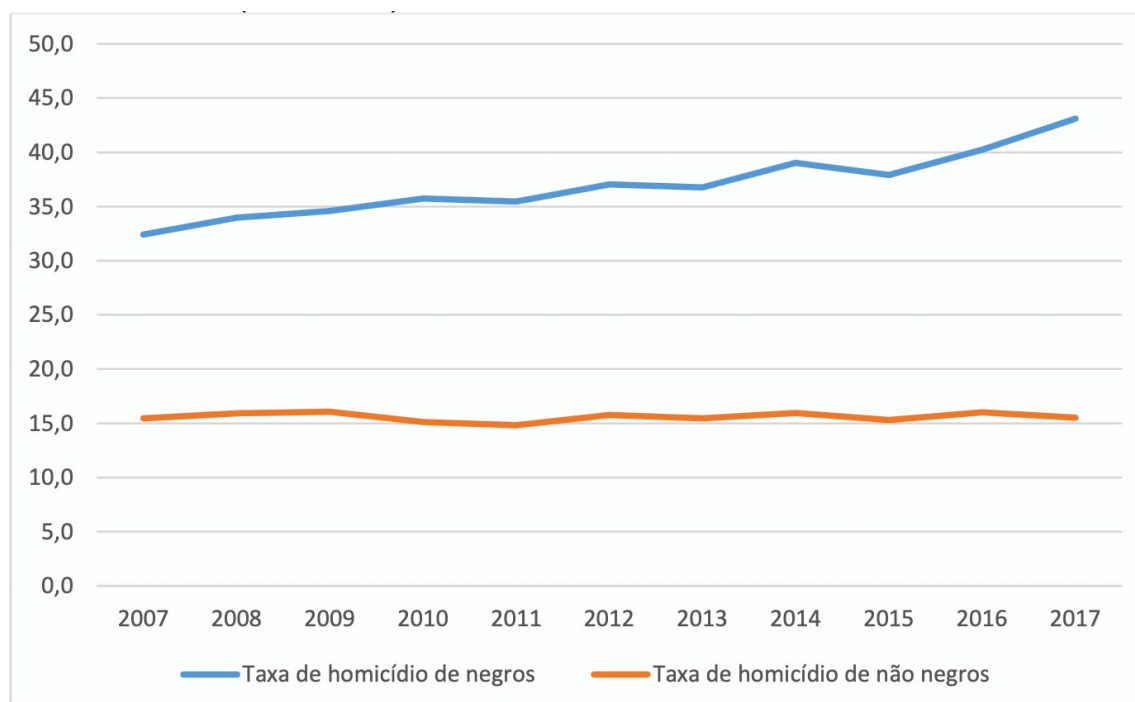


Fonte: IPEA, 2019

Em se tratando da violência contra negros a constatação da desigualdade permanece, pois a discrepância dos dados frente a população não negra demonstra que enquanto este permanece em uma certa linearidade de 2007 a 2017 em de 15% para cada 100 mil, aqueles saltaram de 30% para elevados 45% (dados aproximados).



Gráfico 5 – Taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2007-2017)



Fonte: IPEA, 2019.

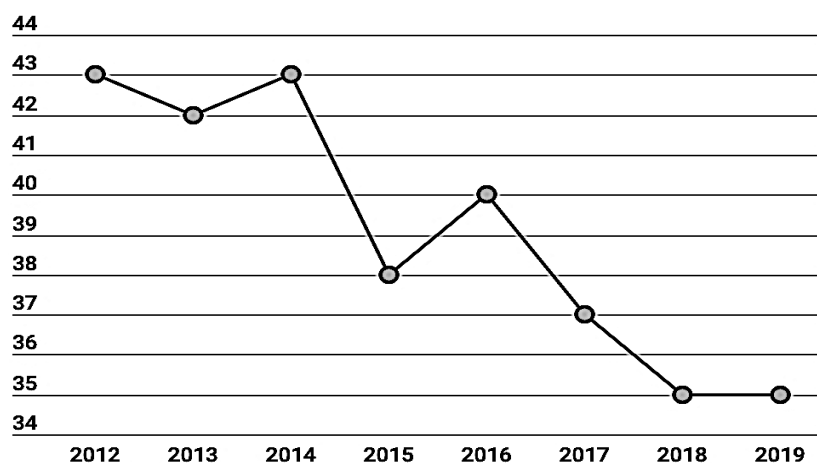
O fato é que o Estado brasileiro no que diz respeito a dimensão do Estado de Direito encontra-se em patamar preocupante, na medida em que por mais que o ordenamento jurídico preveja a intensa participação popular e a verdadeira institucionalização da aplicação de normas e conceitos de justiça pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estes se apresentam ineficazes na diminuição das desigualdades e, o mais grave, um retrocesso em medidas conquistadas em governos anteriores.

Por outro lado, o Portal da Transparência (2020) tem um estudo denominado Índice de percepção da corrupção (IPC) que analisa em uma escala de zero a 100 o quão corrupto é um país. Entendendo que zero é o ápice da corrupção e cem representa um país sem corrupção. Os dados que analisam o Estado brasileiro demonstram que desde 2016 a pontuação do Brasil cai, ou seja, mais corrupta vem se tornando a gestão e ainda mais alarmante, os números de 2018 (governo Temer) e 2019 (governo Bolsonaro) se repetiram mesmo sendo pauta de campanha o combate à corrupção e a adoção de uma gestão transparente do atual presidente.

Ressalte-se que boa parte da renovação no executivo e legislativo se deu por parte de candidatos que defendiam políticas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro para a utilização dessas verbas desviadas serem revertidas em políticas sociais. Assim sendo, o que ocorreu para repetirem-se os dados de 2018 e 2019?



Gráfico 6 – Pontuação do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção



Fonte: Transparência Internacional, 2020

9. Responsividade

É a resposta à vontade popular, se define como a dimensão associada aos resultados, dado que é a capacidade que as autoridades possuem para satisfazer aos cidadãos ao implementar políticas públicas em um sentido que atenda e/ou corresponda às demandas específicas de aqueles (Katz e Morlino, 2012). Uma das subdimensões tem a ver com a legitimidade do governo a mesma que tem a ver a preferência ou apoio dos cidadãos à democracia, segundo o Latinobarômetro de 2011, o 45% apoiava a democracia como a melhor forma de governo enquanto quase 20% justificava um governo autoritário com tal de resolver os problemas sociais, em 2018 o apoio à democracia caiu de forma significativa chegando 34%, sendo indiferente para 41% da população se o regime é democrático ou autoritário, o certo é que o número que preferia um governo autoritário diminuiu significativamente 6% percentuais. Se bem é certo que o contexto da queda do apoio à democracia era um contexto de crise econômica e de percepção pessimista sobre a economia no país, o certo é que a eleição de Jair Bolsonaro tem trazido uma permanente tensão entre a democracia e o autoritarismo.

Há um constante discurso pelos seguidores do presidente de ataque às instituições, que apelam à intervenção militar, assim como o fechamento dos principais órgãos judiciais. A apologia anteriormente feita pelo presidente contra a democracia hoje se traduz em insinuações que provocam conflitos que pareceram tender a um jogo de soma zero. A contínua estratégia de conflito promovida pelo presidente pode ser entendida como reflexo da debilidade que ele tem para governar, além das questões de política econômica o governo carece de políticas públicas concretas setores que são essenciais para a proteção dos grupos mais vulneráveis no



Brasil e que ao contrário tem sido desmontados ou descaracterizados, como é o caso das políticas referidas a meio ambiente, direitos humanos, cultura, etc. ou em todo caso o absurdo tem contribuído para invisibilizar a falta de capacidade de governo.

Em termos de legitimidade o governo transita dentro do modelo de democracia delegativa de O'Donnell (1993) o mesmo que surge de eleições limpas e competitivas - mantém liberdades políticas básicas, como a liberdade de expressão, reunião, associação e movimento, mas depois da eleição o presidente acredita que tem o direito e a obrigação de fazer o que melhor lhe parece para o país sendo que as suas decisões procuram interferir nas instituições que exercem controle político como é o caso do legislativo e o judiciário e pior ainda o presidente como líder acredita que é a encarnação ou único intérprete da nação, se colocando por cima da sociedade. Mas o perigo deste modelo como sugere o autor é transitar em direção para um regime autoritário.

Diante da debilidade do Presidente, este tem se afirmado em uma estratégia de comunicação apoiada em fake news a mesma que é parte clara da inclinação autoritária do presidente, desvirtuar fatos para torná-la numa verdade tem como objetivo político de tornar o debate público em uma disputa permanentemente plebiscitária, dada a fragmentação do país, a campanha de ódio contra os partidos de esquerda, tem provocado inviabilizar, paralisar e desviar a atenção dos assuntos problemas essenciais do país, a configuração de debilidade do presidente também se reflete na tentativa permanente de dominar a agenda pública dada as dificuldades de dar resposta eficiente e pertinente aos problemas dos país, a estratégia procura não perder seus eleitores e/ou manter ativos eles com a finalidade de permitir manter um capital político que do contrário ele perderia.

10. Conclusões

Para os direitos humanos a proposta metodológica para analisar de forma empírica a democracia, é mais uma ferramenta que contribui de forma diferenciada para se obter uma visão integral, dado que o ranking permite avaliar retrocessos e desafios bem como o papel do que o estado vem desempenhando no aperfeiçoamento das instituições e na implementação das políticas públicas que supostamente devem estar ao serviço do cidadão. Considera-se que um estudo mais detalhado sobre as sub-dimensões permite ter mais atenção para os problemas com os quais lidam os defensores dos direitos humanos, permitindo identificar as prioridades, assim como marcos explicativos sobre os obstáculos e potenciais avanços no âmbito da luta pelos direitos humanos.

Por outro lado, fica o alerta pois, em anterior estudo sobre América Latina, Leonardo Morlino (2017) registrou que em 2014 o Brasil se encontrava no quinto lugar em um ranking de 15 países na América Latina (ver Tabela 4), sendo as dimensões *estado de direito* e *igualdade* as mais deficitárias no contexto da qualidade da democracia.

Pelo descrito, no atual contexto se verifica que a democracia brasileira também tem sofrido, não só nestas dimensões como também nas dimensões chaves da democracia como na competência política, episódios que precisam ter maior atenção na evolução do atual governo que tem ativado regulares tensões contra as instituições, muitas vezes de forma demagógica e pouco responsável. Mesmo que as instituições sejam testadas o tempo todo, é importante que a legitimidade das mesmas não seja questionada para evitar assim qualquer regressão autoritária.

Tabela 4 – A Qualidade da Democracia em 15 países de América Latina (2000-2014)

<i>Dimensiones / PAISES</i>	Estado de De-recho	Ren-dición Cuen-tas Elec-toral	Rendi-ción de Cuen-tas Institu-cional	Partici-pación Política	Com-pe-tencia Política	Liber-tad	Igual-dad	Res-ponsi-vidad	Pro-medio
1. CHILE	3.85	4.62	3.66	3.48	4.00	4.00	3.33	3.25	3.77
2. URUGUAY	3.20	4.60	3.00	3.40	3.70	4.10	3.70	3.80	3.70
3. COSTA RICA	3.72	4.08	3.52	3.13	3.56	4.10	3.42	3.38	3.61
4. BRASIL	2.83	4.23	3.50	3.43	4.10	3.50	2.50	3.88	3.50
5. PERU	3.00	3.90	3.60	3.30	3.60	4.00	2.30	2.80	3.31
6. MEXICO	2.78	3.78	3.90	2.90	3.38	3.66	3.12	2.26	3.21
7. ECUADOR	2.47	3.91	3.23	3.44	3.40	2.83	2.93	3.10	3.16
8. ARGENTINA	2.80	3.25	3.40	3.60	2.50	3.80	2.67	2.50	3.09
9. BOLIVIA	2.12	3.30	2.82	3.88	2.60	3.11	2.33	2.30	2.81
10. PARAGUAY	2.42	3.53	2.95	2.83	2.75	3.13	2.55	2.25	2.80
11. COLOMBIA	2.19	2.50	3.10	3.23	2.14	2.90	2.28	2.95	2.66
12. NICARAGUA	1.97	3.41	2.68	2.96	3.17	2.08	2.00	2.50	2.60
13. EL SALVADOR	2.09	3.70	2.64	2.11	2.50	2.17	2.17	2.88	2.53
14. GUATEMALA	1.88	3.57	2.51	2.34	3.17	2.08	1.42	2.63	2.45
15. VENEZUELA	1.16	2.40	1.40	3.70	3.00	2.07	2.67	2.50	2.36
Promedio	2.57	3.65	3.06	3.18	3.17	3.17	2.63	2.93	3.04

Fonte: Morlino 2017

Cabe ressaltar que a atual situação da pandemia traz cenários complexos não só para o Brasil como também para toda a região, com algumas previsões como a do Instituto Brasileiro de Economia que considera que, sem o auxílio emergencial a pobreza poderia voltar ao patamar de 2007.¹⁸ Com mais de 19 milhões de cidadãos em extrema pobreza, a situação é delicada nas circunstâncias em que o governo tem colocado, cortar ou reduzir o auxílio emergencial.

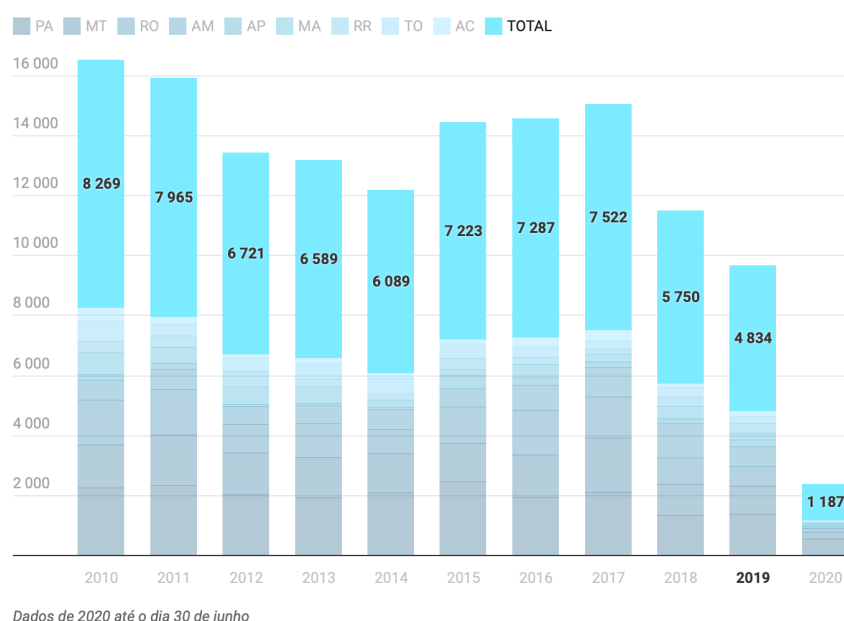
¹⁸ BATISTA, Vera. Se auxílio emergencial acabar, taxa de pobreza volta ao patamar de 2007. In: Correio Brasiliense. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/29/internas_economia,876318/se-auxilio-emergencial-acabar-taxa-de-pobreza-volta-ao-patamar-de-200.shtml. acessado em 10/04/2020.

A pandemia tem revelado a essência do atual governo, o mesmo que aposta por uma política de corte neoliberal, a partir da flexibilização das leis trabalhistas e pela reforma da previdência, o mesmo que com a pretensão de encolher os gastos públicos essenciais, demonstra um sério descaso com as políticas públicas mais essenciais das diversas áreas do governo.

No âmbito do meio ambiente, a apologia feita pelo presidente da república contra o discurso de proteção meio-ambiental se traduz hoje na devastação de extensas áreas públicas e de proteção ambiental, com diminuição significativa de fiscalização com consequências graves que podem ser identificadas no mês de julho, com um crescimento de 28% no total de focos de incêndio na floresta, sendo este o pior dado desde 2017, mês que registrou 5,803 focos de incêndio. Só no ano de 2019 se registraram 40 mil focos, próximo aos 44 mil focos registrados em 2010.

Diante desta situação o Ministério Público decidiu investigar atos de improbidade administrativa pelo descaso descumprimento da função de fiscalização por parte dos órgãos de governo, o descaso que agrava a situação das áreas públicas evidenciando o resultado da uma deliberada desídia ou a própria incompetência das autoridades governamentais para não fortalecer órgãos de fiscalização de Ibama, o que pode ser constatado isso se verifica no atendimento na prioridade orçamentária do setor, na qual o governo destinou 520 milhões de reais para que militares fiscalizem e apenas 50 milhões para o órgão competente da fiscalização.

Gráfico 7 – Histórico de atuações do IBAMA (2010-2020)



Fonte: Ibama, 2020



Como se observa no quadro anterior e de acordo com o informe de Intercept¹⁹ o desmantelamento do Ibama pelo governo apresenta um impacto direto e negativo no número de atuações, só em 2020 houve apenas 1.187 atuações em 2020, frente às 4.834 atuações no mesmo período em 2019, em decorrência da diminuição de funcionários, verificada comparando o ano de 2013, no qual o órgão tinha aproximadamente 4.500 servidores, sendo 1.350 no setor de fiscalização e hoje em 2020, esse número reduziu para apenas 3 mil efetivos, dos quais 750 são fiscais.

E o mais grave nesse contexto de devastação é que o Brasil passou a ser o terceiro país no mundo com maior número de ativistas ambientais assassinados em 2019, com 24 ativistas assassinados²⁰, número superior ao registrado em 2018 que teve 20 vítimas²¹.

Resumindo o panorama brasileiro é preocupante o déficit democrático se evidencia a partir das tensões nas diversas dimensões aqui mencionadas. O que implica um permanente monitoramento na perspectiva de intentar visualizar se o deterioro da democracia podem levar a maiores retrocessos democráticos e com isso com uma regressão autoritária.

11. Bibliografia

ALTMAN, D. & PÉREZ-LIÑÁN, A. 2002, *Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness and Participation in Eighteen Latin American Countries*, Democratization, 9 (2), pp.85-100.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Pena de morte em 2018*. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/pena-de-morte-em-2018-fatos-e-numeros/>. Acesso em 8 de agosto de 2020.

BRASIL. *Portal da transparência*. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/download-de-dados/pep>. Acesso em 21 jul 2020.

BRASIL, Casa Civil. *Decreto nº 70.391*, de 12 de abril de 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70391.htm. Acesso em 10 abr 2020.

BRASIL, Casa Civil. *Emenda Constitucional n.04 de 1961*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc04-61impressao.htm. Acesso em 10 abr 2020.

BRASIL, Casa Civil. *Emenda Constitucional n.25 de 1985*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc25-85.htm. Acesso em 10 abr 2021.

¹⁹ <https://theintercept.com/2020/07/09/militares-recebem-mais-ibama-nao-fiscalizar-amazonia/> acessado em 10/04/2020.

²⁰ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/28/brasil-registrou-24-mortes-de-ativistas-ambientais-em-2019-aponta-relatorio.htm> acessado em 10/04/2020.

²¹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/28/brasil-registrou-24-mortes-de-ativistas-ambientais-em-2019-aponta-relatorio.htm> acessado em 10/04/2020.



BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas eleições 2018*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em 10 abr 2020.

BRASIL. DPN. *Levantamento Nacional de Indormações penitenciárias* – dezembro de 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTlkZGJjODQ0NmJlMi00OTJhLWFIMDktNzRlNmFkNTM0MWI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em 17 ago 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. *Óbitos por causas externas no Brasil*. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>. Acesso em 17 ago 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Fundo de Desenvolvimento da Educação. Sobre o Programa Brasil Carinhoso*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/brasil-carinhoso/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-brasil-carinhoso>. Acesso em 17 ago 2020.

BRASIL. Radar SIT. *Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil*. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 17 ago 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 8 de outubro de 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.096*, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, 1995.

BRASIL. *Lei nº 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. *Lei nº 12.527*, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2011.

CENTER FOR SYSTEMIC PEACE. *The Polity project*. Disponível em: <http://www.systemicpeace.org/polityproject.html>. Acesso em 17 ago 2020.

CEPAL. *Panorama Social da América Latina*. 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf. Acesso em 17 ago 2020.

CORBETTA, J. & PÉREZ-LIÑÁN, A. 2001, *Calidad de la democracia: Un análisis de la trayectoria argentina*, *Instituciones y Desarrollo* 10, pp.149-169.

CPT. *Conflitos no campo: Brasil 2019*/ Centro de documentação Dom Tomás Balduino; coordenação Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Paulo César Moreira dos Santos – Goiânia: CPT Nacional, 2020. Disponível em:



<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0> Acesso em 17 ago 2020.

DIAMOND, L. & MORLINO, L. 2004, *The Quality of Democracy*. An Overview, *Journal of Democracy*, 15 (4), pp.20-31.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. – 12. ed. rev. atual. - Salvador: Jus Podivm, 2020.

FITZGIBBON, R. H. 1967, *Measuring democratic change in Latin America*, *Journal of Politics*, 39(1), pp.129-166.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de Segurança pública* 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em 17 ago 2020.

FREEDOM HOUSE. *Freedom in the world* 2020. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/brazil/freedom-world/2020> . Acesso em 17 ago 2020.

GOIÁS. *Defensoria Pública do Estado de Goiás*. Defensoria. Disponível em: http://www.defensoriapublica.go.gov.br/depego/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=104. Acesso em 17 ago 2020.

IBGE. *Educação* 2018 – *PNAD contínua*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em 10 abr 2020.

IPEA. *Atlas da violência* 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 10 abr 2020.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acesso em 17 ago 2020.

JOHNSON, K. 1975. *Scholarly Images of Latin American Political Democracy in 1975*. *Latin American Research Review*, 11(2), pp. 129-140

JOHNSON, K. 1982. *The 1980 Image-Index Survey of Latin American political democracy*. *Latin American Research Review*, 17(3), pp.193-201.

Levine, D. & Molina J. 2007, *La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada*, *América Latina Hoy*, 45, pp. 17-46. Disponible en: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/2427> . Consultada en 20 de Agosto de 2019.

MAINWARING, S. & Pérez-Liñán, A. 2008, *Regime Legacies and Democratization: Explaining Variance in the Level of Democracy in Latin America, 1978-2004*, *Kellogg Working Paper Series*, 354, Kellogg Institute for International Studies. disponible en: <https://kellogg.nd.edu/documents/1664>



MORLINO, Leonardo. 2014, *La Calidad de las democracias en América Latina*. IDEA. Disponível em: <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/la-calidad-de-las-democracias-en-america-latina.pdf>. Acesso em 10 abr 2020.

MORLINO, Leonardo, Pachano, S. & Tovar, J. 2017, *Calidad de la Democracia en América Latina*. Curitiba. CRV.

MUNCK, Gerardo. 2014, *What is democracy? A reconceptualization of the quality of democracy*. Democratization, 23 (1) pp.1-26

REPUCCI, Sarah. *A Leaderless Struggle for Democracy*. In: Freedom in the world 2020. Disponível em: https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-FINAL_FIW_2020_Abridged.pdf. Acesso em 17 ago 2020.

SCHEDLER, Andreas. *Conceptualizing accountability*. In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (Eds.). *The self-restraining state. Power and accountability in new democracies*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Recurso Extraordinário 1.055.941*. SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp>, sob o código 5C8A-65FD-1BB5-C640 e senha 1933-7956-2363-D50D. Acesso em 21 jul 2020.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Índice de percepção da corrupção. In: *Retrospectiva Brasil 2019*. Disponível em: <https://infogram.com/pontuacao-do-brasil-no-indice-de-percepcao-da-corrupcao-1h7z2lzdpx6ow>. Acesso em 22 jul 2020.



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I - POLÍTICA EDITORIAL

A Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG é uma publicação acadêmica semestral de responsabilidade da Universidade Estadual de Goiás. Seu objetivo é abrir espaços interdisciplinares para publicação de artigos, ensaios, resenhas e outros textos acadêmicos sobre o tema geral dos direitos humanos, com foco em temas relacionados a democracia, questões constitucionais e lutas sociais por direitos.

II - SUBMISSÕES

A Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG aceita textos inéditos nos idiomas português, espanhol e inglês, sob forma de artigo acadêmico de qualquer das áreas do conhecimento científico, desde que façam intersecção com os direitos humanos.

Os textos devem ser apresentados pelo sistema de gerenciamento virtual da Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG, nos seguintes parâmetros:

- Apresentação dos Originais:

Os artigos deverão ser apresentados em português, espanhol ou em inglês.

Os artigos deverão ter no mínimo 10 páginas e máximo 25 páginas (incluída a bibliografia) digitadas em formato Word 97-2003 (ou superior), em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, itálico no lugar de sublinhado.

As resenhas deverão ter no máximo 4 páginas digitadas. Não deve haver notas de rodapé.

Gráficos e tabelas deverão estar acompanhados das respectivas planilhas originais, com a indicação das unidades em que se expressam os valores, assim como a fonte dos dados apresentados.

As notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As notas de rodapé devem ser substantivas, restringindo-se a comentários adicionais e curtos, descartando-se comentários excessivamente extensos ou desnecessários à compreensão geral do texto.

Todos os textos deverão vir acompanhados de resumos em português e espanhol e abstract em inglês.



Os resumos devem ter de 150 a 500 palavras e palavras-chave em número mínimo de três e máximo de cinco.

Os textos devem vir acompanhados dos seguintes dados dos autores: nome, maior titulação acadêmica, vínculo institucional acadêmico ou científico atual, e-mail.

A referências bibliográficas, no final do artigo, deverão ser apresentadas, em ordem alfabética, de acordo com a NBR 6023: 2018.

- Principais parâmetros:

Livro

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Capítulo de livro

ARENDT, H. Reflexões sobre Little Rock. In: _____. Responsabilidade e julgamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 261-281.

Artigo em revista

ANDREWS, G. R. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. Estudos Avançados, v. 11, n. 30, p. 95-115, 1997.

Publicação em meio eletrônico

FERNANDES, F. A Revolução burguesa. Trans/Form/Ação [online]. 1975, v. 2, p. 202-205. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731975000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 out. 2011.

Trabalho apresentado em evento

PRADO, R. A educação no futuro. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. Anais... Brasília: INEP, 1997. p. 103-106.

- Normas para publicação:

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.



-
1. A Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UEG publica apenas artigos de doutores, mestres e alunos/as regulares de programas de pós-graduação stricto sensu também podem submeter artigos desde que tenham um doutor ou mestre como coautor.
 2. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para autores, na seção "Sobre a Revista".
 3. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em "Assegurando a avaliação cega por pares".

III - POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

16 de junho de 2021.

Editor